

# PDI | Plano de Desenvolvimento Institucional 2014 - 2018

**Campus São Gabriel da Cachoeira**



**INSTITUTO FEDERAL  
AMAZONAS**

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL**

**2014-2018**

**CAMPUS SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA**

São Gabriel da Cachoeira, 12 de março de 2014.

ELIAS BRASILINO DE SOUZA  
**Diretor Geral do Instituto Federal do Amazonas - *Campus* São Gabriel da  
Cachoeira**

KÁTIA MACHADO  
**Diretora de Administração e Planejamento**

RÚBIO THALLES ANDRADE DE MOURA  
**Diretor de Desenvolvimento Educacional**

## **Comissão Local do PDI**

### **Organização e Sistematização no Campus**

LEONAM MATOS CORREIA LIMA  
**Presidente da Comissão**

JACIRENE MARIA GADELHA DOS ANJOS  
**Membro representante do corpo técnico**

CLEONI VIRGINIO DA SILVEIRA  
**Membro representante do corpo docente**

SILVÉRIO LIBERATO CARDOSO GARRIDO JÚNIOR  
**Membro representante do corpo discente**

JOSÉ HAROLDO SOUZA  
TERESA GAMA  
MÁRCIO A. LOURENÇO MOTA  
**Grupo temático 1**

JOÃO BATISTA FERREIRA SOUZA DA SILVA  
ELENISSE CAMACHO MEDEROS TORRES  
BRUNO CASTRO GUIMARÃES  
**Grupo temático 2**

JOSCIVAL VASCONCELOS REIS  
FRANCINETE SOARES MARTINS  
RUY MELGUEIRO  
**Grupo temático 3**

MARIA ZELINDA LIMA  
ELIAS BRASILINO DE SOUZA  
RAIMUNDO SANTARÉM DOS SANTOS  
**Grupo temático 4**

SÁVIO MELGUEIRO  
RÚBIO THALLES ANDRADE DE MOURA  
LEONAM MATOS CORREIA LIMA  
**Grupo temático 5**

MANOEL FERREIRA FALCÃO  
ANDREA ALVES LUSTOSA  
**Grupo temático 6**

MIRIAM DE PAULA BRITO  
TIAGO FRANCISCO DIOCESANO  
ANA RAQUEL SUELLEN CORREA  
**Grupo temático 7**

## SUMÁRIO

1. PERFIL INSTITUCIONAL
  - 1.1. Histórico
  - 1.2. Missão
  - 1.3. Visão
  - 1.4. Valores
  - 1.5. Objetivos e Metas
    - 1.5.1. Objetivos
    - 1.5.2. Metas
  - 1.6. Finalidades
  - 1.7. Cursos e vagas ofertadas atualmente
2. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA
  - 2.1. Organograma
  - 2.2. Órgão colegiado
    - 2.2.1. Comitê Técnico Científico
3. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL
  - 3.1. Inserção regional
  - 3.2. Princípios filosóficos e técnicos metodológicos gerais que norteiam as práticas acadêmicas da instituição
4. CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO E DOS CURSOS PRESENCIAIS E A DISTÂNCIA
  - 4.1. Cronograma de Implantação de Cursos
5. PERFIL DO CORPO DOCENTE
  - 5.1. Composição do quadro de docentes efetivo
  - 5.2. Composição do quadro de docentes substitutos
  - 5.3. Situação atual do quadro docente
  - 5.4. Composição do Quadro Técnico Administrativo
  - 5.5. Cronograma de Expansão do Corpo Docente
  - 5.6. Cronograma de Expansão do Corpo Técnico Administrativo
  - 5.7. Plano de carreira
  - 5.8. Critérios de seleção e contratação
  - 5.9. Procedimentos para substituição
6. POLÍTICA DE ATENDIMENTO AO DISCENTE
  - 6.1. Perfil discente
  - 6.2. Atividades de apoio pedagógico
  - 6.3. Programas de apoio financeiro (bolsas)
  - 6.4. Estímulo à permanência
  - 6.5. Organização Estudantil
  - 6.6. Ações de acompanhamento dos egressos
7. INFRAESTRUTURA
  - 7.1. Relação de infraestrutura física
  - 7.2. Laboratório de química
  - 7.3. Laboratório de biologia
  - 7.4. Laboratório de piscicultura
  - 7.5. Laboratório de informática
  - 7.6. Sala de multimídia
  - 7.7. Cronograma de expansão da estrutura física

8. AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL

8.1. Etapas do processo de auto avaliação.

8.2. Dimensões a serem avaliadas.

9. ASPECTOS FINANCEIROS

9.1. Demonstrativo anual do planejamento econômico financeiro do campus

10. ANEXO

Anexo 1 - Cozinha Experimental de Processamento de Pescado

Anexo 2 - Piscina Semiolímpica

Anexo 3 - Palhoça: ambiente integrativo de servidores

Anexo 4 - Horto Medicinal

Anexo 5 - Ginásio Poliesportivo

Anexo 6 – Planetário Indígena

Anexo 7 – Plano de Desenvolvimento Anual das Direções e Coordenações para 2014

## **1. PERFIL INSTITUCIONAL**

### **1.1. Histórico<sup>1</sup>**

Por volta do ano de 1986 quando iniciaram as discussões em torno da implantação de uma unidade escolar vinculada ao MEC em São Gabriel da Cachoeira, o movimento indígena ainda estava se organizando, de forma que as decisões acerca do local, objetivos da escola e público prioritário a ser atendido foram temas não abordados de maneira estratégica, recaindo então essas decisões aos políticos locais. Neste mesmo período, em 1988, através do Convênio Nº 041, celebrado entre a Prefeitura Municipal de São Gabriel da Cachoeira e Ministério da Educação, referente ao Processo Nº 23034.001074/88-41, iniciaram-se as obras para construção de uma Escola Agrotécnica no município de São Gabriel da Cachoeira, na época denominada “ESCOLA AGROTÉCNICA MARLY SARNEY”.

Dessa forma instituída, a Escola Agrotécnica pousa na região trazendo na bagagem todo um pacote tecnológico difundido pelo MEC nos mesmos moldes aplicados, por exemplo, na Escola Agrotécnica Federal de Manaus, contextualizado no modelo convencional, com um currículo voltado para criação de grandes animais, agricultura focada na industrialização preconizando o uso de técnicas e insumos industrializados, bem como sementes híbridas e variedades de plantas selecionadas com vistas ao alto rendimento estabelecido pelo agronegócio.

No período compreendido entre 1988 e 1993, quando foi concluída a primeira etapa das obras, a estrutura da escola permaneceu abandonada, servindo apenas de depósitos da Secretaria de Obras da Prefeitura. Neste período houve uma grande deterioração das edificações, devido principalmente ao seu baixo padrão de construção, bem como a falta de conservação das mesmas, além das constantes investidas de saqueadores. É relevante destacar que em 1992 os técnicos da então Delegacia do MEC no Amazonas realizaram uma visita de avaliação na escola e registraram fatos como a disposição das edificações com grandes distâncias entre elas, fator este prejudicial, por exemplo, a integração entre o corpo de servidores e os alunos, destacando ainda a má qualidade do acabamento das instalações, o baixo padrão de construção e deterioração, apresentada pouco tempo depois de

---

<sup>1</sup> Conforme Projeto Político Pedagógico - IFAM Campus São Gabriel da Cachoeira.

concluída a obra. Seguindo nas observações os técnicos destacaram as características do solo no interior da escola, a princípio impróprios ao desenvolvimento de agricultura.

Com o ato de criação da Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira (EAFSGC), a partir da publicação da Lei Nº 8.670, publicada no Diário Oficial da União de 30 de junho de 1993, a escola teve sua primeira Diretoria Pró-tempore e neste mesmo ano foi transformada em autarquia através da Lei Nº 8.731 de 16 de novembro de 1993. No ano de 1994 foram realizados dois concursos públicos para o provimento de vagas para docentes e para técnicos administrativos nos níveis de apoio, médio e superior, de acordo com Portaria MEC Nº 1.191 de 17 de setembro de 1993. Os profissionais contratados para atuar na escola foram preparados e concursados para atuar no modelo convencional de Agropecuária.

Em 1995, houve o ingresso da primeira turma de alunos no curso Técnico em Agropecuária com currículo preconizando a formação técnica centrado nas distorções de profissionalização da antiga LDB. A partir de 1999, após a implantação da reforma do ensino profissionalizante alcançada pelos artigos 39 a 42 da Lei Nº 9.394/96 e regulamentada pelo Decreto Nº 2.208/97, que estabeleceu uma “organização curricular para a Educação Profissional de nível médio de forma independente e articulada ao ensino médio, associando a formação técnica à educação básica e apontando a necessidade de definição de diretrizes curriculares com o objetivo de adaptá-las às tendências mais recentes do mercado de trabalho”, a EAFSGC passou a oferecer a Educação Profissional de nível médio, seguindo os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Profissional com seus cursos situados na área de Agropecuária, com as habilitações de Agricultura, Zootecnia e Recursos Pesqueiros.

As mudanças implementadas com o Decreto 2.208/97, separando o ensino médio do ensino profissionalizante, com a criação e extinção de cursos técnicos orientados pela demanda do mercado de trabalho, foi extremamente danosa para a EAFSGC pelo fato da economia local ser voltada para o comércio e serviços, não apresentando nenhuma vocação para explorações agrícolas empresariais. Com as duas modalidades de ensino separadas, os alunos preteriam os cursos técnicos em favor do ensino médio, ocasionando o esvaziamento das turmas, decretando a

quase falência do ensino profissionalizante, fato agravado ainda mais com a falta de perspectiva de absorção pelo mercado de trabalho inexistente no município.

A partir de 1987 o Instituto Socioambiental (ISA) em parceria com a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) vem assessorando no processo de demarcação e consolidação das terras indígenas e mais recentemente a partir de 1995 se inicia um processo de questionamentos sobre a forma de atuação e o papel da EAFSGC no novo contexto territorial da região, que tem agora a necessidade das organizações indígenas legalmente constituídas de buscarem formas de gestão de suas terras demarcadas com a identificação de potencialidades econômicas. Seguindo essa dinâmica, o ISA inicia a implantação de projetos-pilotos com escolas indígenas diferenciadas, com o objetivo de propor um modelo de educação escolar compatível com a realidade socioambiental do alto Rio Negro.

Em 1998, em meio a toda transformação da Educação Profissional no país a EAFSGC recorre ao ISA e a FOIRN buscando subsídios para a formulação dos planos de cursos para atender a demanda das mudanças provindas com a nova LDB e particularmente com o Decreto Nº 2.208/97. Nessa época, após palestras ministradas por representantes do Instituto Socioambiental, é emitido o primeiro documento reivindicando uma reestruturação da EAFSGC contendo recomendações sobre os eixos temáticos prioritários a serem abordados pela escola. Tais recomendações - por falta de disposição ou até mesmo por falta de compreensão dos dirigentes da escola em relação ao contexto no qual a escola estava inserida e da transformação geopolítica regional ocorrida na época - não foram traduzidas em favor das transformações conceituais e estruturais que a escola necessitava.

Posteriormente, com as sucessivas crises institucionais pela qual passou, a EAFSGC entrou em completo declínio traduzido no alto índice de evasão, baixa procura pelos cursos e falta de credibilidade perante a comunidade local, como também junto ao MEC que visualizava esta unidade como uma das mais problemáticas da Rede Federal até então administrada por Diretores Pro-tempore, todos pertencentes ao quadro da EAF de Manaus. Mesmo com a realização de eleições para escolha do Diretor Geral ocorrida em maio de 1999, a crise institucional intensificou seguindo até fevereiro de 2002 quando o então eleito Diretor

foi destituído do cargo antes do término de seu mandato e demitido do Serviço Público Federal pelo Ministro da Educação.

Em agosto de 2003, a FOIRN realizou um Seminário com o lançamento do Programa Regional de Desenvolvimento Indígena Sustentável do Rio Negro (PRDIS) e nesse mesmo período a EAFSGC realizou o I Seminário de Educação Profissional do Alto Rio Negro, com o objetivo de articular as ações da escola com outras políticas públicas, visando o desenvolvimento sustentável para a região do Alto Rio Negro, bem como a obtenção de subsídios para a construção de uma Proposta Político-Pedagógica da Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira.

A partir destes eventos a Direção da Escola se comprometeu em balizar as ações institucionais viabilizando as adequações curriculares, o desenvolvimento de projetos de pesquisa voltados para as demandas das comunidades indígenas, bem como a intensificação da presença institucional nas terras indígenas, com o intuito de fomentar e promover o ensino voltado para as potencialidades econômicas locais, tendo como base teórica o documento final do PRDIS onde consta um capítulo exclusivo sobre a educação profissional e em particular à EAFSGC.

Com a transformação ocorrida em 1993 onde todas as Escolas Agrotécnicas Federais do Brasil saíram da Administração Direta e passaram a ter personalidade jurídica de autarquias, neste particular transferiu-se também toda a responsabilidade dos problemas até então existentes, assim como outros que ainda estavam por vir, para os Diretores que se sucederam nas gestões da escola. Dessa forma, sem a participação do MEC na formatação pedagógica da escola, tendo a mesma nascida em meio a uma total transformação das diretrizes educacionais do país, resultou na frustração da expectativa da comunidade local.

Durante a fase mais crítica da instituição o MEC providenciou uma equipe para conduzir a Revitalização da EAFSGC, trabalho desastroso que não logrou êxito por tentar irresponsavelmente a realização de um processo verticalizado sem a participação da comunidade escolar.

Em abril de 2005 seguindo ao disposto no item 15 do Termo de Compromisso assinado durante o I Seminário Interinstitucional “Construindo a educação indígena na região do rio Negro” promovido pela FOIRN/ISA ocorrido em fevereiro deste

mesmo ano, a EAFSGC realiza um seminário público com a presença da SETEC, FOIRN, ISA, FUNAI para apresentar e debater sobre a situação atual e o funcionamento da escola e por fim tirar diretrizes para sua reorientação. Neste seminário foi produzido um termo de compromisso assinado pelas instituições presentes, com o objetivo de contribuir para o processo de reorientação da EAFSGC onde estava prevista a formação de um Conselho Político Pedagógico, com membros da EAFSGC, FOIRN, FUNAI, alunos e egressos, com o propósito de discutir e elaborar o documento base da Proposta Político Pedagógica da então EAFSGC.

Em toda a trajetória da então EAFSGC, sempre ficou evidenciado uma predisposição dos servidores em “proteger” a instituição contra o domínio de movimentos com intenções escamoteadas, resistência que vem sendo vencida com a intensificação da discussão e abertura para que as organizações indígenas, representadas pela FOIRN possam expor suas aspirações em relação à escola e contribuir efetivamente na construção de seu Projeto Político Pedagógico. O movimento indígena entendia que o MEC diretamente pudesse intervir na condução da escola, tanto que em documentos solicitaram a reestruturação/refundação da EAFSGC.

Atualmente, há o entendimento de que o processo deve ocorrer num diálogo intercultural, tendo como principais parceiros a comunidade escolar da instituição e o movimento indígena organizado, representado pela FOIRN, tendo ainda o apoio das instituições atuantes na região, além da força política, através de emendas parlamentares, que tem financiado várias ações da instituição, todas elas para o desenvolvimento da região do rio Negro. No atual momento, percebe-se também maior disposição da SETEC em apoiar os projetos de construção de novas propostas para a região.

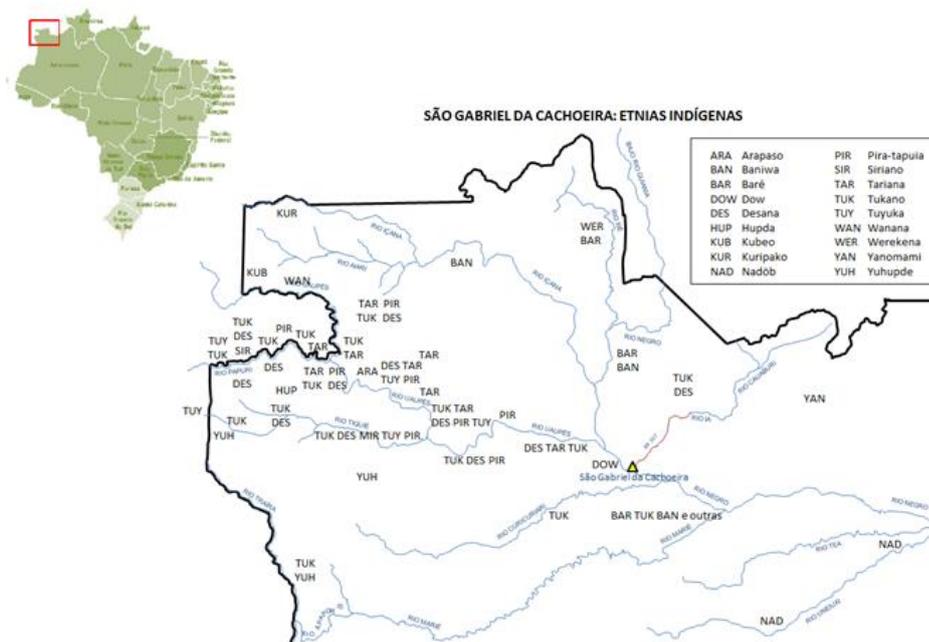


Ilustração 1 – Região da Cabeça do Cachorro: São Gabriel da Cachoeira/AM.

## 1.2. Missão

Formar profissionais das comunidades do Rio Negro através do ensino, pesquisa e extensão, com interculturalidade e qualidade.

## 1.3. Visão

Ser referência na formação intercultural, profissional e tecnológica na região do Rio Negro.

## 1.4. Valores

Ética, cidadania, humanização, qualidade e responsabilidade.

## 1.5. Objetivos e Metas

### 1.5.1. Objetivos<sup>2</sup>

I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

<sup>2</sup> Conforme Artigo 7º da Lei Nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008.

II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e

VI - ministrar em nível de educação superior:

a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;

c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e

e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

## 1.5.2. Metas

### I. Valorização do Ensino

a) Implantar, com o apoio da Pró-Reitoria de Administração e Planejamento com recursos orçamentários e extras orçamentários, programa de Assistência Estudantil no âmbito do IFAM visando o acesso, permanência e a conclusão de curso pelos estudantes;

b) Implantar programa de melhoria da qualidade do ensino a partir de indicadores empregados para avaliar o ensino profissional técnico de nível médio e o ensino superior;

c) Valorizar a prática docente através de capacitação, certificação de atividades, horizontalização dos ambientes de convivência e acessória pedagógica;

d) Incentivar a participação em programas de desenvolvimento técnico-científico, tais como: Programa Especial de Treinamento (PET), Programa de Iniciação a Docência (PIBID), Programa de Consolidação das Licenciaturas (PRODOCÊNCIA) e outros com o mesmo propósito;

### II - Assistência Estudantil

a) Atuar de forma integrada com os serviços de apoio acadêmico (Serviço Social, Psicólogos, Pedagogos, Médicos e Dentistas) para realização de palestras, seminários e workshops abordando temas relacionados: juventude, ética, saúde, educação e cidadania, divulgação dos direitos e deveres dos estudantes definidos pelo regime disciplinar;

b) Discutir com os campi programas voltados para o tema moradia, alimentação, transporte e saúde de estudantes oriundos de outros municípios;

c) Construir modelo de monitoria para atender as especificidades acadêmicas dos campi do IFAM;

d) Promover palestras de orientação profissional para os vários níveis de ensino;

### III - Inclusão Social

a) Implantar programa de acesso ao ensino profissional técnico de nível médio e ensino superior de Pessoas com Deficiências numa perspectiva de Inclusão Social;

b) Adotar o ENEM para o acesso aos cursos superiores;

c) Participar de programas que visam o desenvolvimento de ações voltadas as Pessoas com Deficiência, tal como o Programa Incluir;

### IV - Ampliação do Ensino

a) Ofertar curso de licenciatura para professores da rede pública de ensino para atender o Plano de Ações Articuladas nas formatações: 1ª licenciatura, 2ª licenciatura e complementação pedagógica;

b) Implantar cursos de nível superior observando as especificidades locais;

c) Desenvolver ação acadêmica para garantir os percentuais de vagas a serem oferecidas pelo IFAM conforme art. 8º da Lei 11.892 de 29.12.2008: o mínimo de 50% das vagas para o ensino profissional técnico de nível médio, o mínimo de 20% para cursos de licenciaturas e no máximo 30% para cursos de bacharelados e engenharias;

### V - Programas de Educação à Distância EaD/UAB

a) Implantar a modalidade de Educação à Distância (EaD) como atividade regular do ensino profissional técnico de nível médio e ensino superior;

b) Participar das políticas voltadas para a Universidade Aberta (UAB) na forma de projetos voltados ao modelo de Educação Profissional e Tecnológica;

### VI - Mobilidade Acadêmica

a) Promover a interação entre os campi do IFAM numa perspectiva de rede social visando à troca de conhecimentos e experiências;

b) Incentivar o intercâmbio do corpo docente dos campi do IFAM para troca de experiências e realização de atividades acadêmicas e de pesquisa;

c) Ampliar a participação do corpo docente do IFAM nos diferentes níveis e modalidades de ensino de forma simultânea e específica;

## 1.6. Finalidades<sup>3</sup>

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

---

<sup>3</sup> Conforme art. 7 da Lei Nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008.

## 1.7. Cursos e vagas ofertadas atualmente<sup>4</sup>

TURMA – CURSOS	MATRÍCULAS	MODALIDADE	TURNO	TOTAL DE MATRÍCULAS
1º Ano - Técnico em Administração	39	Integrada	Diurno	121
2º Ano - Técnico em Administração	40			
3º Ano - Técnico em Administração	42			
1º Ano - Técnico em Agropecuária	42	Integrada	Diurno	103
2º Ano - Técnico em Agropecuária	34			
3º Ano - Técnico em Agropecuária	27			
2º Ano - Técnico em Meio Ambiente	31	Integrada	Diurno	63
3º Ano - Técnico em Meio Ambiente	32			
1º Ano - Técnico em Informática	43	Integrada	Diurno	43
Técnico em Administração – 2011	26	Proeja	Noturno	123
Técnico em Administração – 2012	27			
Técnico em Administração – 2013	31			
Técnico em Administração – 2014	39			
Técnico em Administração – 2013	35	Subsequente	Noturno	75
Técnico em Administração – 2014	40			
Técnico em Informática – 2014	40	Subsequente	Noturno	40
Técnico em Enfermagem – 2014	40	Subsequente	Noturno	40
Técnico em Agente Comunitário de Saúde – 2012	24	Subsequente	Noturno	98
Técnico em Agente Comunitário de Saúde – 2013	34			
Técnico em Agente Comunitário de Saúde – 2014	40			
Técnico em Secretaria Escolar – 2013	34	Subsequente	Noturno	73
Técnico em Secretaria Escolar – 2014	39			
Licenciatura em Física	43	Indígena	Diurno	43
Especialização PROEJA em Educação Escolar Indígena	50	EAD	Noturno	50
<b>TOTAL</b>				<b>872</b>

## 2. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

A estrutura organizacional do Campus São Gabriel da Cachoeira caracteriza-se por ser um modelo escalar ou hierárquico, na qual prevalece à centralização das decisões políticas no cargo de Diretor-Geral (DG) e a um nível mais abaixo encontram-se o Diretor de Administração e Planejamento (DAP) e o Diretor de Desenvolvimento Educacional (DDE), ambos responsáveis respectivamente pelas atividades-meio e atividades-fim da instituição. Subordinados aos diretores de

<sup>4</sup> Conforme Coordenação de Registros Acadêmicos - IFAM Campus São Gabriel da Cachoeira. Nota: a previsão total de matrículas para 2014 é de 1.202 alunos com as 330 vagas do Pronatec.

departamento encontram-se os Coordenadores Gerais (CG), responsáveis pela gerência operacional das coordenações subordinadas e dos setores.

Diretoria Geral:

- Diretor Geral do Campus
- Chefe de Gabinete
- Assessor de comunicação

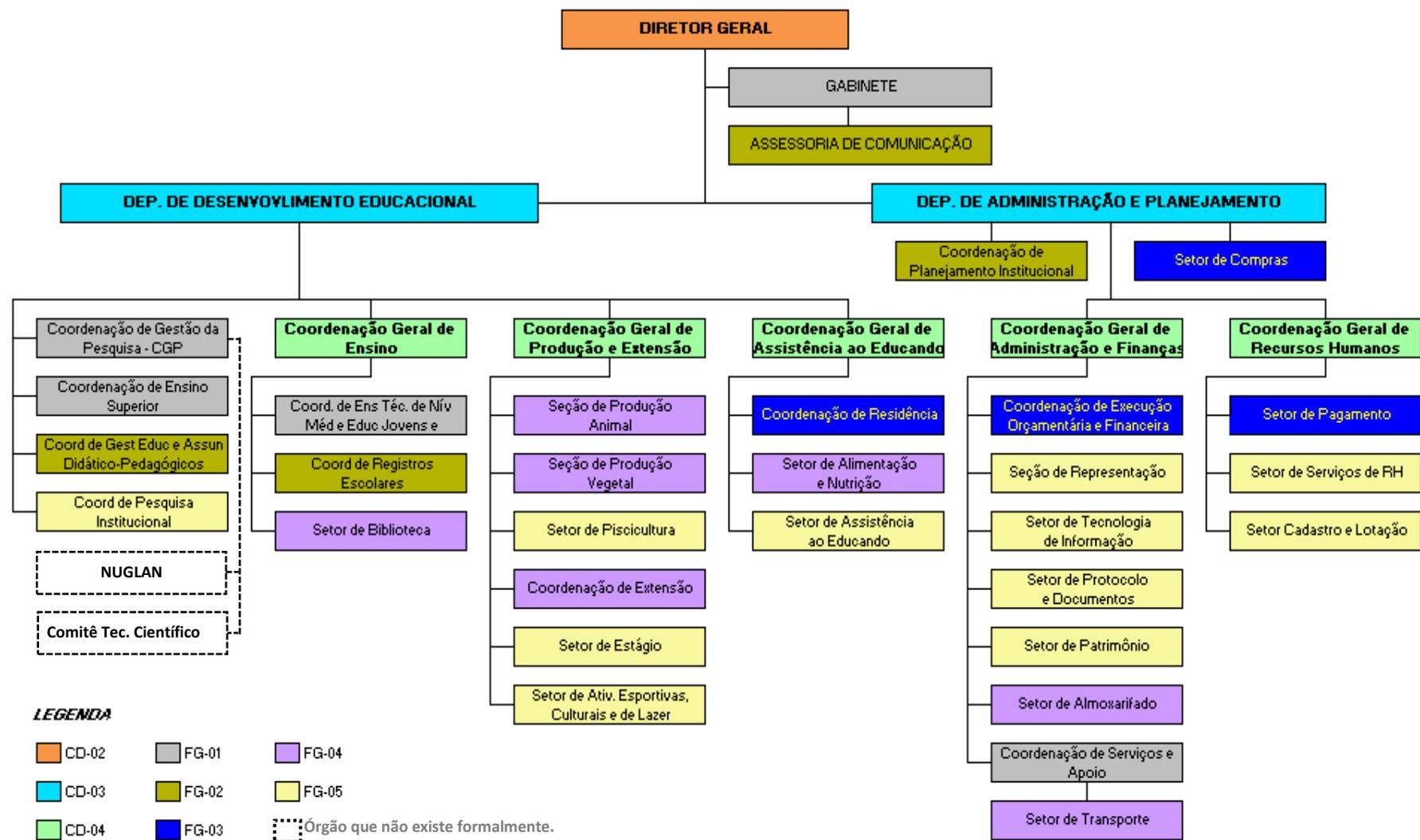
Departamento de Administração de Planejamento

- Diretor de Administração e Planejamento
- Coordenador Geral de Administração e Finanças
- Setor de Compras
- Coordenação de Planejamento Institucional
- Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira
- Seção de Representação
- Setor de Tecnologia de Informação
- Setor de Protocolo e Documentos
- Setor de Patrimônio
- Setor de Almoxarifado
- Coordenação de Serviço e Apoio
- Setor de Transporte
- Coordenação Geral de Recursos Humanos
- Setor de Pagamento
- Setor de Serviço de Recursos Humanos
- Setor de Cadastro e Lotação

Departamento de Desenvolvimento Educacional

- Coordenação Geral de Ensino
- Coordenação de Gestão Educacional e Assuntos Didáticos Pedagógicos
- Coordenação de Registros Escolares
- Setor de Biblioteca
- Coordenação de Gestão da Pesquisa
- Coordenação de Ensino Superior
- Coordenação de Pesquisa Institucional
- Coordenação Geral de Produção e Extensão
- Seção de Produção Animal
- Seção de Produção Vegetal
- Setor de Piscicultura
- Coordenação de Extensão
- Setor de Estágio
- Setor de Atividades Esportivas, Culturais e de Lazer.
- Coordenação Geral de Assistência ao Educando
- Coordenação de Residência
- Setor de Alimentação e Nutrição
- Setor de Assistência ao Educando

## 2.1. Organograma



### LEGENDA

<span style="display: inline-block; width: 15px; height: 15px; background-color: #f4a460; border: 1px solid black;"></span> CD-02	<span style="display: inline-block; width: 15px; height: 15px; background-color: #d3d3d3; border: 1px solid black;"></span> FG-01	<span style="display: inline-block; width: 15px; height: 15px; background-color: #d8bfd8; border: 1px solid black;"></span> FG-04
<span style="display: inline-block; width: 15px; height: 15px; background-color: #00b0f0; border: 1px solid black;"></span> CD-03	<span style="display: inline-block; width: 15px; height: 15px; background-color: #808000; border: 1px solid black;"></span> FG-02	<span style="display: inline-block; width: 15px; height: 15px; background-color: #fff2cc; border: 1px solid black;"></span> FG-05
<span style="display: inline-block; width: 15px; height: 15px; background-color: #90ee90; border: 1px solid black;"></span> CD-04	<span style="display: inline-block; width: 15px; height: 15px; background-color: #0000ff; border: 1px solid black;"></span> FG-03	<span style="border: 1px dashed black; display: inline-block; width: 15px; height: 15px;"></span> Órgão que não existe formalmente.

## 2.2. Órgão colegiado

### 2.2.1. Comitê Técnico Científico.

#### I - Composição

- Prof. Ms. Leonam Matos Correia Lima - Presidente
- Prof. Ms. Bruno Vinícius Castro Guimarães - Membro
- Profa. Dra. Cleoni Virginio da Silveira - Membro
- Prof. Ms. Elias Brasilino de Souza - Membro
- Profa. Ms. Francinete Soares Martins - Membro
- Prof. Ms. José Walter dos Santos - Membro
- Prof. Ms. Manoel de Jesus S. Miranda - Membro
- Profa. Ms. Sarah Ragonha de Oliveira - Membro
- Prof. Ms. Vinícius Retamoso Mayer - Membro

#### II - Competências

O Comitê Técnico-Científico (CTC) é um organismo de apoio acadêmico e científico do campus, e também um colegiado consultivo que tem como funções o assessoramento e a assistência técnico-científica na avaliação de planos e projetos de pesquisa.

O CTC tem as seguintes competências:

I. Apreciar e supervisionar a implementação da política científica e tecnológica do campus, assim como suas prioridades;

II. Acompanhar e avaliar os programas, projetos e atividades de pesquisa e extensão implementados;

III. Estimular a geração de conhecimento científico, propondo políticas de desenvolvimento de pesquisa;

IV. Promover a integração da pesquisa científica e tecnológica com atividades pedagógicas em todos os níveis;

V. Apoiar atividades do IFAM/CSGC que propiciem a consolidação e a disseminação da produção do conhecimento científico, tecnológico e cultural;

VI. Pronunciar-se sobre os relatórios anuais de atividades de pesquisa e extensão;

VII. Incentivar a interação entre diferentes grupos de pesquisa;

VIII. Estimular a integração dos docentes e discentes na prática de Pesquisa;

IX. Articular ações para proporcionar a melhoria da infraestrutura de pesquisa no campus;

X. Detectar oportunidades de financiamento junto às agências de fomento;

XI. Propor, normatizar e acompanhar as políticas de qualificação dos servidores do campus;

XII. Alterar o regimento ou qualquer normativa vinculada a este Comitê quando necessário.

### **3. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL**

#### **3.1. Inserção regional<sup>5</sup>**

A contextualização do IFAM – Campus São Gabriel remete-nos à fundação da Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira, como autarquia presente na região do rio Negro, com atuação no Ensino Profissionalizante desde 1995. Esta Instituição Federal de Ensino foi criada através da Lei Nº 8.670, de 30/06/1993, e transformada em autarquia através da lei Nº 8.731, de 16/11/1993, com objetivos de desenvolver a educação profissional nos diversos níveis, capacitar profissionais para o mundo do trabalho, investir no fortalecimento da cidadania, colaborar com o desenvolvimento através de ações articuladas com o setor produtivo e a sociedade civil, incentivar e operacionalizar mecanismos de pesquisa e extensão. Com Lei Nº 11.892, de 29/12/2008, foi transformada em Campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, passando a atuar com maior amplitude na oferta de cursos, a partir de 2009.

---

<sup>5</sup> Autoria do Grupo Temático Nº 4.

A região do Rio Negro, principal área de abrangência do IFAM – Campus São Gabriel da Cachoeira, é constituída pelos municípios de São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos, e nela convivem vinte e três povos indígenas, falantes de idiomas pertencentes a quatro famílias linguísticas distintas: Tukano Oriental, Aruák, Maku e Ianomâmi. No município de São Gabriel da Cachoeira a população indígena é estimada em trinta e cinco mil pessoas, vivendo em setecentos e cinquenta comunidades ao longo dos rios da região. Grande parte desta população vive nas cinco maiores terras indígenas da região já homologadas (1998), que formam uma área contínua de 106.00 km<sup>2</sup>.

Ao considerarmos o contexto regional em que estamos inseridos, importa-nos levar em conta a concepção aberta e complexa de espaço e não como uma unidade territorial fechada. E, neste sentido, optamos um ângulo epistemológico que vê no espaço algo “formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não isoladamente, mas como o quadro único no que a história se dá” (SANTOS, 2004, p.63).

O IFAM – Campus São Gabriel da Cachoeira, no espaço em que atua, busca na identificação e reconhecimento das potencialidades da região a criação de alternativas econômicas sustentáveis, baseadas no diálogo entre os conhecimentos tradicionais indígenas e os métodos científicos ocidentais, visando produzir referências técnicas que ajudem na melhoria das condições de vida das populações do noroeste do Amazonas, prioritariamente os povos indígenas. Nessa linha de pensamento, o IFAM – Campus SGC vem viabilizando ações para a valorização do patrimônio cultural e ambiental da região do alto rio Negro.

Entretanto, ao tratarmos do patrimônio cultural e ambiental regional aqui em foco, precisamos considerar o suporte conceitual aí implicado. Numa perspectiva *malinowskiana*, “a cultura consiste no conjunto integral dos instrumentos e bens de consumo, nos códigos constitucionais dos vários grupos da sociedade, nas ideias e artes, nas crenças e nos costumes humanos” (MALINOWSKI, 2009). Ao mesmo tempo, em se tratando de um contexto fortemente marcado pela presença de agentes socioculturais originários da região em referência, isso implica levarmos em conta os conhecimentos tradicionais construídos por estes atores locais, remetendo-nos a uma epistemologia política das etnociências, como perscrutadora das “formas de construção e codificação dos saberes indígenas, sua correspondência com os conhecimentos científicos e suas estratégias gnosiológicas diferenciadas” (LEFFE, 2001, p. 263).

Nesta região do Rio Negro convivem vinte e três povos indígenas, que falam idiomas pertencentes a quatro famílias linguísticas distintas (Tukano Oriental, Aruák, Makú e lanomâmi) nos municípios de São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos. No município de São Gabriel da Cachoeira a população total é de trinta e cinco mil pessoas, espalhadas em setecentos e cinquenta comunidades ao longo dos rios da região<sup>6</sup>, do lado brasileiro. Grande parte desta população vive nas cinco maiores terras indígenas da região, já reconhecidas oficialmente e homologadas (1998), que formam uma área contínua de 106.000 km<sup>2</sup>.

A cidade de São Gabriel da Cachoeira é o principal centro urbano regional. Alguns povoados indígenas, sobretudo Iauaretê, também possuem algumas características urbanas, motivadas pela presença de militares e de colégios dos missionários, responsáveis pela maior concentração da população indígena. A presença das missões salesianas na região iniciou na década de 20, instaladas em São Gabriel e nos povoados de Taracúá, Iauaretê, Pari-Cachoeira (bacia do Uaupés), Assunção (rio Içana) e Maturacá (área lanomâmi).

Embora o contato e o comércio entre os povos tradicionais desta região com os brancos, que vem ocorrendo há mais de dois séculos, tenha forçado a ida de muitos índios para fora da área (levados para trabalho compulsório no baixo rio Negro ou nas cidades de Manaus e Belém) e levado pessoas de outras origens a se estabelecerem aí, a população indígena se mantém hegemônica nesta região, constituindo pelo menos 90% do total. Estas sociedades desenvolveram, através de milênios nesta área, formas sofisticadas de adaptação ao meio ambiente regional e práticas diversas e complementares de subsistência.

Diante das condições limitantes dos ecossistemas da bacia do rio Negro, caracterizada pela predominância dos solos pobres e baixa disponibilidade de peixes e caça, as diversas etnias habitantes na região desenvolveram estratégias de sobrevivência como a habilidade para reconhecer e explorar os recursos ambientais disponíveis. Com isso, torna-se interessante o reconhecimento das potencialidades para criação de alternativas econômicas sustentáveis, baseadas na aliança dos indígenas com seus conhecimentos tradicionais e pesquisadores, com métodos científicos que permitam a realização de trabalhos, capazes de produzir referências técnicas, que ajudem na melhoria das condições de vida das comunidades indígenas<sup>7</sup>.

---

<sup>6</sup> Segundo informações do *Banco de Dados das Comunidades do Alto e Médio Rio Negro* do Instituto Socioambiental – ISA (1996).

<sup>7</sup> ISA, fonte citada.

Nessa linha de pensamento, o IFAM - Campus São Gabriel, antiga Escola Agrotécnica, iniciou ações visando à valorização do patrimônio cultural e ambiental da região do rio Negro, inspirada num grande pacto de gestão territorial, consolidado no Programa Regional de Desenvolvimento Indígena Sustentável-PRDIS<sup>8</sup>, implantando o Curso em Etnodesenvolvimento, na modalidade subsequente, na comunidade de Assunção do Içana, no rio Içana.



**IMAGEM 1: Formandos do Curso em Etnodesenvolvimento (Formatura – 2009)**

O projeto do curso foi elaborado pelos professores da EAFSGC, juntamente com representantes das comunidades da calha do rio Içana. O curso está sendo concluído, com a elaboração de projetos de desenvolvimento sustentável para a região do rio Içana. Logo após o início do Curso de Etnodesenvolvimento na Comunidade de Assunção do Içana, surgiram outras demandas. A primeira demanda foi apresentada pela Associação das Escolas Indígenas Takano Yepa Mashã-AEITYM, através de seu representante.

Em junho de 2006, foi realizada uma reunião na comunidade Cunuri, com a presença do representante da SETEC, Sérgio França, que presenciou as reivindicações da comunidade. Em outubro do mesmo ano, a direção da escola participou da mesa redonda sobre educação profissionalizante na comunidade Monte Cristo, durante a realização do Seminário “Construindo Políticas Públicas”, Coordenado pela professora Ivani Faria, representando a Universidade Federal do Amazonas, onde participaram os professores da EAFSGC, Elias B. de Souza, Simão

<sup>8</sup> Texto elaborado e publicado pela FOIRN e ISA (2003)

Corrêa e Tarcísio Luiz L. Souza. A partir do relatório produzido, foi elaborada a primeira versão da proposta do Curso Técnico em Desenvolvimento Indígena Sustentável. Essa minuta foi apresentada por duas ocasiões na Coordenação Geral de Educação da FUNAI, em Brasília SETEC, SECAD, dentre outros. A proposta foi apresentada ainda a Conselheiros do Conselho Nacional de Educação durante a visita realizada na comunidade Monte Cristo. Posteriormente, várias reuniões se seguiram no IPOL, com membros da AEITYM, professores da EAFSGC e com a professora Ivani, representando a UFAM. Houve também algumas reuniões na comunidade Uriri e Ipanoré. Ao final desse processo de discussão, foram gerados subsídios que deram os fundamentos para a EAFSGC ofertar o curso demandado pela associação dos professores indígenas das escolas indígenas da região do Baixo rio Ualpés.



**IMAGEM 2: Formandos do Curso em Desenvolvimento Indígena Sustentável/PROEJ, na comunidade de Ipanoré (Formatura – 2011).**

Ao fazermos frente a este exigente cenário de ampla multidimensionalidade, deparamo-nos com um difícil problema a ser encarado com sensibilidade, realismo e compromisso emancipatório. Em termos *morinianos*, precisamos estar sempre conscientes da imperatividade de construirmos “um pensamento apto a enfrentar o desafio da complexidade do real, isto é, perceber as ligações, interações, e implicações mútuas, os fenômenos multidimensionais, as realidades que são, simultaneamente, solidárias e conflituosas” (MORIN, 2009, p. 74).

Atualmente há uma demanda crescente das comunidades indígenas afiliadas à FOIRN (Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro), por oportunidades de capacitação técnica através cursos profissionalizantes e pelo desenvolvimento de experiências piloto de manejo de recursos naturais que venham a aprimorar formas tradicionais ou mesmo introduzir novidades sustentáveis, numa perspectiva de etnodesenvolvimento. Comunitários da sede municipal, dos municípios de Santa Isabel do rio Negro e de Barcelos também reivindicam ofertas de cursos técnicos e superiores, junto ao IFAM – Campus São Gabriel.



**IMAGEM 3: Alunos do Curso de Profissionalizante de Cadista/PRONATEC (Acervo IFAM – 2013)**

## **2.2. As novas bases legais e razões ordenadoras da Missão Institucional**

O Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE (MEC, 2007) definiu a territorialidade como princípio e pilar da educação, reforçando a valorização do contexto regional em que o IFAM – Campus São Gabriel está inserido.

Esse destaque valorativo relativo ao princípio da territorialidade gera uma perspectiva de atenção devida aos povos indígenas, grupos sociais destinatários da missão institucional que marcam presença predominante na região do Médio e Alto rio Negro. Nesse sentido, podemos verificar a alusão explícita feita à particularidade que deve ser considerada no contexto regional em que atuamos, conforme o disposto abaixo:

As populações indígenas têm constitucionalmente garantido o direito a uma educação própria. Os conceitos que sustentam o PDE permitem que sejam construídos, com as comunidades indígenas, arranjos étnico-educativos em respeito à territorialidade das comunidades, ensejando um novo desenho do regime de colaboração, com as responsabilidades partilhadas entre os níveis de governo, participação ativa das comunidades e da sociedade civil organizada (MEC – PDE, 2007, 37).

No que tange à missão do IFAM – Campus São Gabriel, dispomos de um marco regulatório fundador que estabelece o rumo que devemos trilhar no contexto em que atuamos enquanto instituição educacional. Nessa perspectiva, a Lei Nº 11.892/2008, que criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFETs, incorporou em seu arcabouço normativo o que já estava definido no novo arranjo institucional da Educação Profissional e Tecnológica, que fora dado pelo PDE (MEC, 2007), enquanto missão assim definida pelos seguintes objetivos:

A missão institucional dos IFET deve, no que respeita à relação entre educação e trabalho, orientar-se pelos seguintes objetivos: ofertar educação profissional e tecnológica, como processo educativo e investigativo, em todos os seus níveis e modalidades, sobretudo de nível médio; orientar a oferta de cursos em sintonia com a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos locais; estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo e o cooperativismo, apoiando processos educativos que levem à geração de trabalho e renda, especialmente a partir de processos de autogestão. Quanto à relação entre educação e ciência, o IFET deve constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, voltado à investigação empírica; qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas escolas públicas; oferecer programas especiais de formação pedagógica inicial e continuada, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de física, química, biologia e matemática, de acordo com as demandas de âmbito local e regional, e oferecer programas de extensão, dando prioridade à divulgação científica (MEC, op. cit., p. 32-3).

Ainda na mesma esteira regulatória da missão institucional contextualizada, temos o **Decreto Nº 6.861/2009**, o qual instituiu a educação escolar indígena, cujo funcionamento se dará de forma organizada com a participação dos povos indígenas, observada a sua territorialidade e respeitando suas necessidades e especificidades. Daí de-correm os seguintes objetivos: valorizar a cultura dos povos, afirmar e manter a diversidade; fortalecer as práticas socioculturais e das línguas maternas; formular e manter programas de formação de pessoal especializado para a educação

indígena; desenvolver currículos e programas específicos; elaborar material didático específico e diferenciado e afirmar as identidades étnicas. Somando-se a esse conjunto de ordenamentos norteadores, temos ainda a Portaria Nº 1.062, DE 30 de outubro de 2013, exarada do MEC, Institui o Programa Nacional dos Territórios Etnoeducacionais, quais ficam assim definidos e com objetivos melhor delineados:

Art. 2º Os territórios etnoeducacionais são espaços institucionais em que os entes federados, as comunidades indígenas, as organizações indígenas e indigenistas e as instituições de ensino superior pactuam as ações de promoção da educação escolar indígena, efetivamente adequada às realidades sociais, históricas, culturais, ambientais e linguísticas dos grupos e comunidades indígenas.

§ 1º: Os territórios etnoeducacionais objetivam:

I - ampliar e qualificar a oferta da educação básica e superior para os povos indígenas;

II - fortalecer o regime de colaboração entre os sistemas de ensino, promovendo a cultura do planejamento integrado e participativo e o aprimoramento dos processos de gestão pedagógica, administrativa e financeira da educação escolar indígena; e

III - garantir a participação dos povos indígenas nos processos de construção e implementação da política de educação escolar indígena, observada a sua territorialidade e respeitando suas necessidades e especificidades.

Dessa evolução normativa favorável às demandas regionais do rio Negro, notadamente àquelas apresentadas pelas lideranças indígenas, decorreram os fundamentos legais, necessários ao balizamento das ações do IFAM – Campus São Gabriel em sua região de atuação. Nestas condições, com a participação dos agentes sociais indígenas demandantes, surgiu a proposta do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena, em Física, como atendimento ao que foi pactuado no Plano de Ação para o desenvolvimento e institucionalização da Educação Escolar Indígena no Território Etnoeducacional do Rio Negro, em dezembro de 2008. O visa a capacitação de professores indígenas da região aqui referida, para atuação no Ensino Médio. A partir da oferta desse curso, têm surgido outras demandas, sobretudo, voltadas para as grandes áreas das Ciências da Natureza e Ciências Sociais.



**FOTO 4: Assembleia de pactuação do Curso de Licenciatura Intercultural em Física – Local: Maloca da FOIRN (Acervo IFAM-CSGC, 2010).**

Neste contexto regional de reivindicações por formação profissional em diversas áreas, é sempre oportuno não perder de vista o protagonismo do movimento indígena organizado do rio Negro. A proposta pedagógica do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena ofertado pelo IFAM – Campus São Gabriel (IFAM – CSGC, 2010) dar conta desse posicionamento, como podemos ver, a seguir:

Na última década o movimento indígena, através da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), tem pautado suas discussões e ações no âmbito da educação escolar indígena, construindo suas experiências com base em sua diversidade cultural, ou seja, delineando um sistema próprio, de modo a romper com os modelos introduzidos em seus contextos socioculturais que tendem a fragmentá-los, fragilizá-los e, mesmo, eliminar os conhecimentos e línguas dos povos indígenas da região .

## **3.2. Princípios filosóficos e técnicos metodológicos gerais que norteiam as práticas acadêmicas da instituição<sup>9</sup>**

### 3.2.1. Princípios Filosóficos e Teórico-Metodológicos

Ao definirmos os princípios filosóficos e teórico-metodológicos a serem adotados como componentes balizadores de nossa prática educativa, é preciso termos em conta que somos uma instituição de educação, focada na promoção de processos geradores de ciência e tecnologias. E, como tal, necessitamos considerar a ciência como um conjunto de saberes organizados e institucionalizados, sob os aspectos lógico-ontológicos, ético-históricos e politicamente definidos (PAVIANI, 2009, p. 15).

Neste sentido, importa-nos considerar a concepção sistêmica de educação mencionada e acolhida no Plano de Desenvolvimento Educacional - PDE (MEC, 2007), articulando-a uma concepção mais rica e transformada da ciência que propicie o imprescindível diálogo entre objeto e sujeito, entre antropossociologia e ciências naturais, condicionando-se ao suprimento da necessidade “um pensamento capaz de refletir sobre fatos e de organizá-los para deles obter conhecimento não atomizado, [...] um pensamento capaz de conceber o enraizamento dos valores numa cultura e numa sociedade” (MORIN, 2008, p. 122). Com essa articulação, à luz do documento do PDE, podemos chegar a uma virtuosa e indissociável combinação entre o ensino de ciências naturais, humanidades (incluindo Filosofia e Sociologia) e a educação profissional e tecnológica, viabilizando-se a reposição o debate da politécnica em novas bases, na perspectiva “da superação da oposição entre o propedêutico e o profissionalizante”, possibilitando o rompimento com o ensino de viés mecanicista e objetivante (MEC, 2007, p. 33).

No tocante aos princípios teórico-metodológicos, vale ressaltar que estes serão aqui considerados no sentido apresentado por Cipriano Luckesi (2011). A esse respeito, tratando da questão do método, este estudioso da educação traz para o campo da discussão relativa aos procedimentos de ensino a abordagem da perspectiva teórico-metodológica, sendo que esta é apresentada como método cujo significado traduz “um modo de abordar a realidade, seja para a produção de conhecimentos, seja para o encaminhamento de ações”. E nestes dois sentidos,

---

<sup>9</sup> Autoria do Grupo Temático N° 4.

conforme esse autor, “ao enfrentarmos a realidade, assumimos uma forma, uma visão que nos permite tratá-la sob um ponto de vista” (LUCKESI, 2011, p. 187-8), razão pela qual, neste contexto, “o método ganha caráter teórico, ou seja, o modo segundo o qual ele permite que a realidade seja apreendida do ponto de vista do conhecimento”, o que implica na diferença entre abordagens metodológicas que evidenciam e corroboram com ações em função de processos de transformação da sociedade e outras que dão visibilidade e sustentação a ações em função de processos conservadores de determinadas ordens sociais vigentes (LUCKESI, op. cit. p. 190).

Dessa compreensão da perspectiva teórico-metodológica, surge a possibilidade de um corolário ordenador que se vincula à educação enquanto face de um processo que se desenvolve dialeticamente, visando à construção da autonomia implicada na “formação de indivíduos capazes de assumir uma postura crítica e criativa frente ao mundo” (MEC, op. cit. p. 5), incluindo-se aí a abrangência das formas como as relações sociais são produzidas e as condições concretas de existência são construídas, a partir destas relações. E, neste plano de contextualização teórico-metodológica, pretende-se que nossa opção de tendência mais viável e aproximada de uma coerência com os pressupostos estabelecidos numa perspectiva promotora de processos tecnológicos voltados para a transformação da sociedade, bem como para a emancipação dos seres humanos, seja baseada na Pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos ou Pedagogia Histórico-Crítica, que tem entre seus teóricos Cipriano C. Luckesi (2011) e Demerval Saviani (2012). Conforme veremos mais adiante, para estes autores, esta proposta de abordagem, enquanto orientadora de nossas práticas educativas, implica no empenho focado na compreensão da questão educacional baseada no desenvolvimento histórico objetivo, de forma a contribuir para a formação da cidadania, sob as condições da criticidade que leva ao comprometimento político, em condições histórico-sociais determinadas.

### 3.2.2. Princípios Filosóficos

Pelas as razões expostas acima, o IFAM – Campus São Gabriel orientará sua prática como instituição pelos seguintes princípios filosóficos:

### 3.2.2.1. Responsabilidade e Inclusão Social

A responsabilidade social vincula o exercício de nossa condição de agente público da educação (equipe gestora do IFAM – Campus São Gabriel e todo o conjunto de administrados, docentes e técnico-administrativos, no âmbito institucional), associada ao corpo discente, legítimo e fundamental destinatário de nossa missão educativa, à exigência de respondermos pelas habilidades que desenvolvemos e praticamos, orientados pelos valores da atenção respeitosa à dignidade humana daqueles que esperam e dependem dos serviços que ofertamos, da solidariedade, do comprometimento e da justiça frente aos nossos administrados e aos desafios próprios do ambiente sociocultural e político-econômico no qual estamos inseridos.

No tocante à inclusão social, é-nos conveniente considerarmos o que diz José de Souza Martins (1997), ao abordar a negação desse princípio norteador de nossas ações. Esse sociólogo, tratando da existência da exclusão social no Brasil, afirma que - na sociedade brasileira - efetivamente, não pode ter havido exclusão social, e sim um tipo de “inclusão precária, instável e marginal”, pois para alguém ser excluído pressupõe-se que esteja numa condição de incluído, o que – no Brasil – esta condição, em geral, não se deu, de fato (MARTINS, 1997, p. 20). Frente a essa percepção, no nosso caso, ao nos balizar pela pelo princípio humanitário da inclusão social, importa-nos mantermos nosso foco, primeiramente, nos não-incluídos, e – num momento seguinte – naqueles que foram e continuam excluídos da oferta dos serviços públicos que devemos ofertar, institucionalmente. Nessa perspectiva, nossos servidores deverão ser motivados e mobilizados para contribuírem com a formação discente, sendo estes orientados para o compromisso responsável e solidário frente às demandas sociais que exigem soluções concretas de garantia de cidadania para todos, atuando como agentes de transformação da sociedade, fazendo uso dos conhecimentos adquiridos na instituição de ensino para enfrentamento permanente dos desafios presentes no contexto social, político, econômico e cultural da comunidade onde estão inseridos.

### 3.2.2.2. Concepção Sistêmica da Educação

A adoção da concepção sistêmica da educação como princípio filosófico orientador das ações do IFAM – Campus São Gabriel nos coloca diante de uma implicação extensa e complexa, envolvendo a vida como um todo. Essa concepção nos remete para além do aspecto estritamente organizacional da educação, com maior abrangência e exigência, pois diz respeito a uma nova visão da realidade que se baseia numa “consciência de estado de inter-relação e interdependência essencial de todos os fenômenos – físicos, biológicos, psicológicos, sociais e culturais”, transcendendo as fronteiras disciplinares ainda tão consideradas no atual contexto das diversas sociedades (CAPRA, 2001, p. 259). Essa perspectiva se amplia ainda mais, ao propiciar-nos uma abordagem da vida e dos diversos sistemas existentes no mundo, sob o paradigma da ecologia profunda, a partir do qual se concebe os seres humanos e todos os outros sistemas vivos como partes indissociáveis do meio ambiente natural em que vivem. Por esse prisma, passamos a ver “o mundo não como uma coleção de objetos isolados, mas como uma rede de fenômenos que estão fundamentalmente interconectados e são interdependentes” (CAPRA, 2004, 26).

Para a orientação de nossa prática educativa, esse modo de ver e entender o mundo ganha mais coerência e consistência objetiva com sua acolhida no PDE aqui em referência. Em seu conjunto de razões e princípios norteadores da educação oficial do País, esse instrumento balizador da educação emanado do Ministério da Educação, numa perspectiva de avanço e superação procura embasar-se no entendimento da educação “como processo de socialização e individuação voltado para a autonomia”, promovendo “a articulação entre as políticas as políticas especificamente orientadas a cada nível” com a implicação que reconheça “as conexões intrínsecas entre educação básica, educação superior, educação superior, educação tecnológica e alfabetização”, de modo a ver nessas conexões os fundamentos para “potencializar as políticas de educação de forma a que se reforcem reciprocamente” (MEC, 2007, 9-10). Com uma sustentação nessa perspectiva sistêmica, parte integrante dos pilares postos pelo PDE, entendidos como visão sistêmica da educação, territorialidade, desenvolvimento, regime de colaboração, responsabilização e mobilização social, ver-se a possibilidade, dentre outras consequências, de desdobramentos que expressem dois enlaces

fundamentais a saber: de um lado, entre educação, território e desenvolvimento, e de outro, entre qualidade, equidade e potencialidade; o que pode gerar consequências aos marcos regulatórios da educação, à medida que estes viabilizem um vínculo condicionador do “desenvolvimento socioeconômico que se realiza no território, ordenado segundo a lógica do arranjo educativo – local, regional e nacional (Idem, p. 11-12)”.

### 3.2.2.3. Orientação Epistemológica baseada no Pensamento Complexo

O IFAM – Campus São Gabriel, enquanto instituição que atua em um universo sociocultural e político-econômico de grande diversidade, há que levar em conta a multi-inter-transdimensividade da complexidade do contexto em que seus servidores, docentes e técnico-administrativos, vivem e desenvolvem ações como prestadores de serviços educacionais. Ter a complexidade como parte valorativa no horizonte e verticalidade do universo de atuação é fundamental, sobretudo no que tange à orientação dos processos mediadores e produtivos do conhecimento, ao definirmos as lentes epistemológicas que utilizamos na construção e na compreensão dos saberes com os quais lidamos.

A respeito dessa dimensão principiológica, Edgar Morin (2007) nos apresenta sua abrangência e implicação conceitual, a qual nos situa no que concerne à importância que ela tem, nos termos seguintes:

[...] complexidade é um tecido de elementos heterogêneos inseparavelmente associados, que apresentam a relação paradoxal entre o uno e o múltiplo. A complexidade é efetivamente a rede de eventos, ações, interações, retroações, determinações, acasos que constituem nosso mundo fenomênico. A complexidade apresenta-se, assim, sob o aspecto perturbador da perplexidade, da desordem, da ambiguidade, da incerteza (MORIN, 2007, p. 44).

No transcurso sua proposição conceitual sobre a complexidade, esse filósofo e antropólogo nos adverte acerca do grande alcance do pensamento complexo, situando-o na trajetória da retomada das conquistas fulcrais da “filosofia da suspeita” e reivindicando, a partir daí, que o método adquire novo sentido. O que nos remete à implicação do reaprender a aprender num caminhar sem metas rigidamente pré-definidas, mas “com a plena consciência de que todo conhecimento traz em si

mesmo e de forma ineliminável a marca da incerteza”, sem que sejamos equivocados e muito menos iludidos com “onda fácil” do vale-tudo nem com o ceticismo generalizado, mas engajados numa “luta contra o absolutismo e o dogmatismo disfarçados de verdadeiro saber” (Idem, 2007, p. 56).

Ao considerarmos essas proposições morinianas, enquanto pertencentes a uma instituição que tem em seu quadro agentes mediadores e produtores do conhecimento, não podemos dispor honestamente de álibi para justificarmos quaisquer arbitrariedades quando damos curso aos processos de mediação e construção do conhecimento, num contexto regional tão diversificado em seus aspectos socioeconômico, político e cultural, sobretudo no tocante aos complexos sistemas de saberes já instituídos, a partir de múltiplas e intercomplementares perspectivas epistemológicas.

#### 3.2.2.4. Princípios Teórico-Metodológicos

Os princípios teórico-metodológicos que o IFAM – Campus São Gabriel adotará devem nortear uma prática educativa institucional que seja capaz de proporcionar aos destinatários de sua missão instrumentos para uma aprendizagem focada na autonomia individual e, ao mesmo tempo, socializadora do conhecimento, dentro do processo de construção da cidadania que viabilize a concretização de sua emancipação dos que dependem dos serviços educacionais nossa instituição de ensino. Isto posto, optamos pelos seguintes marcos preceituais, que orientarão nossa atuação de natureza educacional, com abrangência no ensino, na pesquisa e na extensão.

#### 3.2.2.5. Pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos (Pedagogia Histórico-Crítica):

Para assegurar a possibilidade de propiciar condições favoráveis à autonomia, como pressuposto para o exercício da cidadania com criticidade e a viabilização da emancipação dos sujeitos destinatários, frente à realidade social, política, econômica e cultural em que estão inseridos, é oportuno adotarmos, enquanto IFAM – Campus São Gabriel, a Pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos – PCSC (ou Pedagogia Histórico-Crítica), como balizador teórico-metodológico de nossas práticas

educativas, focadas no ensino, pesquisa e extensão, sem prejuízo do diálogo com as diversas tendências teórico-metodológicas com as quais devemos conviver. Essa escolha se dar pelo fato da PCSC colocar os processos de ensino-aprendizagem orientados por objetivos cujas consequências podem expressar uma concreta conjugação entre educação, cidadania com criticidade, conhecimento, comprometimento político e transformação da sociedade. Na formalização conceitual dada pelo teórico da educação brasileira, Cipriano C. Luckesi (2011), a PCSC tem por objetivo:

[...] contribuir, por meio da educação, para a formação da cidadania, ou seja, garantir a todos os educandos condições de criticidade, o que significa conhecimento e comprometimento político. Para tanto, [a PCSC] considera que, dentro de condições histórico-sociais determinadas, os conteúdos escolares são aqueles que decorrem das ciências e, de forma crítica, podem e devem ser transmitidos pelos professores e assimilados pelos alunos, de tal forma que adquiram instrumentos culturais necessários para a garantia e do desenvolvimento da luta por uma sociedade igualitária para todos os seres humanos (LUCKESI, 2011, p. 173).

Nessa mesma esteira de formulação e proposta da Pedagogia Histórico-Crítica, temos a contribuição de outro teórico da educação brasileira, Demerval Saviani (2012), que busca a compreensão da questão educacional tendo como base o desenvolvimento histórico objetivo, ancorado na categoria de análise marxiana do materialismo histórico, ao fazer a assertiva seguinte:

[...] a expressão pedagogia histórico-crítica é o empenho em compreender a questão educacional com base no desenvolvimento histórico objetivo. Portanto, a concepção pressuposta nesta visão da pedagogia histórico-crítica é o materialismo histórico, ou seja, a compreensão da história a partir do desenvolvimento material, da determinação das condições materiais da existência humana (SAVIANI, 2012, p. 76).

Com esse entendimento, aqui, podemos estabelecer uma conexão com o documento do PDE (2007), quando este se reporta às exigências do conceito de autonomia atribuído ao indivíduo, nos seguintes termos:

A compreensão do conceito de autonomia do indivíduo exige a percepção da natureza dialética da relação entre socialização e individuação. Educar homens e mulheres autônomos é garantir a

emergência de subjetividades críticas sobre o pano de fundo de uma tradição cultural gerada pela linguagem e pelo trabalho, o que só é possível pelo desenvolvimento de competências para se apropriar de conteúdos e da capacidade de tomar postura crítica frente a eles (MEC, op. cit., p. 41).

Dados estes pressupostos, podemos ter como base para nossa prática educativa uma concepção dialética de educação, implicando igualmente nossas práticas avaliativas, em conexão com a realidade concreta e a consequente ação reflexiva sobre ela, de maneira a possibilitar a devida e consistente intervenção sobre a mesma, de forma a provocar mudanças nos processos que aí ocorrerem, em benefício dos destinatários da missão educativa institucional (ROMÃO, 2011, p. 66).

#### 3.2.2.6. Currículo Integrado Intertransdisciplinar na perspectiva da Intertransculturalidade

O advento do Decreto Nº 5.154/2004 redefine as diretrizes da educação profissional brasileira, trazendo novos balizamentos para nossa atuação, como instituição que opera no âmbito da educação, ciência e tecnologia, a partir de um arranjo curricular integrado numa perspectiva intertranscultural. Com o lançamento dessas novas bases, a organização curricular passa a ser compreendida como um conjunto de articulação de saberes científicos associados aos diversos tipos de saberes, de forma intertranscultural. Para tanto, a proposta pedagógica que guiará nossa prática educativa levará em conta o que discute Barasah Nicolescu (1999), ao trazer o debate do relatório da Comissão da UNESCO, focada em estudos da educação para o século XXI para dentro da concepção de transdisciplinaridade. Para esse físico, uma abordagem transdisciplinar no contexto do advento de um novo tipo de educação deve considerar os pilares propostos pela comissão da UNESCO, quais sejam:

- Aprender a conhecer, a partir de métodos que nos auxiliem na distinção entre o que é real e o que é ilusório, assegurando-nos de nosso acesso aos saberes de nosso tempo, primando por uma qualidade que instigue ao questionamento dos fatos, imagens, representações e formalizações; que estabeleça pontes entre os

diferentes saberes, seus significados para a vida cotidiana e nossas potencialidades interiores;

- Aprender a fazer, como “aquisição de uma profissão e dos conhecimentos e práticas que lhe são associados”, da forma que essa profissão seja “ligada, no interior do ser humano, aos fios que a ligam a outras profissões”, de maneira que tenha como base o equilíbrio entre a exterioridade e a interioridade de cada pessoa;

- Aprender a viver em conjunto, levando-se em conta “o respeito pelas normas que regem as relações entre os seres que compõem uma coletividade”, e isso implica a validação de ordenamentos normativos no interior de cada ser humano, que deve “reconhecer-se a si mesmo na face do outro”, gerando uma disposição para atitudes que transite e viabilize relações nos níveis e universos transcultural, transreligioso, transpolítico e transnacional, o que “nos permitirá assim aprofundar melhor nossa própria cultura, defender melhor nossos interesses nacionais, respeitar melhor nossas próprias convicções religiosas ou políticas”;

- Aprender a ser, a partir da descoberta de nossos condicionamentos, da harmonia/desarmonia entre nossa vida individual e vida social, e da sondagem da profundidade dos embasamentos de nossas convicções, de nossas crenças, na perspectiva da fundamentação do ser, numa dinâmica de recíproca aprendizagem entre educador e educando, associada à aprendizagem e ao respeito do que liga o Sujeito do conhecimento ao Objeto a ser conhecido (NICOLESCU, 1999, p. 144-8).

Com estes pressupostos, podemos dispor das bases necessárias para optarmos por um arranjo curricular integrado na proposta educativa do IFAM – Campus São Gabriel, num novo patamar cuja configuração nos coloque diante da perspectiva de um currículo intertranscultural (PADILHA, 2004, p. 313-14) que integre vários saberes, consubstanciado nos seguintes princípios e valores a saber:

- na formulação do currículo, implicar na todas as ações e relações desenvolvidas na instituição de ensino, contemplando “sua organização democrática dinâmica, direta, participativa e representativa e aberta à comunidade”;

- favorecimento de um ambiente educacional no qual os usuários dos serviços aí ofertados encontrem relevante significado ao tornarem-se presentes e se sintam alegres, no conjunto de relações que se estabelecerem no ambiente institucional;

- valorização do espaço educacional como um ambiente de “construção individual e coletiva da ação pedagógica e das trocas intertransculturais”;
- promoção da “educação permanente de todas as pessoas que participam e atuam direta ou indiretamente” na instituição de ensino, na prática do “exercício da cidadania planetária”;
- adoção de uma “postura dialógico-dialética e complexa diante da realidade, abrindo-se para toda manifestação de sensibilidade, expressividade, espiritualidade, do sentimento e do conhecimento humanos”;
- estímulo ao questionamento frente a “todo e qualquer discurso, informação, conhecimento e processo de ensino-e-aprendizagem que se autodenomine neutro ou que se apresente numa perspectiva homogeneizadora”;
- valorização do “intercâmbio e diálogo entre grupos culturais e seu mútuo enriquecimento”, bem como o questionamento e busca da “superação de quaisquer manifestações que pretenda, sob qualquer alegação, naturalizar o predomínio de uma cultura sobre a outra”;
- abordagem e desenvolvimento do conhecimento na instituição de ensino, baseada nas relações e nas trocas intertransculturais e a valorização das iniciativas de promoção da cultura como oportunidades privilegiadas;
- busca da superação de toda e qualquer lógica binária e análise da multidimensionalidade do ser humano;
- criação de “novos contextos educativos para a integração criativa, cooperativa, solidária, emancipadora e humanizadora entre os diferentes sujeitos, grupos de pessoas e comunidades;
- posicionamento claro e direto “contra qualquer tipo de manifestação preconceituosa, etnocêntrica, violenta, que promova a desigualdade e a exclusão social”;
- superação do “modelo de controle da exclusão social por Estado que ‘pilota’ as políticas sociais como ‘tutelado’ e não como gestor, alterando as formas de relação entre Estado educador e educação escolar”;

- promover a realização de processos de construção do conhecimento sempre visando à justiça social e à humanização da educação, estimulando a aprendizagem como forma de intercâmbio e partilha”;

- respeito a todos os marcos regulatórios e de princípios/valores orientadores das práticas institucionais, das condutas individuais e coletivas, enquanto demandas de interesse dos diversos povos, bem como o incentivo a “permanente atualização crítica dos referidos princípios, de acordo com as exigências e necessidades das sociedades contemporâneas, respeitados os limites éticos da convivência humana, justa, pacífica, solidária, sustentável e emancipadora.”

### 3.2.2.7. Promoção da Tecnologia Emancipatória:

O IFAM – Campus São Gabriel, enquanto instituição de educação que atua com foco na promoção de processos geradores de ciência e tecnologias, para atender às demandas próprias do contexto em que está inserida, há que levar em conta como pressuposto fundamental necessidade de identificar e refutar as relações de poder geradoras de representações sociais que traduzem e operam a partir da visão sócio relacional que alimenta a dicotomia impondo uma desconexão ideologicamente fabricada entre o trabalho manual e trabalho puramente intelectual.

A esse respeito, vê-se uma construção sócio representativa e preconceituosa que macula as entranhas da alma brasileira, pela produção de representações sobre o trabalho humano, reveladoras de um entendimento a partir do qual todo e qualquer trabalho que venha exigir esforços físicos e manuais passa a ser visto como trabalho desqualificado. Essa nefasta construção de representação sobre a noção de trabalho, num extenso período da História brasileira, tem se desenvolvido a partir dos “processos de distinção e distanciamento social desenvolvidos durante o período colonial escravista”, repercutindo nas estratégias dos diversos projetos de educação que também são reprodutores da dicotomização entre trabalho manual (com ou sem o uso da técnica sofisticada) e trabalho intelectual (MANFREDI, 2002, p. 71-2).

Para não darmos continuidade à reprodução do danoso distanciamento entre a preparação para o trabalho manual e o aprendizado para o desempenho de atividades que envolvem esforços predominantemente intelectuais é necessária um

mudança de rumo, sobretudo na forma como concebemos e valorizamos a tecnologia, em nossa prática pedagógica. Sobretudo, trabalharmos um conceito de tecnologia que leve em conta à capacidade e qualidade do pensamento, da reflexão e da ação concreta dos destinatários da missão educativa institucional do Campus São Gabriel, tendo em vista o exercício consciente e crítico da cidadania por parte dos usuários dos serviços educacionais institucionalmente ofertados, de maneira se propicie condições para a vivência da liberdade, da autonomia, da integralidade e outros valores fundamentais para se tiver uma vida digna e com qualidade, onde seja possível uma preparação para o mundo do trabalho que garanta a auto realização do indivíduo, enquanto inserido na coletividade. Nessa perspectiva, é válida a lição dada por Elisabete A. Nietzsche (2000), que nos apresenta o conceito de tecnologia emancipatória disposto a seguir:

A tecnologia emancipatória é concebida e entendida como a apreensão e a aplicação de um conjunto de conhecimentos e pressupostos que, ao serem articulados técnica e eticamente, possibilitam aos indivíduos pensar, refletir, agir, tornando-os sujeitos do seu próprio processo existencial, numa perspectiva de exercício de consciência crítica e da cidadania, tendo como condição a possibilidade de experimentar liberdade, autonomia, integralidade e estética, na tentativa de buscar qualidade de vida, de modo que os envolvidos possam encontrar a sua auto realização (NIETSCHE, 2000, p. 164-5).

Dados estes pressupostos, temos a possibilidade de formular um entendimento que articule princípios teórico-metodológicos a um vasto conjunto de valores que orientem nossa prática pedagógica, para a formação de agentes sociais para o mundo do trabalho, que capazes de exercer sua cidadania de forma mais holística, com autonomia, liberdade, equilíbrio, reponsabilidade e humanismo, e com uma consciência para agir numa perspectiva de cooperação e de complementaridade com as pessoas e os diversos sistemas vivos do mundo natural, ambiente de sua interação (SCARPATO, 2012, 52-3).

#### 4. CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO E DOS CURSOS PRESENCIAIS E A DISTÂNCIA

##### 4.1. Cronograma de Implantação de Cursos<sup>10</sup>

1) CURSOS INTEGRADOS										
CURSO	TIPO	VAGAS	DIMENSÃO DAS TURMAS	TURNO	REGIME DE MATRÍCULA	2014	2015	2016	2017	2018
Técnico em Informática	Presencial	40	40	Diurno	Anual	X				
Técnico em Agroecologia	Presencial	40	40	Diurno	Anual			X		
2) CURSOS SUBSEQUENTES										
CURSO	TIPO	VAGAS	DIMENSÃO DAS TURMAS	TURNO	REGIME DE MATRÍCULA	2014	2015	2016	2017	2018
Técnico em Informática	Presencial	40	40	Noturno	Anual	X				
Técnico em Enfermagem	Presencial	40	40	Noturno	Anual	X				
Técnico em Contabilidade	Presencial	40	40	Noturno	Anual					X
3) CURSOS DE GRADUAÇÃO										
CURSO	TIPO	VAGAS	DIMENSÃO DAS TURMAS	TURNO	REGIME DE MATRÍCULA	2014	2015	2016	2017	2018
Graduação em Informática	Presencial	40	40	Noturno	Anual				X	
Graduação em Enfermagem	Presencial	40	40	Noturno	Anual				X	
Bacharelado em Administração	Presencial	40	40	Noturno	Anual				X	

<sup>10</sup> Autoria da Direção Geral, Departamento de Desenvolvimento Educacional e Coordenação Geral de Ensino com base na pesquisa por demanda de cursos realizada junto aos alunos e professores das escolas municipais das comunidades indígenas das mais diversas calhas de rio, com exceção das comunidades dos rios Tiquié, alto Içana e baixo rio Negro entre dezembro de 2013 e janeiro de 2014.

## 5. PERFIL DO CORPO DOCENTE<sup>11</sup>

### 5.1. Composição do quadro de docentes efetivo

Nº	Nome do Servidor (a)	Data de efetivo exercício	Formação Acadêmica	Titulação máxima / Área do conhecimento	SITUAÇÃO DO DOCENTE
01	Abner Márcio O. Teixeira Cicarini	11/12/2009	Licenciatura em Matemática	ESPECIALISTA / Ciências Exatas e da Terra	Cursando Mestrado
02	André Rogério Matos da Silva	28/11/2005	Bacharel em Engenharia Florestal	MESTRE em Ciências Florestais e Ambientais / Manejo e Tecnologia de Recursos Florestais Tropicais	Cooperação Técnica
03	Andréa Alves Lustoza	10/02/2006	Licenciatura em Educação Física	ESPECIALISTA / Turismo e Gestão Territorial	Na sede
04	Bruno Vinícius Castro Guimarães	18/11/2009	Bacharel em Agronomia	MESTRE em Produção Vegetal no Semiárido/ Produção Vegetal	Na sede
05	Cleoni Virginio da Silveira -	17/01/1997	Licenciatura em Química	DOCTORA em Química / Produtos Naturais / Química de Produtos Naturais	Na sede
06	Dayse Alisson Câmara Cauper	21/01/2010	Licenciatura em Educação Física	ESPECIALISTA / Educação Física Escolar	Serviço Provisório
07	Denise Dias	24/11/2009	Licenciatura em Letras	ESPECIALISTA / Literatura Brasileira	Serviço Provisório
08	Di Angelo Matos Pinheiro	02/07/2012	Licenciatura em Física	ESPECIALISTA em Ensino de Matemática na Educação Básica e no Ensino Superior	Cursando Mestrado
09	Edlene da Silva Trindade	06/01/2011	Licenciatura em Letras	Licenciado em Letras	Na sede
10	Elenice dos Santos Costa	13/03/2007	Bacharel em Ciência da Computação	ESPECIALISTA / Docência do Ensino Superior	Serviço Provisório
11	Elias Brasilino de Souza	27/07/1998	Licenciatura em História	MESTRE em Sociedade e Cultura na Amazônia / Processos Socioculturais na Amazônia	Na sede
12	Elizângela Maria da Silva Bossone	22/03/2007	Tecnólogo em Processamento de Dados	ESPECIALISTA / Ambiente e Desenvolvimento para Internet	Serviço Provisório
13	Francinete Soares Martins	11/01/2007	Licenciatura em Filosofia	MESTRE em Desenvolvimento Sustentável/Sustentabilidade e Junto a Povos de Terras Indígenas	Na sede
14	Jacqueline Alves Araújo França	23/12/2009	Bacharel em Ciências Biológicas	ESPECIALISTA / Biotecnologia	Serviço Provisório
15	João Batista Ferreira Souza da Silva	18/11/2009	Licenciatura em Geografia	ESPECIALISTA / Educação Ambiental	Na sede
16	Joscival Vasconcelos Reis	01/03/2010	Licenciatura em Letras	ESPECIALISTA em EJA	Na sede
17	José Walter dos Santos	02/01/1997	Licenciatura em Ciências Agrícolas	MESTRE em Agricultura Tropical / Agricultura Tropical	Na sede

<sup>11</sup> Autoria da Coordenação Geral de Recursos Humanos.

18	Josiani Mendes Silva	01/11/2006	Licenciatura em Pedagogia	MESTRE em Ciências/Educação Agrícola	Cursando Doutorado
19	Juliane Silva Ribeiro	22/01/2007	Bacharel em Ciências Econômicas	ESPECIALISTA / Gestão da Administração Pública	Serviço Provisório
20	Leonam Matos Correia Lima	28/12/2009	Bacharel em Administração	MESTRE em Gestão da Informação	Na sede
21	Letícia Alves da Silva	24/02/2011	Licenciatura em História	ESPECIALISTA /Gestão de Política Ambiental	Na sede
22	Luana Malheiros Ferreira	18/11/2009	Bacharel em Engenharia de Pesca	Bacharel em Engenharia de Pesca	Cursando Mestrado
23	Madalena Otaviano Aguiar	21/02/2003	Bacharel em Ciências Biológicas	DOUTORA em Ciências Biológicas / Botânica	Remoção Temporária
24	Manoel Ferreira Falcão	11/10/2007	Licenciatura em Letras	ESPECIALISTA em EJA	Na sede
25	Manoel de Jesus de Souza Miranda	21/03/2013	Bacharel em Engenharia Florestal	MESTRE em Ciências Ambientais e Florestais/ Manejo e Tecnologia de Recursos Florestais Tropicais.	Na sede
26	Márcio Antônio Lourenço Mota	11/03/2013	Licenciatura em Biologia	ESPECIALISTA em Conservação dos Recursos Naturais	Na sede
27	Marino Silva de Oliveira Filho	17/01/1997	Bacharel em Agronomia	MESTRE em Ciências Agrárias/ Sistemas Agroflorestais	Serviço Provisório
28	Míriam de Paula Brito	29/12/2011	Tecnóloga em Desenvolvimento de Software	Tecnologia em Desenvolvimento de Software	Na sede
29	Pedro Damião Castro Fernandes	30/09/2005	Licenciatura em Geografia	ESPECIALISTA em EJA	Na sede
30	Pedro Macedo da Costa	13/10/2005	Bacharel em Engenharia Florestal	ESPECIALISTA em EJA	Remoção Temporária
31	Raimunda Ariádna Gomes de Souza	01/02/1995	Licenciatura em Letras	ESPECIALISTA / Metodologia e Didática de Ensino Superior	Serviço Provisório
32	Raimundo Santarém dos Santos	04/03/2013	Licenciatura em Artes Plásticas	Licenciado em Artes Plásticas	Na sede
33	Reinaldo Malveira Fonseca	02/01/1997	Licenciatura em Ciências Agrícolas	MESTRE em Agricultura e Sustentabilidade na Amazônia / Plantas Nativas e Potenciais de Uso	Cursando Doutorado
34	Roberta Enir Faria Neves de Lima	24/02/2011	Licenciatura em Letras	ESPECIALISTA em Docência do Ensino Superior	Licença p. Acomp. Familiar doente
35	Rondon Tatsuta Yamane B. de Souza.	27/08/2010	Bacharel em Zootecnia	ESPECIALISTA em Piscicultura	Na sede
36	Roosevelt Passos Barbosa	10/04/2003	Bacharel em Engenharia de Pesca	ESPECIALISTA / Planejamento e Gerenciamento de Águas	Serviço Provisório
37	Rubio Thalles Andrade de Moura	10/10/2011	Licenciatura em Física	ESPECIALISTA em Educação Ambiental	Na sede
38	Sarah Ragonha de Oliveira	07/12/2009	Bacharel em Zootecnia	MESTRE em Ciências Biológicas / Biologia de Água Doce e Pesca Interior	Na sede
39	Suzana Brito de Oliveira	12/01/2007	Licenciatura em Letras	ESPECIALISTA / Gestão da Educação	Serviço Provisório

40	Tarcísio Luiz Leão e Souza	22/03/2004	Licenciatura em Matemática	MESTRE em Educação Matemática/ Educação Matemática	Cursando Doutorado
41	Wuathiney Cruz Ferreira	27/03/2013	Licenciatura em Educação Física	Licenciado em Educação Física	Na sede
42	Vinícius Retamoso Mayer	04/12/2009	Licenciatura em História	MESTRE em História / História das Sociedades Ibéricas e Americanas	Na sede

## 5.2. Composição do quadro de docentes substitutos

Nº	NOME DO SERVIDOR (A)	FORMAÇÃO ACADÊMICA	SITUAÇÃO DO DOCENTE
1	Ademir Basílio Manuel	Licenciatura em Física	Em exercício
2	Elenisse Camacho M Torres	Licenciatura em Letras	Em exercício
3	Graziele Azevedo	Licenciatura em Ciências Biológicas	Em exercício
4	Maria Rosineide Gama Feitosa	Bacharelado em Enfermagem	Em exercício
5	Marise Gonçalves Costa	Licenciatura em Pedagogia	Em exercício
6	Rosemir Mateus Gabriel	Licenciatura em Matemática	Em exercício

## 5.3. Situação atual do quadro docente

Nº	RESUMO DO QUADRO DOCENTE	Quantidade
I	Docente em situação de Cooperação Técnica	01
II	Docente afastado para capacitação ao nível de Doutorado	03
III	Docente afastado para capacitação ao nível de Mestrado	03
IV	De Licença para acompanhar familiar doente	01
V	Docente em situação de Serviço Provisório	10
VI	Docente em situação de Remoção Temporária	02
VII	<b>Docente em efetivo serviço no Campus</b>	<b>22</b>
VIII	Total de docentes do quadro efetivo	42
IX	Total de docentes substitutos	6
X	Docente colaborador (4h/semana)	1
	<b>Total de docentes em atividade no Campus em 2014 (VII+IX+X)</b>	<b>29</b>

## 5.4. Composição do Quadro Técnico Administrativo

Nº	Nome do (a) Servidor (a)	Data de efetivo exercício	Formação Acadêmica	C.H	Titulação Máxima / Área do Conhecimento	SITUAÇÃO DO TAE
01	Alessandra Gonçalves de Freitas	23/12/2009	Licenciatura em Matemática	40	LICENCIADA/Matemática	Na sede
02	Alessandro Marcondes Albuquerque	09/09/2009	Bacharelado em Ciências Políticas	40	BACHAREL/Ciências Políticas	Na sede
03	Ana Raquel Marinho Correia	14/12/2009	Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	40	ESPECIALISTA /Redes de Computadores	Na sede

04	Anacleto Barbosa Garrido	01/02/1995	Bacharelado em Ciências Políticas	40	ESPECIALISTA / Projea	Remoção Temporária/Saúde Familiar
05	Arcângelo de Jesus Marinho Castilho	01/02/1995	Licenciatura em Matemática	40	ESPECIALISTA / Projea	<b>Na sede</b>
06	Carlos Antônio de Lima e Silva	01/02/1995	Licenciatura em Matemática	40	ESPECIALISTA / Projea	<b>Na sede</b>
07	Claudecir da Silva Barreto	15/02/1995	Licenciatura e Bach. em Educação Física	40	LICENCIADO/Educação Física	<b>Na sede</b>
08	Cornélio Josefina Fernandes Barros	28/07/1997	Licenciatura em Geografia	40	ESPECIALISTA / Turismo e Gestão Territorial	<b>Na sede</b>
09	Domingos Sávio Brito Fonseca	01/02/1995	Curso Normal Superior	40	ESPECIALISTA / Projea	<b>Na sede</b>
10	Edilson Marcondes Marcelino	01/02/1995	Tecnologia em Engenharia de Pesca	40	TECNÓLOGO/Engenharia de Pesca	<b>Na sede</b>
11	Efraim dos Santos Pereira	01/02/1995	Licenciatura em Letras	40	LICENCIADO/Letras	<b>Na sede</b>
12	Elizete Fernanda Cardoso Batista	06/12/1996	Suplência em 2º Grau	40	Suplência em 2º Grau	Serviço Provisório
13	Francisco Iran Freire	01/02/1995	Medicina Veterinária	40	ESPECIALISTA / Antropologia da Saúde	<b>Em processo de Aposentadoria</b>
14	Gehhson de Oliveira Almeida	01/02/1995	Bacharelado em Administração	40	BACHAREL/Administração	Representante do IFAM/CSGC em Manaus
15	Inês Mendes de Lima	24/02/1995	Bacharelado em Administração	40	ESPECIALISTA /Gestão de Pess. no Serv. Público.	<b>Na sede</b>
16	Jacirene Maria Gadelha dos Anjos	31/10/1996	Bacharelado em Ciências Políticas	40	ESPECIALISTA / Projea	<b>Na sede</b>
17	Jane Fernandes Monteiro	01/02/1995	Licenciatura Plena em Letras	40	ESPECIALISTA / Gestão de Pessoas no Setor Público	<b>Na sede</b>
18	Joaquim da Silva	04/04/2006	Ensino Médio	40	TÉCNICO / Informática	<b>Na sede</b>
19	Joaquim Garrido Otero	05/08/1996	Ensino Médio	40	Ensino Médio	<b>Na sede</b>
20	José Haroldo Cavalcante de Souza	14/01/2008	Bacharelado em Ciências Políticas	40	ESPECIALISTA / Projea	<b>Na sede</b>
21	José Miguel de Moraes	02/10/1996	Ensino Fundamental	40	Ensino Fundamental	<b>Na sede</b>
22	Josélia de Jesus da Fonseca	02/12/2009	Bacharelado em Administração	40	ESPECIALISTA / Gestão Escolar	Serviço Provisório
23	Josenir Otéro Gonçalves	01/02/1995	Técnico em Enfermagem	40	TÉCNICO/Enfermagem	<b>Na sede</b>
24	Jucilene Firmo dos Santos	23/12/2009	Lic. Plena e Bach. em Educ. Física	40	LICENCIADO/Educação Física	<b>Na sede</b>
25	Kátia Silva Machado	01/02/1995	Tecnologia em Gestão Pública	40	ESPECIALISTA / Gestão de Pessoas	<b>Na sede</b>
26	Ladislau França da Silva	01/02/1995	Ensino Fundamental	40	Ensino Fundamental	<b>Na sede</b>
27	Loyane Malheiros Ferreira Soares	24/06/2010	Ensino Médio	40	TÉCNICO / Agropecuária	
28	Lygia Gottgroy Fraga Zigolis Filha de Oliveira	15/06/2010	Licenciatura Plena em Pedagogia	40	MESTRE/em Ensino da Saúde e do Ambiente	Serviço Provisório
29	Márcia Aguiar França	01/02/1995	Técnico em Administração	40	TÉCNICO /Administração	<b>Na sede</b>

30	Marco Antônio Manso da Silva	01/02/1995	Lic. Plena p/ Graduação de Prof. da Parte Especial do Currículo do Ensino de 2º Grau	40	LICENCIADO Agropecuária	<b>Na sede</b>
31	Maria Teresa Azevedo Gama	05/05/1996	Licenciatura Plena em Normal Superior	40	ESPECIALISTA / Projea	Serviço Provisório
32	Maria Zelinda de Souza Lima	14/12/2009	Licenciatura Plena em Pedagogia	40	ESPECIALISTA / Psicopedagogia	<b>Na sede</b>
33	Nairson Brazão Queiroz	15/12/2009	Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	40	TECNÓLOGO/ em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	<b>Na sede</b>
34	Nilo Felipe Berberich	15/12/2009	Licenciatura Plena em Letras	40	MESTRE/em Língua e Literatura Italiana	Remoção Temporária
35	Nisael de Oliveira Kaufman	22/10/2010	Licenciatura Plena em Pedagogia.	40	ESPECIALISTA / Gestão e Org. da Escola	<b>Na sede</b>
36	Osmar Renato Rodrigues Netto	01/02/1995	Bacharelado em Ciências Políticas	40	BACHAREL/Ciências Políticas	Serviço Provisório
37	Patrícia Alves Leite	07/10/2009	Ensino Médio	40	Ensino Médio	<b>Na sede</b>
38	Paula Gonçalves de Andrade	07/01/2009	Bacharel em Ciências Políticas	40	ESPECIALISTA / Projea	<b>Na sede</b>
39	Pedro Alves de Souza Filho	01/02/1995	Técnico em Agropecuária	40	TÉCNICO/ Agropecuária	Serviço Provisório
40	Petronilda Matos de Lima	01/02/1995	Ensino Fundamental	40	Ensino Fundamental	<b>Na sede</b>
41	Rafael Damásio Luciano	01/02/1995	Técnico em Enfermagem	40	TÉCNICO/Enfermagem	<b>Na sede</b>
42	Renné Lira da Silva Carraro	01/02/1995	Licenciatura Plena em Filosofia	40	LICENCIADA/Filosofia	Serviço Provisório
43	Roselinda Lima Barreto	06/10/2009	Licenciatura Plena em Matemática	40	ESPECIALISTA /Didática do Ensino Superior	<b>Na sede</b>
44	Ruy Alberto Melgueiro	05/01/2010	Licenciatura Plena em Filosofia	40	ESPECIALISTA / em Turismo e Gestão Territorial	<b>Na sede</b>
45	Salette Rodrigues Gomes	01/02/1995	Técnico em Administração	40	TÉCNICO/Administração	<b>Na sede</b>
46	Sandoval Garrido da Silva	01/02/1995	Licenciatura Plena em Normal Superior	40	LICENCIADO/Normal Superior	<b>Na sede</b>
47	Sávio Melgueiro de Oliveira	01/02/1995	Tecnologia em Gestão Pública	40	TECNÓLOGO/Gestão Pública	<b>Na sede</b>
48	Sebastiana dos Reis Brazão	01/02/1995	Licenciatura Plena em Pedagogia	40	ESPECIALISTA /Gestão Pública	<b>Em processo de Aposentadoria</b>
49	Simplicio Galvão da Silva	05/08/1996	Técnico em Enfermagem	40	TÉCNICO/Enfermagem	<b>Na sede</b>
50	Soila França Gonçalves	01/02/1995	Licenciatura Plena em Letras	40	ESPECIALISTA /Supervisão Escolar	Serviço Provisório
51	Tiago Francisco Andrade Diocesano	16/09/2009	Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	40	TECNÓLOGO/ Análise e Desenvolvimento de Sistemas	<b>Na sede</b>
52	Zonaide Sandoval Vasconcelos	16/12/2009	Técnico em Contabilidade	40	TÉCNICO/ Contabilidade	<b>Na sede</b>

## 5.5. Cronograma de Expansão do Corpo Docente

TITULAÇÃO MÁXIMA	REGIME DE TRABALHO			2014	2015 (40h)	2016 (40h)	2017 (40h)	2018 (40h)
	*20h	*40h	*DE					
<b>Graduado</b>	2	4	4	23	0	0	0	2
<b>Especialista</b>	0	0	9	0	0	0	7	0
<b>Mestre</b>	0	0	8	0	0	0	0	0
<b>Doutor</b>	0	0	1	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>4</b>	<b>22</b>	<b>23</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>7</b>	<b>2</b>

Legenda: em 2014 há 22 docentes do quadro efetivo; espera-se mais 23 do concurso, em 2017 espera-se mais 7 e 2018 mais 2 de maneira que em 2018 tenhamos 60 docentes.

\*20h – Tempo parcial;

\*40h – Tempo integral;

\*DE – Regime de trabalho Dedicção Exclusiva.

## 5.6. Cronograma de Expansão do Corpo Técnico Administrativo

Nível/Classe	Regime de trabalho	2014	2015	2016	2017	2018
<b>Classe C – NI</b>	40 h/semanal	2	-	-	2	-
<b>Classe D – NI</b>	40 h/semanal	16	-	-	12	-
<b>Classe E – NS</b>	40 h/semanal	10	-	-	10	-
<b>Total</b>		<b>28</b>	-	-	<b>24</b>	-

## 5.7. Plano de carreira

### CAPÍTULO II

[...]

#### Seção II

Da Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e do Cargo Isolado de Professor Titular-Livre do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.

Art. 10. O ingresso nos cargos de provimento efetivo de Professor da Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e da Carreira do Magistério do Ensino Básico Federal ocorrerá sempre no Nível 1 da Classe D I, mediante aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos.

§ 1º No concurso público de que trata o caput, será exigido diploma de curso superior em nível de graduação.

§ 2º O concurso público referido no caput poderá ser organizado em etapas, conforme dispuser o edital de abertura do certame.

§ 3º O edital do concurso público de que trata este artigo estabelecerá as características de cada etapa do concurso público e os critérios eliminatórios e classificatórios do certame.

### CAPÍTULO III

[...]

#### DO DESENVOLVIMENTO NAS CARREIRAS DO PLANO DE CARREIRAS E CARGOS DE MAGISTÉRIO FEDERAL

##### Seção II

Da Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico

Art. 14. A partir da instituição do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, o desenvolvimento na Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico ocorrerá mediante progressão funcional e promoção, na forma disposta nesta Lei.

§ 1º Para os fins do disposto no caput, progressão é a passagem do servidor para o nível de vencimento imediatamente superior dentro de uma mesma classe, e promoção, a passagem do servidor de uma classe para outra subsequente, na forma desta Lei.

§ 2º A progressão na Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico ocorrerá com base nos critérios gerais estabelecidos nesta Lei e observará, cumulativamente:

I - o cumprimento do interstício de 24 (vinte e quatro) meses de efetivo exercício em cada nível; e

II - aprovação em avaliação de desempenho individual.

§ 3º A promoção ocorrerá observados o interstício mínimo de 24 (vinte e quatro) meses no último nível de cada Classe antecedente àquela para a qual se dará a promoção e, ainda, as seguintes condições:

I - para a Classe D II: ser aprovado em processo de avaliação de desempenho;

II - para a Classe D III: ser aprovado em processo de avaliação de desempenho;

III - para a Classe D IV: ser aprovado em processo de avaliação de desempenho;

IV - para a Classe Titular:

a) possuir o título de doutor;

b) ser aprovado em processo de avaliação de desempenho; e

c) lograr aprovação de memorial que deverá considerar as atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica e produção profissional relevante, ou de defesa de tese acadêmica inédita.

§ 4º As diretrizes gerais para o processo de avaliação de desempenho para fins de progressão e de promoção serão estabelecidas em ato do Ministério da Educação e do Ministério da Defesa, conforme a subordinação ou vinculação das respectivas IFE e deverão contemplar as atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão, cabendo aos conselhos competentes no âmbito de cada Instituição Federal de Ensino regulamentar os procedimentos do referido processo.

§ 5º O processo de avaliação para acesso à Classe Titular será realizado por comissão especial composta, no mínimo, por 75% (setenta e cinco por cento) de profissionais externos à IFE, e será objeto de regulamentação por ato do Ministro de Estado da Educação.

§ 6º Os cursos de mestrado e doutorado, para os fins previstos neste artigo, serão considerados somente se credenciados pelo Conselho Federal de Educação e, quando realizados no exterior, revalidados por instituição nacional competente.

~~Art. 15. Os docentes aprovados no estágio probatório do respectivo cargo que atenderem os seguintes requisitos de titulação concorrerão a processo de aceleração da promoção:~~

Art. 15. Os docentes aprovados no estágio probatório do respectivo cargo que atenderem os seguintes requisitos de titulação farão jus a processo de aceleração da promoção: [\(Redação dada pela Medida Provisória Nº 614, de 2013\)](#)

I - de qualquer nível da Classe D I para o nível 1 da classe D II, pela apresentação de título de especialista; e

II - de qualquer nível das Classes D I e D II para o nível 1 da classe D III, pela apresentação de título de mestre ou doutor.

Parágrafo único. Aos servidores ocupantes de cargos da Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico em 1º de março de 2013 ou na data de publicação desta Lei, se posterior, é permitida a aceleração da promoção de que trata este artigo ainda que se encontrem em estágio probatório no cargo.

CAPÍTULO V  
DO REGIME DE TRABALHO DO PLANO DE CARREIRAS E CARGOS DE  
MAGISTÉRIO FEDERAL

Art. 20. O Professor das IFE, ocupante de cargo efetivo do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, será submetido a um dos seguintes regimes de trabalho:

I - 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, em tempo integral, com dedicação exclusiva às atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão institucional; ou

II - tempo parcial de 20 (vinte) horas semanais de trabalho.

§ 1º Excepcionalmente, a IFE poderá, mediante aprovação de órgão colegiado superior competente, admitir a adoção do regime de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, em tempo integral, observando 2 (dois) turnos diários completos, sem dedicação exclusiva, para áreas com características específicas.

§ 2º O regime de 40 (quarenta) horas com dedicação exclusiva implica o impedimento do exercício de outra atividade remunerada, pública ou privada, com as exceções previstas nesta Lei.

§ 3º Os docentes em regime de 20 (vinte) horas poderão ser temporariamente vinculados ao regime de 40 (quarenta) horas sem dedicação exclusiva após a verificação de inexistência de acúmulo de cargos e da existência de recursos orçamentários e financeiros para as despesas decorrentes da alteração do regime, considerando-se o caráter especial da atribuição do regime de 40 (quarenta) horas sem dedicação exclusiva, conforme disposto no § 1º, nas seguintes hipóteses:

I - ocupação de cargo de direção, função gratificada ou função de coordenação de cursos; ou

II - participação em outras ações de interesse institucional definidas pelo conselho superior da IFE.

### **5.7. Critérios de seleção e contratação**

Seleção – Art. 10 da Lei supra

Contratação – Art. 20 da Lei supra

## **5.8. Procedimentos para substituição**

Para atender a necessidade temporária de pessoal docente, a Lei Nº 8.745 de 09/12/93, possibilita a contratação de professores substitutos, cujo contrato é por tempo determinado não excedente há 2 anos. A seleção pública é realizada através de Processo Seletivo Simplificado, constituído de prova de desempenho didático e de provas de títulos.

A contratação de professor substituto visa suprir a falta de professor efetivo em razão de: vacância do cargo; afastamento ou licença, na forma do regulamento; ou nomeação para ocupar cargo de direção de reitor, vice-reitor, pró-reitor e diretor de campus.

O número total de professores não poderá ultrapassar 20% (vinte por cento) do total de docentes efetivos em exercício na instituição federal de ensino. Os candidatos que firmarem contrato com a Instituição Pública, não poderão ser contratados antes de decorridos 24 (vinte e quatro meses) do encerramento do último contrato.

## **6. POLÍTICA DE ATENDIMENTO AO DISCENTE**

### **6.1. Perfil discente<sup>12</sup>**

Para traçar o perfil dos estudantes foi realizada uma pesquisa junto à secretaria escolar do IFAM-CSGC, a partir de informações do questionário socioeconômico e cultural, preenchido pelos pais e responsáveis dos discentes no ato da matrícula.

Os resultados da última pesquisa, realizada na metade do primeiro semestre de 2010, mostram que os alunos do IFAM-CSGC reproduzem um retrato fiel das condições socioeconômicas e culturais na região do alto e médio rio negro. Constatou-se que quase 70% dos alunos são indígenas, sendo 21,5% pertencentes à etnia Tukano; 24,3% à etnia Baré; 2,8% à etnia Piratapuia; 7,48% à etnia lanomâmi; 7,49% à etnia Tariana; 3,74% à etnia Dessana e 1,87% à etnia Wanana. Não indígenas somam 30%.

Ainda segundo dados da secretaria 23,14% dos alunos são oriundos de comunidades indígenas localizadas fora da sede do município. Estes alunos residem no instituto e contam com pouco ou nenhum apoio financeiro por parte de seus

---

<sup>12</sup> Pesquisa realizada pelo Professor Leonam Matos Correia Lima.

familiares. Dos 78,86% dos alunos oriundos da própria sede no município, constatou-se que 18,92% dos pais ou responsáveis encontram-se desempregados; 17,12% vivem na informalidade ou não possuem carteira de trabalho assinada, enquanto 5,41% encontram-se aposentados. Cerca de 38,71% das famílias em que os pais ou responsáveis encontram-se empregado, o rendimento não ultrapassa um salário mínimo por mês, e suas famílias são compostas por mais de seis pessoas. Mais de 90% dos alunos dependem do transporte escolar oferecido pelo IFAM, uma vez que o transporte público oferecido em São Gabriel da Cachoeira é insuficiente e irregular. Mais de 90% dos alunos não dominam qualquer língua estrangeira, e boa parte dos alunos indígenas oriundos de comunidades fora da área urbana de São Gabriel da Cachoeira têm dificuldades de se expressar e escrever em Português. Em pesquisa realizada pela Coordenação de Integração Escola-Comunidade, na metade do primeiro semestre de 2010, verificou-se que grande parte dos alunos só tem acesso ao computador conectado à Internet a partir dos computadores do IFAM. Quanto aos alunos indígenas a situação é ainda mais crítica, uma vez que são raras as comunidades indígenas que dispõe de acesso a este tipo de tecnologia. Quanto ao acesso à saúde, é possível afirmar que 100% dos alunos utilizam o serviço de saúde pública, disponibilizado pelo único hospital do município, o Hospital de Guarnição de São Gabriel da Cachoeira, mantido pelo exército em parceria com o Governo do Estado do Amazonas. Diante deste contexto, a elaboração e a implementação de um Plano de Assistência Estudantil, orientado para questões mais amplas e para uma visão de longo prazo, torna-se algo de fundamental importância para que o Campus São Gabriel da Cachoeira, de fato, possa direcionar e integrar seus esforços para atender às principais demandas presentes e futuras de seus estudantes.

## **6.2. Atividades de apoio pedagógico<sup>13</sup>**

I - Plantão de dúvidas e atendimento aos alunos fora do período;

II - Aulas dirigidas ao ENEM para as turmas das 3ª séries integradas;

III - Acompanhamento do desempenho dos discentes pela Coordenação de Gestão da Educação e Assuntos Didáticos Pedagógicos - CGEADP;

---

<sup>13</sup> Autoria do Departamento de Desenvolvimento Educacional.

IV - Suporte permanente da Coordenação Geral de Produção e Extensão às aulas práticas no campo;

V - Aulas experimentais nos laboratórios de física, matemática e química.

VI - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC.

### **6.3. Programas de apoio financeiro (bolsas)<sup>14</sup>**

I - Benefício Alimentação, com repasse mensal do benefício financeiro de R\$ 150,00 para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica;

II - Benefício Moradia, com repasse mensal de R\$ 170,00 aos estudantes que saíram diretamente de suas comunidades, municípios ou estados para matricular-se junto ao IFAM, após aprovação em processo seletivo específico e que não possuam familiares diretos (pai, mãe, irmão) ou responsáveis legais na cidade de São Gabriel da Cachoeira e que necessitem pagar aluguel para sua moradia;

III - Benefício Creche, com repasse mensal R\$ 170,00 de auxílio financeiro as mães-estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com crianças entre quatro meses e seis anos de idade. Esse auxílio visa minimizar situações estressoras e de desgaste emocional dos estudantes, que durante o horário de aula necessitam deixar seus filhos aos cuidados de outras pessoas e não possuem estrutura familiar para o cuidado dos seus filhos;

IV - Benefício Material Didático Pedagógico, com repasse direto no valor R\$ 90,00 ao estudante que comprovadamente não possua meios de custear despesas educacionais decorrentes de necessidades de material didático pedagógico e material escolar relacionado à sua atividade educacional no IFAM, não sendo contemplado neste benefício aquisição de livros didáticos em substituição aos que são fornecidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE ou qualquer outro que se inclua na relação de custeio já financiado pelo Governo Federal;

V - Benefício Alojamento para os residentes: com repasse direto do valor R\$ 70,00 aos estudantes que comprovadamente está condicionado ao Regime da

---

<sup>14</sup> Autoria da Coordenação Geral de Assistência ao Educando.

Residência Estudantil e necessita do custeio para despesas educacionais decorrentes da condição de internato em alojamento.

#### **6.4. Estímulo à permanência**

I - Oferta de merenda escolar para os alunos;

II - Transporte escolar;

III - Alojamento para alunos oriundos de comunidades indígenas fora da sede do município de São Gabriel da Cachoeira.

#### **6.5. Organização Estudantil<sup>15</sup>**

De acordo com a Resolução 28 nos Incisos II, III e IV do Art. 213, encontra-se prevista a possibilidade de organização como direito de os estudantes, que além de se organizarem, poderem também participar ativamente das ações e planejamentos do *Campus*.

Art. 213. Constituem direitos dos discentes:

II – organizar-se em associações para representação e intermediação de questões de interesse coletivo do segmento discente, como grêmios, cooperativa e outras, podendo delas participar como associados ou membros, bem como votar e ser votado para suas respectivas Diretorias, respeitando o princípio da livre adesão e legislação vigente;

III – participar da ação colegiada, votando e sendo votado, para escolha de representantes, na forma deste Regulamento;

IV – apresentar sugestões aos setores competentes, que visem ao aprimoramento da Instituição e à melhoria da qualidade de ensino;

No ano de 2014, Todas as turmas dos Cursos Integrados, Subsequente e Proeja, tiveram seus Líderes eleitos na primeira quinzena do Ano Letivo.

A Eleição foi realizada sob a orientação da Coordenação Geral de Assistência ao Educando.

---

<sup>15</sup> Autoria do Grupo Temático N° 6.

Quanto à organização do Grêmio Estudantil, encontra-se em andamento o processo de preparação para a eleição, que seguirá o seguinte cronograma:

Publicação da Portaria com a Comissão Responsável pela Eleição do Grêmio Estudantil.

1ª semana: Definição das regras da Eleição e apresentação aos estudantes. (após a constituição da comissão).

2ª semana: Divulgação do Edital com Inscrição e da composição das chapas.

3ª semana: período campanha (apresentação do plano de ação), (sexta-feira) eleição, apuração e de divulgação do resultado.

4ª, 5ª e 6ª semanas: Disponibilização de material e treinamento da Equipe Eleita.

## 6.6. Ações de acompanhamento dos egressos

O acompanhamento dos egressos é realizado pela Coordenação de Extensão que dentre outras ações realiza levantamento junto às publicações de resultados de aprovados no ENEM e SISU. Encontra-se em fase de elaboração um projeto de nominado “Dia do Egresso”, que será realizado anualmente, preferencialmente no dia do aniversário de reinauguração do Campus São Gabriel da Cachoeira, que tem como objetivo servir de momento de socialização entre os egressos e a comunidade acadêmica.

## 7. INFRAESTRUTURA<sup>16</sup>

### 7.1. Relação de infraestrutura física

Dependências/Espaço Físico	Qtd. Salas
Direção Geral	1
Chefia de Gabinete da Direção Geral	1
Recepção/Telefonista	1
Departamento de Administração e Planejamento	1
Coordenação Geral de Administração e Finanças	2
Protocolo	1
Setor de Patrimônio	1
Setor de Contabilidade	1
Setor de Compras	1
Almoxarifado	1
Coordenação Geral de Recursos Humanos	2

<sup>16</sup> Autoria do Departamento de Administração e Planejamento.

Coordenação de Serviços de Apoio/Setor de Transporte	1
Quadra Poliesportiva Coberta	1
Secretaria Escolar	1
Área de recreação, lazer e convivência/Sala de TV.	2
Biblioteca	1
Sala de Desenho	1
Sala de Aula	17
Auditório	1
Departamento de Desenvolvimento Educacional	1
Coordenação de Ensino Superior	1
Coordenação Geral de Ensino	1
Coordenação Geral de Produção e Extensão	1
Coordenação de Extensão	1
Setor de Estágio	1
Coordenação Geral de Assistência ao Educando	1
Coordenação de Gestão da Pesquisa	1
Setor de Tecnologia da Informação	1
Sala dos Professores	1
Quadra de Areia	1
Alojamentos para Estudantes	2
Lavanderia	2
Cozinha e Refeitório Escolar	1
Cantina Escolar	1
Banheiros	9
Setor de Mecanização	1
Setor de Aquicultura (tanques e barragem)	1
Pista de Skate	1
Setor de Suinocultura	1
Setor de Avicultura	1
Setor de Bovinocultura	1
Setores de Agricultura	3
Viveiro para Produção de Mudas	1
Estação Meteorológica	1
Carpintaria	1
Fábrica De Ração Animal	1
Agroindústria	1
Sala de Estudo	1
Laboratório	4
Sala de Reprografia – Não está em funcionamento.	1
Sala de Multimídia	1

## 7.2. Laboratório de química

Descrição dos equipamentos: evaporador rotativo (02), liofilizador, centrífuga, capela para exaustão, onduvímeter, banho de aquecimento, destilador de água (02), desumidificador de ar, estufa de esterilização e secagem (02), murfla digital, medidor de ph digital de bancada, balança analítica eletrônica, balança eletrônica de precisão, bomba a vácuo e ar comprimido, chuveiro para banho de emergência,

lavador automático de pipeta, medidor de oxigênio, medidor de condutividade, estufa com circulação de ar, destilador de gordura, fotômetro para teste de água, fotômetro de chama digital, bloco digestor de proteína, destilador de nitrogênio, refratrômetro de bancada, fotomicroscópio, geladeira (02), freezer vertical, banquetas, armários, vidraria, reagentes, computador (02), impressora, nobreak (02), notebook, mesas, cadeiras, projeto multimídia, retroprojeter (02), televisor (02).

### **7.3. Laboratório de biologia**

Descrição dos equipamentos: microscópio binocular, 10 microscópios monocular, 10 estereoscópios binocular, unidade mestra para química geral, espectrofotômetro, 05 dessecadores completos, 05 paquímetros digitais, pinças metálicas, pinças anatômicas, prensa.

### **7.4. Laboratório de piscicultura**

Possui os seguintes equipamentos, 4 (quatro) tanques para reprodutores com 500m<sup>2</sup> cada, 3 (três) tanques com 100m<sup>2</sup> cada para alevinos, 1 (um) galpão coberto com 900m<sup>2</sup>, 12 (doze) incubadoras.

### **7.5. Laboratório de informática**

O Campus possui 2 (dois) laboratórios de informática, sendo um laboratório no Centro Vocacional Tecnológico – CVT, com 30 computadores conectados à internet e um segundo laboratório no Bloco Pedagógico, com 40 computadores conectados à internet.

### **7.6. Sala de multimídia**

Utilizada para exibição de filmes, a sala de multimídia possui capacidade para 40 alunos, está equipada com um projetor Datashow em suporte no teto, uma tela de projeção, uma TV de plasma de 52, quatro caixas de som, um armário de aço com prateleiras, e um leitor de DVD.

## 7.7. Cronograma de expansão da estrutura física<sup>17</sup>

Obra	2014	2015	2016	2017	2018
Construção da Cozinha Experimental de Processamento de Alimentos	X				
Construção da Piscina Semiolímpica		X			
Construção da Palhoça: ambiente integrativo de servidores			X		
Construção do Horto Medicinal				X	
Construção Ginásio Poliesportivo					X
Construção do Prédio das Salas					X

## 7.8. Melhorias para a área de Tecnologia de Informação<sup>18</sup>

- Reforma na infraestrutura da rede de computadores incluindo aterramento;
- Implantação de um “Servidor de Arquivos” com controle de acesso a usuários tanto para os servidores desse Campus, quanto para os alunos;
- Implantação de um “Servidor de Impressão” para os servidores desse Campus;
- Criação de um laboratório de informática com acesso a internet para o curso Técnico em Informática;
- Criação de um laboratório de Hardware para o curso técnico de informática;
- Criação de um laboratório de Redes de Computadores para o curso técnico de informática;
- Troca do Nobreak atual que se encontra no STI para um de configuração superior;
- Alimentação de Energia pelo Gerador para o “Servidor de Internet” que se encontra no STI;
- Aumento da estrutura física e de recursos humanos do STI;
- Melhoria na infraestrutura do antigo laboratório de informática para uso nas aulas de todos os cursos;
- Aumento da quantidade de máquinas para acesso à internet na biblioteca;
- Aumento do alcance da rede sem fio para que todos os professores possam fazer a chamada e lançamento das aulas ministradas no sistema Q-acadêmico dentro da sala de aula.

<sup>17</sup> Autoria da Direção Geral do Campus São Gabriel da Cachoeira com base em pesquisa sobre estrutura física realizada por Silvério Liberto C. G. Júnior em fevereiro de 2014 junto aos discentes.

<sup>18</sup> Autoria do Grupo Temático N° 7.

- Aumento do link de internet;
- Realização de Controle de banda da Internet;
- Ligação dos switches que formam a rede de computadores, com fibra-ótica para evitar a perda de link.
- Mudança do Setor de Tecnologia da Informação para Coordenação da Tecnologia da Informação.

## **8. AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL<sup>19</sup>**

Atendendo ao disposto na Lei n. 10.861, de 14/04/2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, com o objetivo de assegurar o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, o IFAM realiza processo de avaliação institucional por meio Autoavaliação – Coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), sob a coordenação direta da Reitoria, e orientada pelas diretrizes da CONAES - Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior.

O SINAES fundamenta-se na necessidade de promover a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional, da sua efetividade acadêmica e social e, especialmente, do aprofundamento dos seus compromissos e responsabilidades sociais.

Elementos como articulação entre ensino, pesquisa e extensão e valorização da interdisciplinaridade são fundamentais para a condução da vida acadêmica. No entanto, a possibilidade do sistema se sustentar, realizando adaptações internas sempre que necessário só será efetivamente viabilizado se a instituição dispuser de uma sistemática de avaliação interna. A avaliação institucional estabelece por meio da auto avaliação, num processo de construção coletiva, o horizonte de superação de limites como dado interno ao sistema administrativo. Sem uma avaliação que explicita claramente os problemas e os méritos das ações institucionais, o processo de tomada de decisão apresenta maior risco e incerteza, comprometendo a

---

<sup>19</sup> Autoria da Professora Sarah Ragonha de Oliveira.

eficiência e eficácia frente aos objetivos da Instituição. Com a sistematização da avaliação institucional, o IFAM-CSGC tem melhores condições de compreender e planejar seu universo de mudança.

Consciente da importância da avaliação, o IFAM-CSGC assume o compromisso de desenvolver o seu Programa de Avaliação Institucional Contínua – PAIC –, criando a Comissão Própria de Avaliação (CPA) a qual tem papel fundamental na condução do processo de avaliação e na prestação de contas dos resultados ao MEC e, sobretudo, à comunidade acadêmica.

#### 8.1. Etapas do processo de Auto avaliação

A organização deste processo prevê a ocorrência de diferentes etapas, algumas das quais podem ser desenvolvidas simultaneamente.

##### 8.1.1 Elaboração

**Constituição da CPA:** Em atendimento ao disposto no art. 11 da Lei 10.861, de 14/04/2004, é constituída a Comissão Própria de Avaliação – CPA com as atribuições de condução dos processos de avaliação internos do Instituto Federal do Amazonas, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP. A CPA é, portanto, o órgão responsável pela implantação e desenvolvimento da autoavaliação do IFAM. Possui autonomia em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na Instituição. Na sua composição, a CPA conta com a participação de representantes de todos os segmentos da comunidade acadêmica (docente, discente e técnico administrativo) de cada campus e, também, da sociedade civil organizada, estando vedada a existência de maioria absoluta por parte de qualquer um dos segmentos representados. Os representantes são escolhidos entre pessoas capazes de assumir a responsabilidade pelo desenvolvimento de todas as ações previstas no processo avaliativo. Para assegurar sua legitimidade junto à comunidade acadêmica, no processo de escolha dos seus membros, são consultados os agentes participantes do processo.

Atualmente, os membros do campus São Gabriel da Cachoeira que compõe a CPA são:

- Professor Jocival Vasconcelos Reis

- TAE Ruy Alberto Melgueiro
- O discente Silverio Liberato
- O representante da entidade local – FOIRN – Juscelino Azevedo

**Planejamento:** A elaboração do projeto de avaliação/SINAES compreende a definição de objetivos, estratégias, metodologia, recursos e calendário das ações avaliativas. No planejamento, discutido com a comunidade acadêmica, serão consideradas todas as características da instituição e as particularidades da região na qual ela está inserida.

**Sensibilização:** A sensibilização busca o envolvimento da comunidade acadêmica na construção da proposta avaliativa por meio da realização de reuniões, palestras, seminários, entre outros. A sensibilização estará presente tanto nos momentos iniciais quanto na continuidade das ações avaliativas.

#### 8.1.2 Desenvolvimento

Esta etapa consiste na concretização das atividades planejadas como, por exemplo: (a) realização de reuniões ou debates de sensibilização e sistematização de demandas/ideias/sugestões produzidas; (b) realização de seminários internos para apresentação da proposta e dos objetivos do trabalho; (c) divisão dos grupos de trabalho, atendendo aos principais segmentos da comunidade acadêmica; (d) construção de instrumentos para coleta de dados e definição da metodologia de análise e interpretação dos dados; (e) definição de formato de relatório de autoavaliação; (f) elaboração de relatórios; e (g) organização e discussão dos resultados com a comunidade acadêmica e publicação das experiências.

#### 8.1.3 Consolidação

Esta etapa será composta pela elaboração, divulgação e análise do relatório final e um balanço crítico do processo avaliativo e de seus resultados em termos da melhoria da qualidade da instituição.

## 8.2 Dimensões a serem avaliadas

Em conformidade ao disposto no art. 3º da Lei 10.861/04, serão objeto de avaliação as seguintes dimensões:

### I – Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional

Objetivo: Identificar a missão institucional, em termos de finalidade, compromissos, vocação e inserção regional e/ou nacional.

Tópicos a serem avaliados:

1. Finalidades, objetivos e compromissos da Instituição, explicitados em documentos oficiais.
2. Concretização das práticas pedagógicas e administrativas e suas relações com os objetivos centrais da Instituição, identificando resultados, dificuldades, carências, possibilidades e potencialidades.
3. Características básicas do PDI e suas relações com o contexto social e econômico em que a instituição está inserida.
4. Articulação entre o PDI e o Projeto Pedagógico Institucional no que diz respeito às atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica, gestão institucional e avaliação institucional.

Documentação e dados:

- Plano de Desenvolvimento Institucional.
- Projeto Pedagógico Institucional.
- Projeto Pedagógico dos Cursos.
- Efetiva utilização do PDI como referência para programas e projetos desenvolvidos pelas unidades acadêmicas e pela administração central da Instituição.

### II – Política para o Ensino, a Pesquisa, a Pós-Graduação, a Extensão.

Objetivo: Explicitar as políticas de formação acadêmico-científica, profissional e cidadã; de construção e disseminação do conhecimento; de articulação interna, que favorece a iniciação científica e profissional de estudantes, os grupos de pesquisa e o desenvolvimento de projetos de extensão.

## **A. ENSINO**

Tópicos a serem avaliados:

1. Concepção de currículo e organização didático-pedagógica (métodos, metodologias, planos de ensino e de aprendizagem e avaliação da aprendizagem) de acordo com os fins da Instituição, as diretrizes curriculares e a inovação da área.
2. Práticas pedagógicas, considerando a relação entre a transmissão de informações e utilização de processos participativos de construção do conhecimento.
3. Pertinência dos currículos (concepção e prática), tendo em vista os objetivos institucionais, as demandas sociais (científicas, econômicas, culturais etc.) e as necessidades individuais.
4. Práticas institucionais que estimulam a melhoria do ensino, a formação docente, o apoio ao estudante, à interdisciplinaridade, as inovações didático-pedagógicas e o uso das novas tecnologias no ensino.

## **B. PESQUISA**

Tópicos a serem avaliados:

1. Relevância social e científica da pesquisa em relação aos objetivos institucionais, tendo como referência as publicações científicas, técnicas e artísticas, patentes, produção de teses, organização de eventos científicos, realização de intercâmbios e cooperação com outras instituições nacionais e internacionais, formação de grupos de pesquisa, política de investigação e políticas de difusão dessas produções.
2. Vínculos e contribuição da pesquisa para o desenvolvimento local/regional.
3. Políticas e práticas institucionais de pesquisa para a formação de pesquisadores (inclusive iniciação científica).
4. Articulação da pesquisa com as demais atividades acadêmicas.
5. Critérios para o desenvolvimento da pesquisa, participação dos pesquisadores em eventos acadêmicos, publicação e divulgação dos trabalhos.

## **C. EXTENSÃO**

Tópicos a serem avaliados:

1. Concepção de extensão e de intervenção social afirmada no PDI.
2. Articulação das atividades de extensão com o ensino e a pesquisa e com as necessidades e demandas do entorno social.
3. Participação dos estudantes nas ações de extensão e intervenção social e o respectivo impacto em sua formação.

## **D. PÓS GRADUAÇÃO**

Tópicos a serem avaliados:

1. Políticas institucionais para criação, expansão e manutenção da pós graduação, lato e stricto sensu.
2. Política de melhoria da qualidade da pós-graduação.
3. Integração entre graduação e pós-graduação.
4. Formação de pesquisadores e de profissionais para o magistério superior.

## **III – Responsabilidade Social da Instituição**

Objetivo: Explicitar o compromisso social da Instituição enquanto portadora da educação como bem público e expressão da sociedade democrática e pluricultural, de respeito pela diferença e de solidariedade.

Tópicos a serem avaliados:

1. Transferência de conhecimento e importância social das ações universitárias e dos impactos das atividades científicas, técnicas e culturais, para o desenvolvimento regional e nacional.
2. Natureza das relações com o setor público, com o setor produtivo e com o mercado de trabalho e com instituições sociais, culturais e educativas de todos os níveis.
3. Ações voltadas ao desenvolvimento da democracia, promoção da cidadania, de atenção a setores sociais excluídos, políticas de ação afirmativa.

#### IV- Comunicação com a sociedade

Objetivo: Identificar as formas de aproximação efetiva entre a Instituição e sociedade, de tal sorte que a comunidade participe ativamente da vida da acadêmica, bem como a Instituição se comprometa efetivamente com a melhoria das condições de vida da comunidade, ao repartir com ela o saber que produz e as informações que detém.

Tópicos a serem avaliados:

1. Estratégias, recursos e qualidade da comunicação interna e externa.
2. Imagem pública da Instituição nos meios de comunicação social.

#### V – Políticas de pessoal

Objetivo: Explicitar as políticas e os programas de formação, aperfeiçoamento e capacitação do pessoal docente e técnico-administrativo, associando-os com planos de carreira condizentes com a magnitude das tarefas a serem desenvolvidas e com condições objetivas de trabalho.

Tópicos a serem avaliados:

1. Planos de carreira regulamentados para docentes e funcionários técnico-administrativos com critérios claros de admissão e de progressão.
2. Programas de qualificação profissional e de melhoria da qualidade de vida de docentes e funcionários técnico-administrativos.
3. Clima institucional, relações interpessoais, estrutura de poder, graus de satisfação pessoal e profissional.

##### **A. DOCENTES**

Documentação e dados:

- Nº de docentes em tempo integral, parcial e horistas.
- Nº de docentes doutores, mestres e especialistas com respectivos regimes de trabalho.
- Experiência profissional no magistério superior.
- Experiência profissional fora do magistério superior.

- Formação didático-pedagógica.
- Número de publicações por docente.
- Critérios de ingresso na Instituição e de progressão na carreira.
- Políticas de capacitação e de avaliações de desempenho.
- Pesquisas e/ou estudos sobre docentes com as condições de trabalho, recursos, formação dos técnico-administrativos.

## **B. TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS**

Documentação e dados:

- Nº de funcionários técnico-administrativos.
- Escolaridade dos funcionários técnico-administrativos.
- Envolvimento de funcionários técnico-administrativos com pesquisa e extensão.
- Experiência profissional.
- Critérios de ingresso na Instituição.
- Critérios de progressão na carreira.
- Políticas de capacitação.
- Avaliações de desempenho.
- Pesquisas e/ ou estudos sobre a satisfação dos funcionários técnico-administrativos com as condições de trabalho, recursos, formação dos técnico-administrativos.

## VI – Organização e gestão da Instituição

Objetivo: Avaliar os meios de gestão para cumprir os objetivos e projetos institucionais, a qualidade da gestão democrática, em especial nos órgãos colegiados, as relações de poder entre estruturas acadêmicas e administrativas e a participação nas políticas de desenvolvimento e expansão institucional.

Tópicos a serem avaliados:

1. Existência de plano de gestão e/ou plano de metas: adequação da gestão ao cumprimento dos objetivos e projetos institucionais e coerência com a estrutura organizacional oficial e real.
2. Funcionamento, composição e atribuição dos órgãos colegiados.
3. Uso da gestão e tomadas de decisão institucionais em relação às finalidades educativas.
4. Uso da gestão estratégica para antecipar problemas e soluções.
5. Modos de participação dos atores na gestão (consensual, normativa, burocrática).
6. Investimento na comunicação e circulação da informação (privativa da gestão central ou fluida em todos os níveis).

## VII – Infraestrutura física

Objetivo: Analisar a infraestrutura da Instituição, relacionando-a com as atividades acadêmicas de formação, de produção e disseminação de conhecimentos e com as finalidades próprias da Instituição;

Tópicos a serem avaliados:

1. Adequação da infraestrutura da Instituição (salas de aula, biblioteca, laboratórios, unidades de produção, áreas de lazer, transporte, equipamentos de informática, rede de informações e outros) em função das atividades de ensino, pesquisa e extensão.
2. Políticas institucionais de conservação, atualização, segurança e de estímulo à utilização dos meios em função dos fins.
3. Utilização da infraestrutura no desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras.

## VIII – Planejamento e avaliação

Objetivo: Avaliar a integração entre o planejamento e a avaliação, elementos partícipes do processo de gestão da educação superior.

Tópicos a serem avaliados:

1. Adequação e efetividade do planejamento geral da Instituição e sua relação com o Projeto Pedagógico Institucional e com os objetivos dos cursos oferecidos.
2. Procedimentos de avaliação e acompanhamento do planejamento institucional, especialmente das atividades educativas.

#### IX – Políticas de atendimento ao estudante

Objetivo: Analisar as formas com que os estudantes estão sendo integrados à vida acadêmica e os programas através do quais a Instituição busca atender aos princípios inerentes à qualidade de vida estudantil.

Tópicos a serem avaliados:

1. Políticas de acesso, seleção e permanência de estudantes (critérios utilizados, acompanhamento pedagógico, espaço de participação e de convivência) e sua relação com as políticas públicas e com o contexto social.
2. Políticas de participação dos estudantes em atividades de ensino (estágios, tutoria), iniciação científica, extensão, avaliação institucional.
3. Mecanismos/sistemáticas de estudos e análises dos dados sobre ingressantes, evasão/abandono, tempos médios de conclusão, formaturas, relação professor/aluno e outros estudos tendo em vista a melhoria das atividades educativas.
4. Acompanhamento de egressos e de criação de oportunidades de formação continuada.
5. Inserção profissional dos egressos.
6. Participação dos egressos na vida da Instituição.

#### X – Sustentabilidade financeira

Objetivo: Avaliar a capacidade de gestão e administração do orçamento e as políticas e estratégias de gestão acadêmica com vistas à eficácia na utilização e na obtenção dos recursos financeiros necessários ao cumprimento das metas e das prioridades estabelecidas.

Tópicos a serem avaliados:

1. Sustentabilidade financeira da Instituição e políticas de captação e alocação de recursos.
2. Políticas direcionadas à aplicação de recursos para programas de ensino, pesquisa e extensão.

### 8.3 Periodicidade de avaliação

O processo de autoavaliação deve ser realizado e divulgado, conforme cronograma traçado pela CPA. Na sua totalidade, a realização da autoavaliação, considerada todas as suas etapas, tem uma periodicidade de dois anos. A periodicidade da avaliação de cada dimensão é definida, mediante consultas aos diversos segmentos da comunidade acadêmica, atendida a Lei Nº 10.861/04, a Portaria MEC Nº 2.051/04, os documentos Diretrizes para a Autoavaliação das Instituições e Orientações Gerais para o Roteiro da Autoavaliação das Instituições, o Projeto Pedagógico Institucional, o Plano de Desenvolvimento Institucional e demais documentos internos, aprovados pelo colegiado superior.

A definição da periodicidade depende de cada dimensão avaliada. Alunos e professores, por exemplo, devem ser avaliados semestralmente. A periodicidade das demais dimensões depende sobremaneira das metas definidas para a avaliação. Anualmente, a CPA promove a avaliação da metodologia utilizada, como objetivo de aperfeiçoar o processo de autoavaliação, como instrumento de planejamento e gestão acadêmico-administrativo e atendimento às normas de avaliação da educação superior, aprovadas pelo Poder Público.

## 9. ASPECTOS FINANCEIROS<sup>20</sup>

### 9.1. Demonstrativo anual do planejamento econômico financeiro do campus

Dotada de autonomia administrativa e financeira e como uma autarquia federal, participa do orçamento fiscal e da seguridade da União que garante a sua manutenção e expansão dentro dos programas definidos pelo Governo Federal.

Interligada ao sistema SIAFI, sistema de controle e execução dos recursos orçamentários e financeiros, proporcionam transparência e segurança para a administração.

Nestes anos, com a boa aplicação dos recursos, esta Instituição vem otimizando expansão na área física, visando com isso atender as demandas.

Como grande parte dos recursos é proveniente da União, uma pequena parcela da arrecadação própria é oriunda de serviços prestados a comunidade, como aluguel de espaço físico e obedecem aos procedimentos e normas da gestão pública, notadamente a Lei Nº 4.320/64, Lei Nº 8.666/93 e Lei Nº 10.520/2002.

O Campus também tem buscado, com sucesso, o apoio dos parlamentares das bancadas federais no sentido de garantir em seu orçamento recursos oriundos de emendas parlamentares, o que vem proporcionando a ampliação e modernização de sua infraestrutura.

Para atender o Campus em 2014, a proposta orçamentária foi definida como:

**I - Ação 20 RL - Funcionamento das Instituições Federais. SUB-AÇÃO 2992.** Valor R\$ 3.088.980,00

**II - Ação 2994 (Assistência ao educando da Educação Profissional).** Valor R\$199.394,00

**III - Ação 4572 (Capacitação de Servidores Públicos Federais em processo de qualificação e requalificação).** Valor R\$35.000,00

**IV - Ação 6301 (Acervo bibliográfico).** Valor R\$ 35.000,00

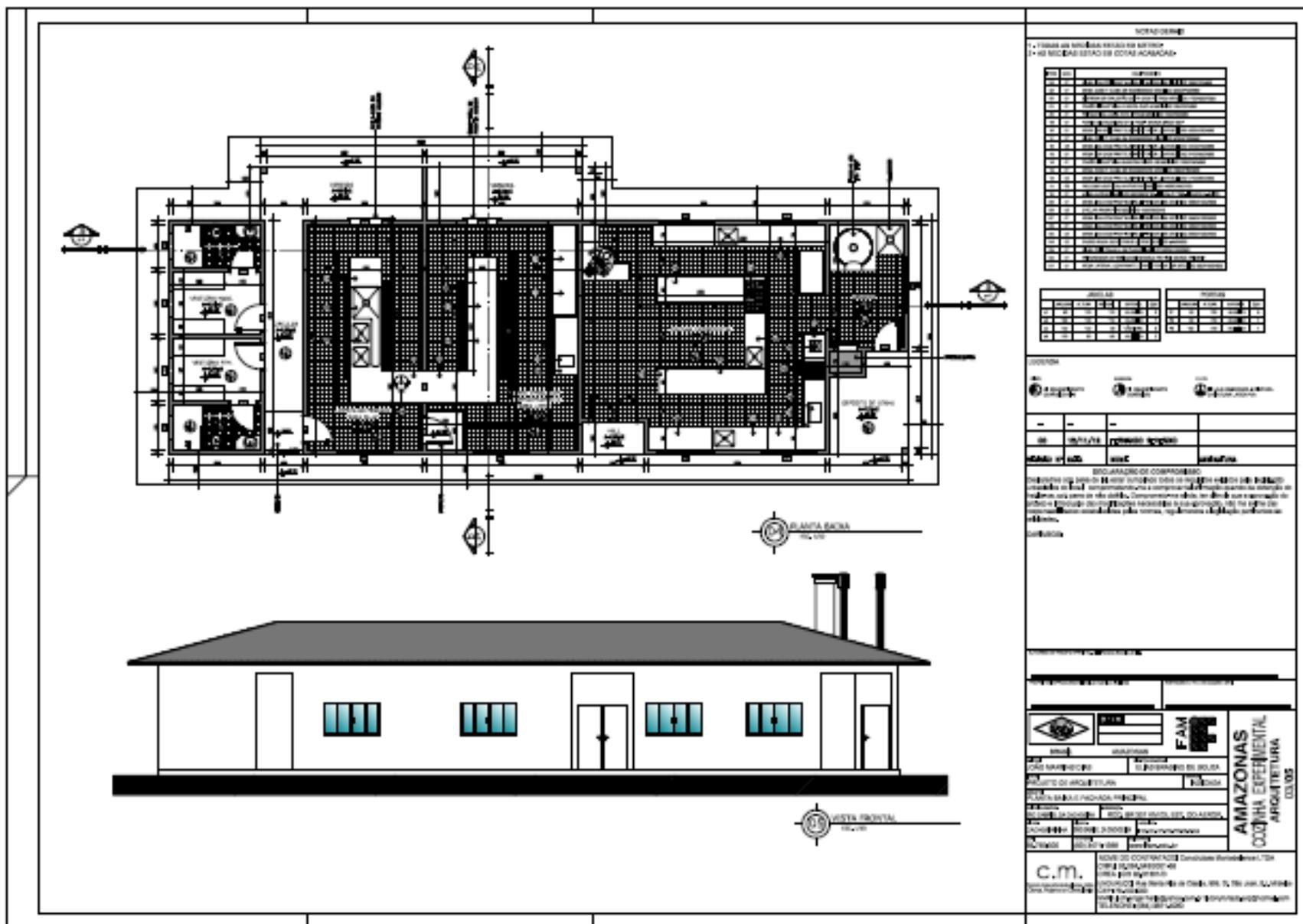
---

<sup>20</sup> Autoria do Departamento de Administração e Planejamento.

**V - Ação 6358 (Capacitação de Recursos humanos da Educação profissional).** Valor R\$ 35.000,00

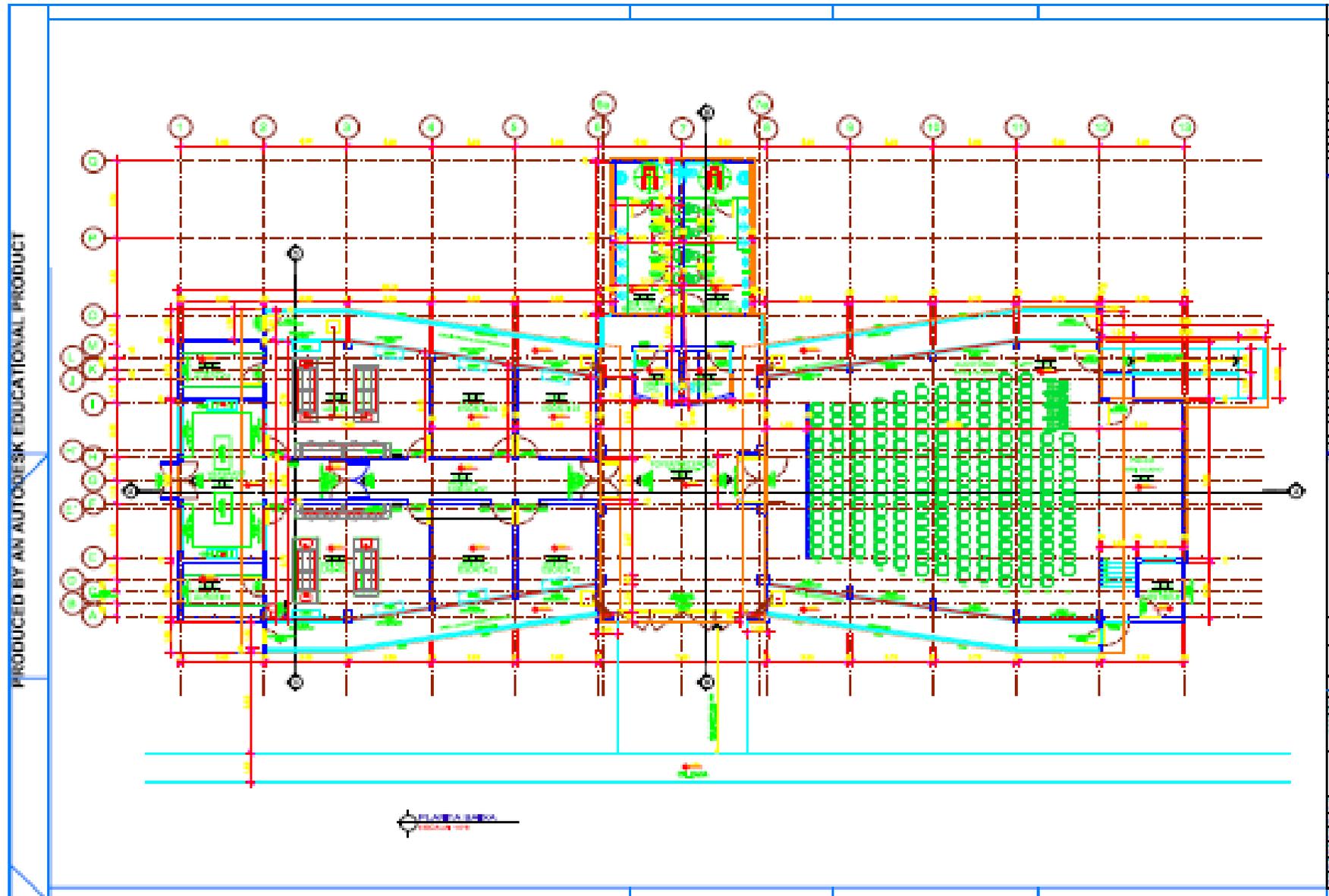
<b>PROGRAMA / AÇÃO</b>	<b>2014</b>
Recursos Próprios	4.200,00
- Diárias (339014) Ação 20RL/4572/6358.	80.000,00
- Auxílio a estudante (33901800) Ação 2994	199.394,00
- Material de Consumo 339030 Ação 20 RL	430.703,00
Passagem aérea- 339033 Ação 20 RL4572/6358	80.000,00
- Pessoa Física 339036 Ação 2992	30.000,00
- Pessoa Jurídica 339039 Ação 2992, 4572, 6358.	500.000,00
- Locação de mão de obra (339037) Ação 20 RL	1.377.277,00
- Obras 449051 Ação 20RL	100.000,00
Instalações Ação 20 RL	200.000,00
- Equipamentos de Processamento 449052 Ação 20RL	80.000,00
- Outros MP a definir 449052 AÇÃO 20 RL	210.000,00
- Acervo Bibliográfico ação 6301	35.000,00
- Instalações AÇÃO 20 RL	200.000,00
- Investimento em TI AÇÃO 20 RL	80.000,00
- Operações Intra orçamentária (339100) Ação 20 RL	21.000,00

# ANEXO 1 – COZINHA EXPERIMENTAL DE PROCESSAMENTO DE PESCADO.

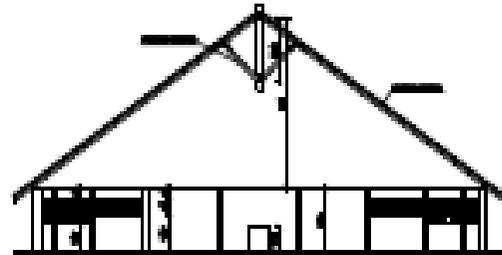




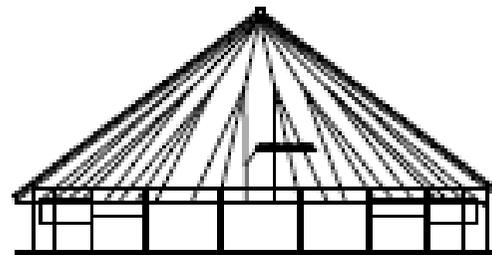
# ANEXO 3 – HORTO MEDICINAL.



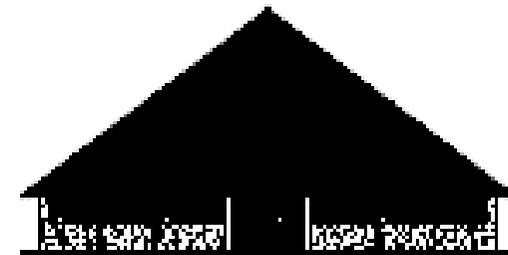
## ANEXO 4 – PALHOÇA: AMBIENTE INTEGRATIVO DE SERVIDORES.



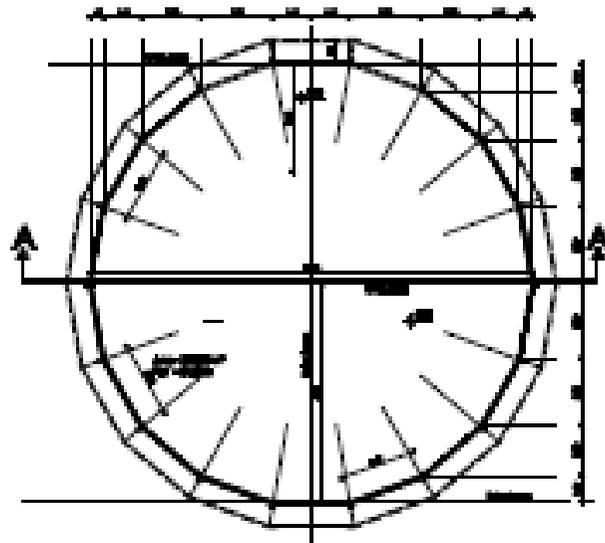
CORTA AA



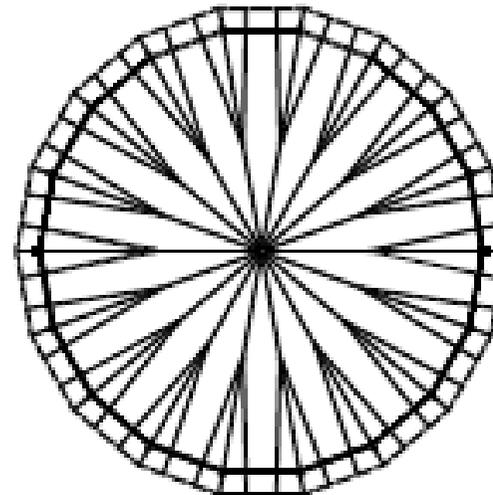
DETALHE DA COBERTURA



VISTA FRONTAL



PLANTA BAIXA

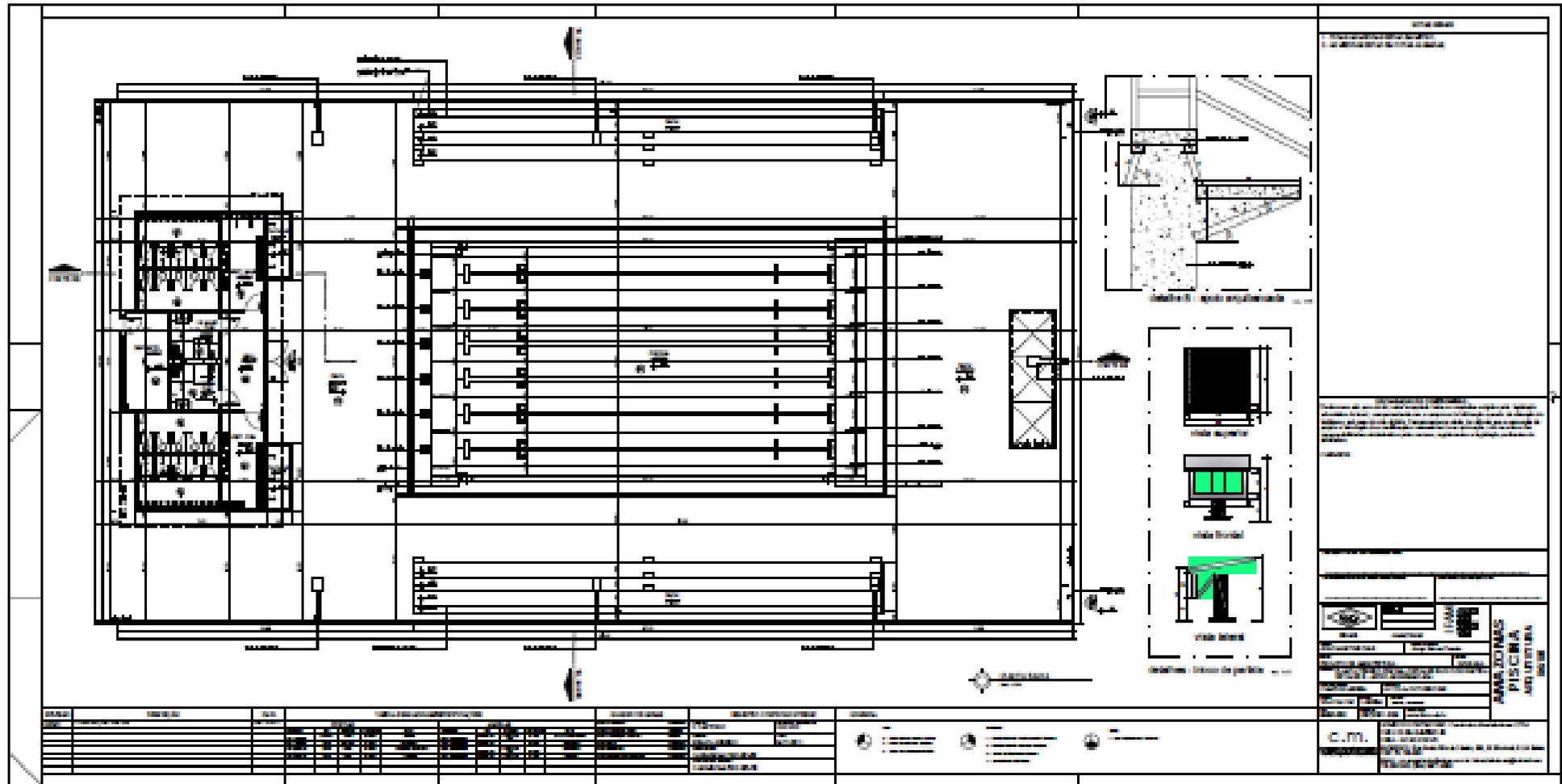


CORTE DA VISTA DA CIMA DA TELHA

### Dim:

- Medida principal = 8,02 x 8,14 x 18,00 m Col 18
- Medida secundária = 8,02 x 8,14 x 18,00 m Col 18
- Medida terciária = 8,02 x 8,14 x 8,00 m Col 18

# ANEXO 5 – PISCINA SEMI-OLÍMPICA.



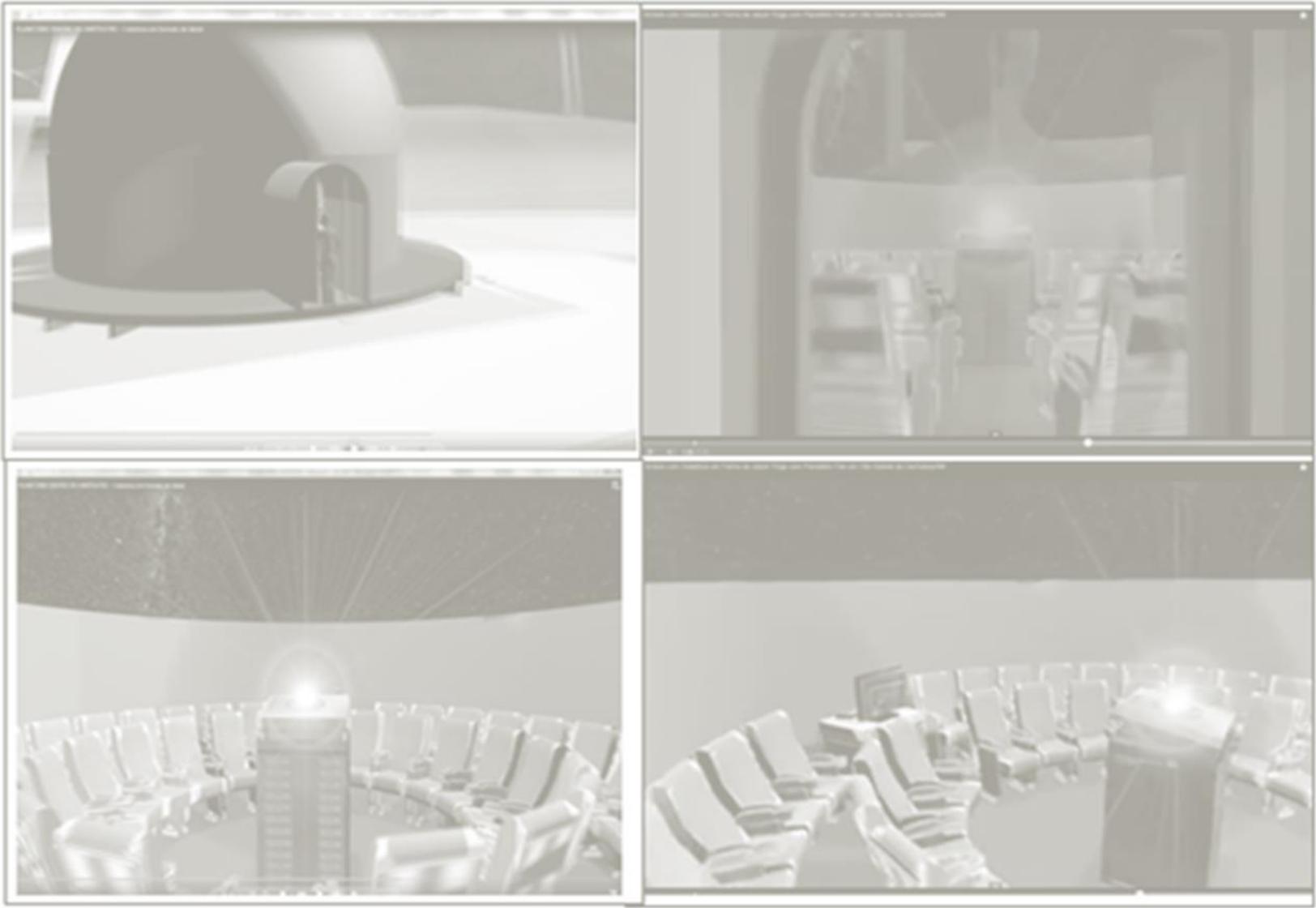
**PROYECTO DE OBRAS DE RECONSTRUCCIÓN DE LA PISCINA SEMI-OLÍMPICA**  
 PLANO DE PLANTA DE LA PISCINA

Escala: 1:100  
 Autor: [Nombre del Autor]  
 Fecha: [Fecha]

**AVANCE OBRAS PISCINA AND LUTERIA**  
 2024

**c.m.**  
 [Logotipo de la empresa]

**ANEXO 6 – PLANETÁRIO INDIGENA.**



## ANEXO 7 – PLANO DE DESENVOLVIMENTO ANUAL/2014.

2. Perspectiva Eficiência Gerencial				
Objetivo: Ampliar a Autonomia orçamentária do Campus				
RESPONSÁVEL: Diretor de Administração de Planejamento		Indicadores:	Fonte de Verificação:	Tipo de despesa:
Meta: Elaborar Plano para ampliar a autonomia orçamentaria do campus:				
Ações	Justificativa	Tarefas	Valor Unitário	Valor Total
Elaborar, Planejar e Analisar em conjunto com a Reitoria um estudo sobre a autonomia orçamentária do Campus.	Melhorar a eficiência na gestão dos recursos orçamentários.	Apresentação de sugestões para melhoria na execução dos recursos por campus.	Sem custo	Sem custo
Objetivo: Melhorar o Sistema de Internet e Comunicação				
RESPONSÁVEL: Diretor de Administração de Planejamento		Indicadores: A internet no Campus funciona hoje a 60% de sua capacidade, a tendência é que funcione pelo menos a 95%.	Fonte de Verificação: STI	Tipo de despesa: Manutenção e Material, diárias e passagens.
Meta: Ampliar a rede de internet para um acesso eficiente no campus.				
Ações	Justificativa	Tarefas	Valor Unitário	Valor Total
Melhorar a infraestrutura de rede e contribuir o aperfeiçoamento da gestão de TI	Promover a modernização através de soluções inovadoras que atendam as necessidades.	Colocar novos equipamentos de transmissão de sinal que interligam os prédios pedagógico e administrativo.	Sem custo	Sem custo
		Realizar o compartilhamento das impressoras pelo servidor.	Sem custo	Sem custo
		Realizar a inclusão de todos os computadores na rede interna.	Sem custo	Sem custo
		Realizar o inventário detalhado da rede LAN do Campus.	Sem custo	Sem custo
		Buscar Alternativas de solução de TI através de Software Livre.	Sem custo	Sem custo
		Aquisição de Passagens para Treinamento sobre Sistema Voip em Manaus ou Brasília, para 01(um) servidor.	5.000,00	R\$ 5.000,00
		Aquisição de Diárias para Treinamento sobre Sistema Voip em Manaus ou Brasília, para 01(um) servidor.	1.800,00	R\$ 1.800,00

		Implantar a utilização da fibra ótica no campus.	A definir	A definir
		Implantar sistema de comunicação via Voip com apoio da Reitoria.	5.000,00	R\$ 5.000,00
		Realizar treinamentos ou eventos do campus através de vídeo conferencia.	Sem custo	Sem custo
		Aquisição de material de consumo de TI.	15.000,00	R\$ 15.000,00
		Aquisição de novos equipamentos de informática.	80.000,00	R\$ 80.000,00
Contratação de empresa terceirizada para manutenção de equipamentos de informática e de comunicação	Para melhor utilização dos equipamentos, tendo em vista a economicidade do campus com a melhoria da informação, informatizar os processos internos e implantar sistema de segurança da instituição.	Realizar Orçamento e edital licitatório para contratação de empresa especializada.	Sem custo	Sem curso
		Contratação de empresa terceirizada para o serviço de manutenção.	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00
		Contratação de serviços de telefonia móvel.	25.000,00	R\$ 25.000,00
Objetivo: Equipar a Biblioteca do Campus				
RESPONSÁVEL: Diretor de Administração de Planejamento		Indicadores:	Fonte de Verificação:	Tipo de despesa: Material, Passagens e Diárias.
Meta: Equipar a biblioteca do Campus com aquisição de novos acervos e equipamentos				
Ações	Justificativa	Tarefas	Valor Unitário	Valor Total
Ampliar o acervo e equipamento da biblioteca	Adquirir novos livros para dar mais suporte aos novos cursos criado e aos estudantes deste Campus.	Cadastrar todos os usuários no novo sistema de Gestão de Biblioteca.	Sem custo	Sem custo
		Classificar o acervo bibliográfico, utilizando as normas técnicas da biblioteconomia.	Sem custo	Sem custo
		Adquirir equipamentos para os laboratórios com foco nos cursos oferecidos.	R\$ 80.000,00	R\$ 80.000,00
		Adquirir novos acervos bibliográficos.	R\$ 35.000,00	R\$ 35.000,00
		Passagem para capacitação na área de gestão de biblioteca	R\$ 1.200,00	R\$ 1.200,00
		Diárias para capacitação na área de gestão de biblioteca.	1.300,00	R\$ 1.300,00
Objetivo: Aquisição de Veículo Utilitário para o Campus.				
RESPONSÁVEL: Diretor de Administração de Planejamento		Indicadores: Estima-se em aumentar a frota de veículos e de navegação fluvial do campus.	Fonte de Verificação: Setor de Transporte	Tipo de despesa: Material Permanente.
Meta: Aquisição de novos Veículos para o Campus.				
Ações	Justificativa	Tarefas	Valor Unitário	Valor Total

Adquirir novos veículos utilitários.	Para dar mais agilidade nos serviços rotineiros executados por este Campus.	Realizar orçamento para aquisição de um caminhão.	Sem custo	Sem custo
		Incluir na licitação de material permanente para certame licitatório.	Sem custo	Sem custo
		Aquisição de veículo caminhão modelo cargo 81.6.	175.000,00	R\$ 175.000,00
Objetivo: Capacitar o Quadro Docente e Funcional do Campus				
RESPONSÁVEL: Diretor de Administração e Planejamento/ Diretor de Desenvolvimento Educacional/ Coordenador Geral de Recursos Humanos.		Indicadores: Capacitar 90% do total dos servidores do Campus.	Fonte de Verificação: DAP	Tipo de despesa: Diárias, passagens.
Meta: Capacitar os Servidores Docentes e Técnicos Administrativos.				
Ações	Justificativa	Tarefas	Valor Unitário	Valor Total
Capacitar dentro das diretrizes estabelecidas pelo regulamento de capacitação.	Contribuir no aperfeiçoamento dos servidores, dentro de suas atribuições.	Fazer um levantamento das necessidades de capacitação em cada setor, coordenação.	Sem custo	Sem custo
		Inscrição de em cursos de capacitação os servidores dentro da área de atuação.	20.000,00	R\$ 20.000,00
		Passagem para capacitação dos servidores.	30.000,00	R\$ 30.000,00
		Diárias para capacitação de servidores	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00
Objetivo: Melhorar a Infraestrutura do Campus.				
RESPONSÁVEL: Diretor de Administração de Planejamento		Indicadores: Desde a sua implantação o campus não expandiu nas suas instalações, necessitando reparos e construções para o seu desenvolvimento.	Fonte de Verificação: DAP	Tipo de despesa: Serviços Pessoa jurídica, Capital.
Meta: Reforma da Infraestrutura existente no Campus e construção de novas estruturas				
Ações	Justificativa	Tarefas	Valor Unitário	Valor Total
Ampliar as dependências do Campus.	Melhorar a estrutura física do campus, proporcionando segurança a todos os seus usuários.	Realizar edital licitatório e termo de referencia para contratação através de licitação.	Sem custo	Sem custo
		Contratação de empresa terceirizada para execução dos serviços.	700.000,00	R\$ 700.000,00
		Contratação de empresa terceirizada para reestruturação da fachada com pintura, logo do campus, guarita e acesso as dependências.	100.000,00	R\$ 100.000,00
Reestruturar Rede Elétrica do Campus de São Gabriel.	Melhorar a estrutura física da rede elétrica existente no Campus para suportar a demanda de consumo de	Contratação de engenheiro elétrico para estudo, verificação detalhado para realizar a ação.	Sem custo	R\$ 20.000,00

	energia, tendo em vista a expansão do Campus em suas instalações prediais.	Realizar edital licitatório e termo de referencia para contratação através de licitação, para adequação da rede de alta e baixa tensão para atender a demanda atual do campus.	A definir	A definir
		Instalação do Novo Grupo Gerador.	50.000,00	R\$ 50.000,00
		Contratação de empresa terceirizada para execução dos serviços.	350.000,00	R\$ 350.000,00
Construção de Novas Instalações.	Proporcionar as melhores instalações para incentivar o ensino-aprendizado dos discentes e servidores.	Construção de um Horto medicinal	800.000,00	R\$ 800.000,00
		Construção de um ginásio Poliesportivo do Campus.	3.800.000,00	R\$ 3.800.000,00
		Construção de uma Piscina Semiolímpica do Campus.	1.500.000,00	R\$ 1.500.000,00
		Construção de um Anfiteatro para realização de grandes eventos	6.000.000,00	R\$ 6.000.000,00
		Construção de um estacionamento para os servidores do prédio administrativos.	50.000,00	50.000,00

<b>2. Perspectiva Eficiência Acadêmica</b>				
Objetivo: Fazer avaliações periódicas dos projetos pedagógicos de todos os cursos				
RESPONSÁVEL: Diretor de Desenvolvimento Educacional/ Coordenador Geral de Ensino.		Indicadores: quantidade de Planos atualizados no período.	Fonte de Verificação:	Tipo de despesa:
Meta: Fazer avaliações periódicas dos projetos pedagógicos de todos os cursos.				
Ações	Justificativa	Tarefas	Valor Unitário	Valor Total
Atualizar os Planos de Cursos.	A necessidade de incluir nos Planos de Curso os procedimentos para realização da Recuperação Paralela, conforme orientações previstas nos artigos 157 e 158 da Organização Didático-acadêmica do IFAM e atualizar os conteúdos programáticos trabalhados.	Definir Comissões e Subcomissões para realizar as atualizações. Definir o cronograma para execução das atualizações.	Sem custo	Sem custo

Objetivo: Avaliar o processo educacional periodicamente				
RESPONSÁVEL: Diretor de Desenvolvimento Educacional /Coordenador Geral de Ensino/ Coordenador Geral de Assistência ao Educando/ Coordenador de Registros Acadêmicos/ Coordenação de Pesquisa Institucional.		Indicadores: quantidade de alunos aprovados por bimestre.	Fonte de Verificação:	Tipo de despesa:
Meta: Avaliar o processo educacional periodicamente				
Ações	Justificativa	Tarefas	Valor Unitário	Valor Total
Analisar o desempenho acadêmico dos discentes.	Permitir, através dos resultados de desempenho acadêmico dos discentes, realizar avaliação e definir propostas para melhoria da aprendizagem.	Reunir informações de desempenho acadêmico dos discentes: nota, frequência e comportamento.	Sem custo	Sem custo
		Reunir o Conselho de Classe para analisar o desempenho discente e discutir as possíveis ações didático-pedagógicas.	Sem custo	Sem custo
Analisar o desempenho da prática docente.	Permitir o acompanhamento das práticas docente e definição de propostas para melhoria das ações didático-pedagógicas.	Verificar se os conteúdos programáticos definidos nos Planos de Ensino foram ministrados.	Sem custo	Sem custo
		Verificar o cumprimento dos procedimentos de avaliação e critérios de avaliação previstos na Organização didático-acadêmica do IFAM.	Sem custo	Sem custo
Analisar o desempenho dos Técnicos em Assuntos Educacionais.	Permitir acompanhamento e avaliação das atividades dos técnicos em assunto educacionais.	Registrar atividades realizadas pelos TAE no sistema de gestão de demandas.	Sem custo	Sem custo
		Verificar o cumprimento das obrigações funcionais dos TAE e seu envolvimento nas atividades do departamento de ensino.	Sem custo	Sem custo
Objetivo: Melhorar o acompanhamento dos egressos				
RESPONSÁVEL: Diretor de Administração e Planejamento/ Diretor de Desenvolvimento Educacional/ Coordenador Geral de Ensino/ Coordenação de Registros Acadêmicos/ Coordenação de Pesquisa Institucional.		Indicadores: realização do Dia do Egresso por ano.	Fonte de Verificação:	Tipo de despesa:
Meta: Melhorar o acompanhamento dos egressos.				
Ações	Justificativa	Tarefas	Valor Unitário	Valor Total
Criar o Dia do Egresso.	Criar um meio de comunicação permanente entre a instituição e seus egressos de forma a manter atualizadas as informações sobre número de egressos em Instituições de Ensino Superior ou atuantes no mundo do trabalho, além de permitir aos egressos a oportunidade de participar das discursões sobre o futuro da instituição.	Criar um espaço no site do Campus na Internet exclusivo para acesso dos egressos.	A definir	A definir
		Manter no Facebook do Campus Enquetes sobre os egressos.	A definir	A definir
		Criar uma base de dados sobre egressos.	A definir	A definir
		Definir Comissão para criação do evento Dia do Egresso.	A definir	A definir

Objetivo: Aumentar a quantidade de incubadora de empresas em São Gabriel da Cachoeira				
RESPONSÁVEL: Diretor de Administração e Planejamento/ Diretor de Desenvolvimento Educacional.		Indicador: incubadora criada.	Fonte de Verificação:	Tipo de despesa:
Meta: Aumentar a quantidade de incubadora de empresas em São Gabriel da Cachoeira				
Ações	Justificativa	Tarefas	Valor Unitário	Valor Total
Criar uma incubadora de empresas.	Prestar serviços de consultoria em negócios, fomentar a inovação e criação de novos arranjos produtivos em São Gabriel da Cachoeira, proporcionando aos discentes a oportunidade de acompanhar todas as etapas do processo empreendedor.	Realizar pesquisa para levantar demanda por incubadora.	A definir	A definir
		Definir comissão encarregada da elaboração do regimento e formalização da incubadora do IFAM-CSGC.	A definir	A definir
		Construir um espaço para o funcionamento das empresas ou negócios incubados.	A definir	A definir
Objetivo: Ampliar parceria com instituições de ensino em nível nacional e internacional				
RESPONSÁVEL: Diretor-Geral/ Diretor de Administração e Planejamento/ Diretor de Desenvolvimento Educacional.		Indicadores:	Fonte de Verificação:	Tipo de despesa:
Meta: Ampliar parceria com instituições de ensino em nível nacional e internacional				
Ações	Justificativa	Tarefas	Valor Unitário	Valor Total
Firmar parcerias com instituições de ensino.	Ampliar a oferta de cursos de Pós-graduação Latu sensu e Strictu sensu para os técnicos e os docentes do quadro do IFAM-CSGC.	Identificar instituições que ofereçam cursos de interesse dos técnicos e docentes do quadro do IFAM-CSGC.	Sem custo	Sem custo
		Criar comissão encarregada da elaboração do termo de parceria.	Sem custo	Sem custo
Objetivo: Criar um plano de mobilidade do servidor				
RESPONSÁVEL: Diretor de Desenvolvimento Educacional/ Diretor de Administração e Planejamento.		Indicadores: quantidade de voluntários por período.	Fonte de Verificação: DAP	Tipo de despesa: Serviços Pessoa jurídica, Capital.
Meta: plano de mobilidade do servidor.				
Ações	Justificativa	Tarefas	Valor Unitário	Valor Total
Criar a minuta da proposta de mobilidade de docente entre o IFAM-CSGC e demais Campi.	Garantir a quantidade, mesmo que flutuante, de docentes necessários a ministrar as componentes curriculares nos períodos previstos em Plano de Curso.	Constituir uma comissão encarregada pela elaboração da proposta de mobilidade docente.	A definir	A definir
		Apresentar e discutir com o corpo docente a minuta antes de remetê-la ao Consup.	A definir	A definir

2. Perspectiva Eficiência Acadêmica

Objetivo: Estruturar a Coordenação de Ensino Superior.

RESPONSÁVEL: Diretor de Desenvolvimento Educacional/ Diretor de Administração e Planejamento/ Coordenador Geral de Ensino.

Indicadores: quantidade de Planos atualizados no período.

Fonte de Verificação:

Tipo de despesa:

Meta: Estruturar a coordenação de ensino superior.

Ações	Justificativa	Tarefas	Valor Unitário	Valor Total
Construção/aquisição de uma sala física para o funcionamento da CES	A CES necessita há tempos de um local onde possa portar seus arquivos, atender os alunos individualmente em caso de dúvidas ou anseios, planejar as etapas, realizar reuniões, receber e despachar e por fim fixar local dando referência do setor para o público.	Descrever medidas e layout do espaço físico.		
Mobiliar a sala	Estruturar a sala com mesas e cadeiras, armários porta arquivo em metal para suporte das tarefas burocráticas da Coordenação.	Descrever detalhamento dos móveis necessários.		
Equipar a CES com materiais de TI	Estruturar a CES com os equipamentos de informática para suporte nas tarefas diárias da Coordenação e Apoio Pedagógico aos professores ministrantes como notebooks, Datashow, scanners, impressora, hd externo, nobreak, passador de slide.	Detalhar os materiais que serão necessários.	Sem custo	Sem custo
Suprir com materiais de expediente.	Aquisição de materiais de expediente como papel A4, Almoço, Toner, Canetas, Lápis, Borracha, Corretivos, Post-it, Pastas AZ, Pasta com elástico, cliques, grampos, canetas marca textos, quadro para mural.	Detalhar os materiais que serão necessários.		
Aquisição de TAE	A CES necessita de recursos humanos para desempenhar de maneira mais eficiente suas etapas, e tudo mais que envolve os processos burocráticos.	Solicitar via formal um TAE ao CGE/DDE/DG de maneira exclusiva para a CES.		

Objetivo: Avaliar o processo educacional periodicamente				
RESPONSÁVEL: Diretor de Desenvolvimento Educacional/ Coordenador Geral de Ensino/ Coordenação de Ensino Superior/ Coordenação Geral de Assistência ao Educando/ Coordenação de Registros Acadêmicos/ Coordenação de Pesquisa Institucional.		Indicadores: quantidade de alunos aprovados por bimestre.	Fonte de Verificação:	Tipo de despesa:
Meta: Avaliar o processo educacional periodicamente				
Ações	Justificativa	Tarefas	Valor Unitário	Valor Total
Analisar o desempenho acadêmico dos discentes.	Permitir, através dos resultados de desempenho acadêmico dos discentes, realizar avaliação e definir propostas para melhoria da aprendizagem.	Reunir informações de desempenho acadêmico dos discentes: nota, frequência e comportamento.	Sem custo	Sem custo
		Reunir o Conselho de Classe para analisar o desempenho discente e discutir as possíveis ações didático-pedagógicas.	Sem custo	Sem custo
Analisar o desempenho da prática docente.	Permitir o acompanhamento das práticas docente e definição de propostas para melhoria das ações didático-pedagógicas.	Verificar se os conteúdos programáticos definidos nos Planos de Ensino foram ministrados.	Sem custo	Sem curso
		Verificar o cumprimento dos procedimentos de avaliação e critérios de avaliação previstos na Organização didático-acadêmica do IFAM.	Sem custo	Sem curso
Objetivo: Aumentar a oferta de atividades complementares do Curso Superior				
RESPONSÁVEL: Diretor de Desenvolvimento Educacional/ Coordenador Geral de Ensino/ Coordenador de Gestão da Pesquisa/ Coordenador Geral de Produção e Extensão/ Coordenação de Extensão/ Setor de Estágio.		Indicadores: quantidade de eventos ofertados por período.	Fonte de Verificação:	Tipo de despesa:
Meta: Aumentar a oferta de atividades complementares do Curso Superior.				
Ações	Justificativa	Tarefas	Valor Unitário	Valor Total
Realizar novos convênios e parcerias entre o IFAM-CSGC e instituições públicas e privadas.	Criar um aumento substancial no número de eventos como fóruns, palestras, seminários, workshop entre outros para que possam cumprir a carga de 200 horas de atividades extracurricular.	Realizar contatos às instituições para propor parceria para a oferta de eventos, palestras, etc.	A definir	A definir
Ofertar Libras.	Recomendação do MEC para os cursos de licenciatura	Implementar/alterar no projeto do curso do PROLIND para a inserção da disciplina de LIBRAS	A definir	A definir
Visita técnica aos alunos nas comunidades.	Identificar o contexto de aprendizagem dos alunos nas comunidades (in loco)	Visita/Viagens técnicas.		
		Construir um espaço para o funcionamento das empresas ou negócios incubados.	A definir	A definir

Objetivo: atualizar toda documentação da CES, como diários, plano de aula, projeto do curso, ementa, Q-ACADEMICO.				
RESPONSÁVEL: Coordenação de Ensino Superior/ Setor de Tecnologia de Informação/ Coordenação de Registros Acadêmicos.		Indicadores:	Fonte de Verificação:	Tipo de despesa:
Meta: Atualização de cadastro com os dados e informações dos alunos nos sistemas do IFAM.				
Ações	Justificativa	Tarefas	Valor Unitário	Valor Total
Realizar levantamento de Diários e planos de ensino entregues a CES	Vários módulos foram concluídos, mas encontra-se com diários e planos de ensino pendentes.	Realizar contatos com os professores ministrantes de cada disciplina que encontra-se com pendência de diários e planos de ensino.	Sem custo	Sem custo
Atualizar no Q-ACADEMICO todas as notas dos alunos	O Prolind está com as disciplinas cadastradas no Q-ACA porem apenas 1 disciplina consta nota de 5 módulos realizados.	Inserir no Q-ACADEMICO as notas que se tem em diário impresso em poder da CES	Sem custo	Sem custo
Atualizar a grade curricular no Q-ACA	As disciplinas que constam no Q-ACA estão em desconformidade depois que o projeto do curso foi alterado	Cobrar a aprovação no CONSULP do novo projeto e em seguida remeter a STI para que realizem as alterações das grades.	Sem custo	Sem custo
Objetivo: Proporcionar o início das Orientações do TCC dos alunos do PROLIND				
RESPONSÁVEL: Diretor de Desenvolvimento Educacional/ Coordenador Geral de Ensino/ Coordenador de Ensino Superior/ Coordenador de Gestão da Pesquisa.		Indicadores:	Fonte de Verificação:	Tipo de despesa:
Meta: Proporcionar o início das Orientações do Trabalho de Conclusão de Cursos.				
Ações	Justificativa	Tarefas	Valor Unitário	Valor Total
Apresentar os Orientadores disponíveis aos orientandos de TCC.	O Prolind se aproxima da conclusão do curso e o projeto prevê a elaboração do TCC, e nos deparamos da necessidade de apresentar os orientandos disponíveis aos alunos.	Definir de quem será a responsabilidade de acompanhar este processo.	A definir	A definir

<b>2. Perspectiva Eficiência Acadêmica</b>				
Objetivo: Dinamizar a comunicação entre o Ensino, Pesquisa e Extensão dentro do Campus.				
RESPONSÁVEL: Diretor de Desenvolvimento Educacional/ Coordenações		Indicadores: Demanda/Tempo	Fonte de Verificação:	Tipo de despesa:
Meta: Dinamizar a comunicação entre o Ensino, Pesquisa e Extensão dentro do Campus.				
Ações	Justificativa	Tarefas	Valor Unitário	Valor Total
Agilizar o cumprimento das demandas. Criar uma rede local para tramitação e	Dirimir as arestas de comunicação e gerar a celeridade de atendimento junto à	Certificar que cada coordenador/chefe de setor tenha o conhecimento de suas atribuições;	sem custo	sem custo

conhecimento de informação.	Instituição.	Cumprir os prazos legais (até 5 dias) para resolução de demandas respeitando a cadeia escalar;	Sem custo	Sem custo
		Construir uma rede local de acesso para interligar as coordenações ao departamento;	Sem custo	Sem custo
Objetivo: Inserir novos cursos técnicos e de graduação no âmbito de licenciatura e tecnológico.				
RESPONSÁVEL: Diretor de Desenvolvimento Educacional/ Coordenações		Indicadores: Número de cursos/tempo.	Fonte de Verificação:	Tipo de despesa:
Meta: Inovação de cursos técnicos e de graduação.				
Ações	Justificativa	Tarefas	Valor Unitário	Valor Total
Incluir novos cursos técnicos e de graduação adequados à realidade e necessidade local;	Avançar a patamares de nível superior evidenciando as atribuições da Instituição Ensino, Pesquisa e Extensão.	Potencializar a ação da Coordenação de Ensino Superior;	sem custo	sem custo
		Propor qualificação contínua dos docentes;	sem custo	sem custo
		Requerer servidores diversos (administrativo/educacional)	sem custo	sem curso
Objetivo: Estruturar um ambiente propício para ensaios musicais.				
RESPONSÁVEL: Diretor de Desenvolvimento Educacional/ Coordenações		Indicadores: Número de Alunos participantes das atividades musicais.	Fonte de Verificação:	Tipo de despesa:
Meta: Estruturar um ambiente propício para ensaios musicais.				
Ações	Justificativa	Tarefas	Valor Unitário	Valor Total
Propiciar uma formação de etnomusical;	Prática e ensino associada com a música e ensaios musicais para potencializar as vertentes da Instituição.	Relacionar a música ao cotidiano do discente; Produzir material didático musical;	A definir	A definir
Objetivo: Criar e estruturar Laboratório de Informática;				
RESPONSÁVEL: Diretor de Desenvolvimento Educacional/ Coordenações		Indicadores: Números de Alunos participantes das atividades no laboratório;	Fonte de Verificação:	Tipo de despesa:
Meta: Criar e estruturar Laboratório de Informática;				
Ações	Justificativa	Tarefas	Valor Unitário	Valor Total
Otimizar o rendimento escolar.	Inserir cada vez mais o ensino através de equipamento de TI.	Propiciar que durante a aula um computador por aluno;	sem custo	sem custo

Objetivo: Ambientar e estruturar as salas de aula e Laboratórios;				
RESPONSÁVEL: Diretor de Desenvolvimento Educacional/ Coordenações		Indicadores: Números de Alunos participantes das atividades no laboratório;	Fonte de Verificação:	Tipo de despesa:
Meta: Ambientar e estruturar as salas de aula e Laboratórios;				
Ações	Justificativa	Tarefas	Valor Unitário	Valor Total
Otimizar o rendimento escolar;	Proporcionar o contato com as práticas associando a prática com a teoria.	Estruturar os Laboratórios com equipamentos e materiais necessários para as aulas práticas de Química, Exatas e Biologia. Conscientizar os docentes da importância das aulas práticas e de laboratórios;	A definir	A definir
		Propor a aquisição de equipamentos necessários para a adequada utilização dos laboratórios e práticas;	A definir	A definir
Objetivo: Criar um programa de atividades físicas para a saúde do servidor				
RESPONSÁVEL: Diretor de Desenvolvimento Educacional / Coordenações		Indicadores: Número de servidores participantes das atividades de educação física voltadas para a saúde do servidor.	Fonte de Verificação:	Tipo de despesa:
Meta: Criar um programa de atividades físicas para a saúde do servidor				
Ações	Justificativa	Tarefas	Valor Unitário	Valor Total
Inserir um plano de atividades físicas aeróbias, preventivas e anaeróbias.	Proporcionar a melhoria preventiva da saúde.	Melhorar a qualidade de vida do servidor no que diz respeito à prevenção de doenças crônicas degenerativas não transmissíveis.	A definir	A definir
Objetivo: Criar incentivo para os docentes participarem dos programas de extensão e Assistência Estudantil				
RESPONSÁVEL: Diretor de Desenvolvimento Educacional / Coordenações		Indicadores: Número de projetos apresentados pelos docentes/ coordenadores.	Fonte de Verificação:	Tipo de despesa:
Meta: Criar incentivo para os docentes participarem dos programas de extensão e Assistência Estudantil				
Ações	Justificativa	Tarefas	Valor Unitário	Valor Total
Elucidar e incentivar os docentes/coordenadores da necessidade de participação	Os docentes devem ser sujeitos atuantes na propositura dos projetos	Aumentar os números de projetos junto à sociedade local e discentes apresentados pelo Campus.	A definir	A definir

Objetivo: Aumentar a eficiência de atendimento às práticas e de campo.				
RESPONSÁVEL: Diretor de Desenvolvimento Educacional / Coordenações		Indicadores: Número de aulas de campo atendidas.	Fonte de Verificação:	Tipo de despesa:
Meta: Aumentar a eficiência de atendimento às práticas e de campo.				
Ações	Justificativa	Tarefas	Valor Unitário	Valor Total
Otimizar o atendimento aos docentes relativo aos planejamentos das aulas práticas e de campo.	Proporcionar o contato com as práticas associando a prática com a teoria.	Disponibilizar previamente as solicitações de materiais a serem utilizados.	A definir	A definir
Objetivo: Ampliar o atendimento às reivindicações das comunidades;				
RESPONSÁVEL: Diretor de Desenvolvimento Educacional / Coordenações		Indicadores: Número de famílias atendidas	Fonte de Verificação:	Tipo de despesa:
Meta: Ampliar o atendimento às reivindicações das comunidades;				
Ações	Justificativa	Tarefas	Valor Unitário	Valor Total
Aumentar a oferta de cursos de capacitação e orientações por intermédio do PRONATEC e COEX.	A aproximação da instituição e com a comunidade.	Orientar os docentes e TAEs da importância das ações da CGPEX;	A definir	A definir
		Divulgar as ações junto à comunidade acadêmica, indígena e municipal.	A definir	A definir
Objetivo: Melhorar o Desempenho no ENEM.				
RESPONSÁVEL: Diretor de Desenvolvimento Educacional/ Coordenações		Indicadores: Rendimentos discentes no ENEM.	Fonte de Verificação:	Tipo de despesa:
Meta: Aumentar a média de notas no IFAM.				
Ações	Justificativa	Tarefas	Valor Unitário	Valor Total
Atingir o melhor rendimento no ENEM dentro do Campus do SGD/IFAM.	Acompanhando e direcionado os conteúdos com as diretrizes do ENEM	Informar aos docentes as diretrizes do ENEM;	Sem custo	Sem custo
		Conscientizar os docentes da importância da atualização dos currículos/ementas a partir das diretrizes do ENEM;	Sem custo	Sem custo
		Capacitar os docentes para uma eficiente atualização dos currículos/ementas a partir das diretrizes do ENEM;	Sem custo	Sem custo
		Apresentar aos discentes a importância da atualização dos currículos/ementas a partir das diretrizes do ENEM;	Sem custo	Sem custo

Objetivo: Aumentar o número de Bolsas dos programas PIBIC e PAIC				
RESPONSÁVEL: Diretor de Desenvolvimento Educacional/ Coordenações		Indicadores: Número de bolsas/ano	Fonte de Verificação:	Tipo de despesa:
Meta: Aumentar o número de Bolsas dos programas PIBIC e PAIC				
Ações	Justificativa	Tarefas	Valor Unitário	Valor Total
Efetivar a divulgação e estimular a participação dos alunos e discentes na participação dos programas de pesquisa;	Os docentes devem ser sujeitos atuantes na propositura dos projetos.	Conscientizar os docentes da importância da pesquisa no âmbito acadêmico;	Sem custo	Sem custo
		Capacitar os docentes na prática de elaboração de projetos de pesquisa.	Sem custo	Sem custo
Objetivo: Potencializar as ações institucionais do NUGLAN				
RESPONSÁVEL: Diretor de Desenvolvimento Educacional/ Coordenações		Indicadores: Número de demandas atendidas, dentro das atribuições do núcleo, às comunidades /ano.	Fonte de Verificação:	Tipo de despesa:
Meta: Potencializar as ações institucionais do NUGLAN				
Ações	Justificativa	Tarefas	Valor Unitário	Valor Total
Estruturar os recursos humanos do NUGLAN;	O NUGLAN como setor que envolva todas as atividades da Instituição.	Conscientizar os docentes da importância do NUGLAN dentro das atribuições do nosso Campus;	Sem custo	Sem custo
		Capacitar os docentes e TAEs para exercer as atribuições do NUGLAN.	Sem custo	Sem custo
Objetivo: Efetivar o acompanhamento e orientação dos estudantes com problemas biopsicossociais;				
RESPONSÁVEL: Diretor de Desenvolvimento Educacional/ Coordenações		Indicadores: Número de demandas atendidas, dentro das atribuições do núcleo, às comunidades /ano	Fonte de Verificação:	Tipo de despesa:
Meta: Efetivar o acompanhamento e orientação dos estudantes com problemas biopsicossociais;				
Ações	Justificativa	Tarefas	Valor Unitário	Valor Total
Dirimir os problemas biopsicossociais;	A Instituição participando no limites de suas atribuições com a melhorias das condições de saúde.	Conscientizar os docentes da importância das atribuições do CGAE;	Sem custo	Sem custo

Objetivo: Aumentar o número de residentes nos alojamentos				
RESPONSÁVEL: Diretor de Desenvolvimento Educacional/ Coordenações		Indicadores: Número de demandas atendidas, dentro das atribuições do núcleo, às comunidades /ano	Fonte de Verificação:	Tipo de despesa:
Meta: Aumentar o número de residentes nos alojamentos				
Ações	Justificativa	Tarefas	Valor Unitário	Valor Total
Aumentar com qualidade o número de residentes.	A necessidade latente de aumentar proporcionalmente ao aumento das demandas de discentes da comunidade.	Aumentar o número de coordenador de residências; Conscientizar os residentes da conservação do ambiente de residência.	Sem custo	Sem custo

<b>2.Perspectiva Eficiência Acadêmica</b>				
Objetivo: Difundir, socializar e democratizar o conhecimento produzido e existente no Campus São Gabriel da Cachoeira a partir de programas e projetos e atividades de extensão inerentes às dimensões da extensão tecnológica.				
RESPONSÁVEL: Coordenação de Extensão		Indicadores: Demanda/Tempo	Fonte de Verificação:	Tipo de despesa: Material de consumo e permanente
Meta: Implementar programas e projetos e atividades de extensão inerentes às dimensões da extensão tecnológica				
Ações	Justificativa	Tarefas	Valor Unitário	Valor Total
Reativar a academia de musculação.	Aumenta o grau de motivação e satisfação do servidor e melhora sensivelmente o clima e o ambiente de trabalho, conforme consta do Planejamento Estratégico 2012-2017 do IFAM.	Revisão, pintura, colocação de foro e aparelho de ar condicionado e compra de aparelhos de musculação.	R\$ 25.000,00	R\$ 25.000,00
Contratação de 02 (dois) docentes de Educação Física	Em 2013 o Campus possuía em seu quadro, 04 (quatro) professores de Educação Física e, atualmente possui apenas 02 (dois), o que não contribui para efetividade dos treinamentos desportivos, uma vez que cada modalidade esportiva possui dois naipes e precisa de no mínimo três dias de treinamento desportivo por semana.	Incluir 02 vagas para docente de Educação Física no próximo Edital de PSS ou de Concurso Público para cargo de provimento efetivo.	sem custo	sem custo
Contratar servidores técnicos administrativos.	Falta de servidores TAE na COEX para dar suporte e celeridade nas atividades.	Lotar 03 (três) servidores TAE com experiência em eventos esportivos, culturais e de lazer.	sem custo	sem custo
Recriar a função de Chefe do Setor de Atividades Esportivas, Culturais e de Lazer.	Descentralizar as atribuições de um único servidor e aumentar a eficácia das atividades esportivas, culturais e de lazer.	Criar uma FG 05 de Chefe do Setor de Atividades Esportivas, Culturais e de Lazer.	sem custo	sem custo

Criar uma função gratificada de Assistente de Coordenador de Extensão.	Dar suporte ao Coordenador de Extensão.	Criar uma FG 03 de Assistente de Coordenador de Extensão.	sem custo	sem custo
Aumentar o número de visitas técnicas.	Necessidade de promover a interação das áreas educacionais da instituição com o mundo do trabalho.	Realização de visitas técnicas.	sem custo	sem custo
Acompanhar o itinerário profissional egresso.	Os egressos são atores potencializadores de articulação com a sociedade, dessa forma é possível identificar cenários junto ao mundo produtivo e retroalimentar o processo de ensino, pesquisa e extensão.	Criar no calendário do Campus o Dia do Egresso. Dar suporte para a análise e melhoria do fazer acadêmico. Realizar levantamento de informações em relação à situação dos egressos no mundo do trabalho. Utilizar os resultados obtidos para definir e retroalimentar as políticas educacionais do Campus.	sem custo	sem custo
Criar uma função gratificada de Assistente do Chefe do Setor de Estágio.	Aumento na demanda por estágio.	Criar uma FG.	sem custo	sem custo
Melhorar a qualidade dos TCC.			sem custo	sem custo
Apoiar o desenvolvimento de atividades esportivas de lazer e de saúde.	Anualmente ocorre no município, aos finais de semana os jogos de integração entre os servidores das três esferas, e faz necessário a presença de um Profissional de Educação Física para o suporte e acompanhamento na execução das atividades.	Criar uma Comissão para dar suporte e acompanhamento às atividades esportivas externas dos servidores, aos finais de semana, com posterior abono de horas trabalhadas.	sem custo	sem custo
Apoiar os empreendimentos esportivos.	Anualmente ocorre no Campus o Jogos Internos dos discente.	Elaboração de projeto para compra de material/equipamento esportivo para execução dos Jogos Internos.	sem custo	sem custo
	Anualmente ocorre os Jogos Escolares do Amazonas-JEA'S e o IFAM-CSGC sempre participa dessa atividade, e em 2013 representou a delegação do município, laureando 53 medalhas.	Disponibilização de ônibus, gasolina e motorista para dar suporte ao deslocamento dos discentes, para que seja possível a presença aos treinamentos desportivos. Elaborar convênio com o Exército para fins de disponibilização de 02 (dois) Instrutores de Educação Física, para dar suporte aos treinamentos desportivos. Pintura do ginásio esportivo. Revitalização dos banheiros masculinos e femininos.	sem custo	sem custo
	Anualmente ocorre o JIFAM	Apoiar os empreendimentos esportivos.	sem custo	sem custo

2. Perspectiva Eficiência Acadêmica				
Objetivo: Aumentar a eficiência nos atendimentos das aulas práticas				
RESPONSÁVEL: Diretor de Desenvolvimento Educacional/ Diretor de Administração e Planejamento/ Coordenador Geral de Produção e Extensão/ Coordenação Geral de Ensino/ Patrimônio.		Indicadores: Quantitativo de bens levantados e atualizados, nos tipos: Em condições ou Sem condições de uso.	Fonte de Verificação:	Tipo de despesa: Material de consumo e permanente
Meta: Aumentar a eficiência nos atendimentos das aulas práticas.				
Ações	Justificativa	Tarefas	Valor Unitário	Valor Total
1.1. Inventário de materiais e equipamentos nas Seções de Produção Animal, Vegetal e Piscicultura.	A quantificação e averiguação de materiais permanentes equipamentos, cautelados a CGPEX.	Realizar um inventário geral dos bens cautelados a CGEPX;	Sem custo	Sem custo
		Definir comissões para reunir e localizar os bens existentes;	Sem custo	Sem custo
1.2. Realizar um levantamento da relação de materiais de consumo e permanentes, recursos humanos junto aos docentes – CGE	Segurança no trabalho e disponibilização de materiais e equipamentos necessários para as ações pedagógicas realizadas em ambiente interno ou externo ao Campus.	Reunir informações junto aos Docentes da área técnica para levantamento das informações, com a devida antecedência;	Sem custo	Sem custo
		Verificar as demandas programadas definidas, junto às demandadas no Plano de Ensino das Disciplinas.	Sem custo	Sem custo
1.3. Aquisição de materiais e equipamentos para usos em visitas técnicas, aulas práticas e atividades de manejo diário das seções de produção vinculada a Cape.	O quantitativo de materiais e equipamentos será efetivado, conforme a demanda para uso em aulas práticas, inserindo-se as etapas da ação 1.1 e 1.2.	Efetuar a solicitação com a base de dados consolidado em tempo hábil, na forma de Planejamento Anual de Atividades.	Sem custo	Sem custo
Objetivo: Revitalização e ampliação das unidades produtivas.				
RESPONSÁVEL: Diretor-Geral/ Diretor de Administração e Planejamento/ Diretor de Desenvolvimento Educacional/ Coordenador Geral de Produção e Extensão/ Coordenador Geral de Extensão.		Indicadores: Número de cursos/tempo.	Fonte de Verificação:	Tipo de despesa: material de consumo, material de manutenção de bens e moveis.
Meta: Revitalização e ampliação das unidades produtivas.				
Ações	Justificativa	Tarefas	Valor Unitário	Valor Total
2.1. Reforma e recuperação de 03 (três) galpões de produção de ave de corte;	Os galpões da Seção de Produção Animal/ Zootecnia I, encontram-se em condições precárias, com problemas de infraestrutura, elétrico, hidráulico e em péssimo estado de conservação. Entretanto, os mesmos são utilizados para realização de aulas práticas dos cursos regulares e curso de curta duração de extensões.	Elaborar projeto de recuperação;	A definir	A definir
		Reunir recursos de emenda parlamentares para excussão do projeto.	A definir	A definir
		Elaborar projeto de recuperação;	A definir	A definir
2.2. Reformam e manutenção da Pocilga/ Setor Zootecnia II.	As instalações já apresenta alto grau de depreciação, necessitando de reparos e manutenção da infraestrutura do piso, telhado, divisórias de confinamento de animais, maternidade e creche. Além disso, necessita de uma pintura, pois essas instalações são utilizadas para realização de	Reunir recursos de emenda parlamentares para excussão do projeto.	A definir	A definir

	aulas práticas dos cursos regulares e curso de curta duração de extensões.			
2.3. Construção de um sistema de captação de água pluviométrica.	O sistema de captação de água pluviométrica, objetiva, abastecer inicialmente a seção de piscicultura.	Elaborar projeto de construção;	A definir	A definir
		Reunir recursos para excussão do projeto.	A definir	A definir
2.4. Limpeza e manutenção da barragem principal e tanques da seção de Piscicultura a cada biênio	A referida atividade previne a mortalidade dos exemplares de peixes, fato que ocorreu com frequência, visto que há uma produção cumulativa de resíduos e dejetos oriundos dos peixes e também de origem vegetal, os quais se depositam no interior dos açudes, que num período de curto em médio prazo, poderá comprometer a qualidade da água, e conseqüentemente provocar alto índice de mortalidade de peixes.	Elaborar projeto de reforma; Articulações junto a parceiros externos para aquisição dos serviços das máquinas pesadas.	A definir	A definir
2.5. Revitalização, Recuperação e Manutenção da Fábrica de Ração.	A infraestrutura da Fabrica de Ração é um espaço que deve passar por reformas, visto que, no seu interior existem máquinas e alguns equipamentos, que ainda podem ser aproveitados em períodos futuros. As partes a serem recuperados tratam-se do telhado, piso e pinturas internas e externas. Além disso, as máquinas e equipamentos precisam de manutenção e revisão.	Elaborar projeto de reforma; Efetuar reparo no telhado e nas salas internas; Reunir recursos de emenda parlamentares para excussão do projeto.	A definir	A definir
2.6. Reforma e Organização da Mecanização.	A infraestrutura da mecanização necessita de alguns reparos físicos, como telhado, as salas internas e pintura. Os equipamentos e veículos que não estão em condições de uso ou que já ultrapassaram sua vida útil precisam ser acomodados em outro local, pois, estão superlotando todos os espaços e deixado de foram, a céu aberto, equipamentos que se encontra em uso. Entretanto, será necessária uma organização geral, para então guardar os veículos agrícolas e seus implementos.	Realizar uma limpeza do ambiente e organização dos materiais, equipamentos, veículos e implementos agrícolas; Efetuar reparo no telhado e nas salas internas; Realizar pintura no local e em implementos agrícolas; Efetuar limpeza e organização do local mensalmente; Verificar junto ao Setor de Patrimônio, alguns equipamentos que necessitam ser tombado, e guardá-los em outros ambientes.	A definir	A definir
2.7. Revitalizar e reforma o viveiro de produção de mudas.	A infraestrutura do viveiro de mudas necessita de reformas, implementação do sistema hidráulico e ampliação, com a inserção da sementeira.	Elaborar projeto de revitalização e estruturação hidráulica; Reunir recursos de emenda parlamentares para excussão do projeto.	A definir.	A definir.

2.8. A seção de Olericultura.	Há uma necessidade de construção de 02 (duas) casas de 15m x 20m de vegetação, coberta, devido o período chuvoso da região. Nesse sentido, quanto cultivado as plantas oleícolas em ambiente aberto ocorrem muitas incidências de pragas e doenças.	Elaborar projeto de construção;  Reunir recursos de emenda parlamentares para excussão do projeto.	A definir.	A definir.
Objetivo: Direcionar o sistema produtivo para atendimento de demandas do refeitório estudantil.				
RESPONSÁVEL: Diretor de Administração e Planejamento/ Diretor de Desenvolvimento Educacional/ Coordenador Geral de Produção e Extensão/ Coordenador Geral de Assistência ao Educando.		Indicadores: Quantidade de produção animal, pescado e vegetal /Mês/Anual.	Fonte de Verificação:	Tipo de despesa: material de consumo, material de manutenção de bens e moveis.
Meta: Direcionar o sistema produtivo para atendimento de demandas do refeitório estudantil.				
Ações	Justificativas	Tarefas	Valor Unitário	Valor Total
3.1. Dimensionamento da capacidade máxima de produção anual nas Seções de Produção Animal, Vegetal e Piscicultura.	As instalações contempladas pelas Seções de Produção apresentam uns custos financeiros do tipo fixo de manutenção, utilizadas ou não. Com isso, as demandas por alimento no restaurante estudantil esta crescendo a cada ano, e uma maneira de revitalizar, produzir e sustentar a produção é desenvolver mecanismos que possibilite a manutenção de material, insumo e mão-de-obra para que a produção animal e vegetal atenuem de maneira sistêmica. Nesse sentido, a produção em capacidade máxima, considerando sua margem de segurança, atenderá com eficiência as aulas práticas e também parte da demanda no restaurante dos estudantes.	Realizar um dimensionamento da capacidade máxima de produção, distribuída em um cronograma anual;  Definir indicador para monitoramento, relacionando ao ciclo de produção / Fase de desenvolvimento/ tempo, em função de parte da demanda.	A definir.	A definir.
3.2 Elaborar um sistema anual de monitoramento e controle do consumo de ração animal e peixes, com base no funcionamento da capacidade máxima de produção.	O sistema de monitoramento de ração terá que atender o consumo individual e em lote kg/ dia, com intuito de fornecer subsídio técnico o planejamento e logística de aquisição e compra, considerando o prazo de entrega no município e sua respectiva data de validade.	Realizar um dimensionamento da capacidade máxima de produção, distribuída em um cronograma anual;  Definir indicador para monitoramento, relacionando o número de animal/ consumo em kg/ Fase de desenvolvimento/ tempo	A definir.	A definir.
3.3 Elaborar um sistema anual de acompanhamento da produção animal, piscicultura e vegetal, em função das demandas do restaurante estudantil.	Produção Animal: - O monitoramento ocorrerá baseado, na dinâmica da quantidade máxima de animais por lote e época de procriação, crescimento e engorda para abate, considerando o ciclo de vida e indicadores zootécnicos de cada tipo de animal. A manutenção das matrizes e de reprodutores ocorrerá de forma simultânea.  Produção Vegetal: Na produção vegetal, os indicadores de monitoramento serão conforme a classe da cultura, sendo as	Realizar um planejamento anual de trabalho, acompanhado de um plano de trabalho semestral; mensal e semanal, juntos aos Chefes das Seções de Produção;  Elaborar um sistema eletrônico para registro das ações e quantitativo de produção, similar ao controle de estoque realizado pelo Setor de Almojarifado;	A definir.	A definir.

	seguintes: Fruticultura, Culturas Anuais e Olericulturas;  Piscicultura: Inicialmente Nessa seção, a produção ocorrerá com as finalidades de: a) Produção de Alevinagem e b) Produção de Peixe adulto. Também, ocorrerá simultaneamente a manutenção e seleção de matrizes.	Verificar o cumprimento das obrigações funcionais dos Chefes de Seções de Produção;  Criar indicadores para avaliações mensais e possíveis correções, quando necessárias; Realizar as avaliações de desempenho e monitoramento, utilizando os indicadores do Sistema de Gestão de Demanda do IFAM.		
Objetivo: Otimizar as ações de extensão no centro urbano e nas comunidade rurais				
RESPONSÁVEL: Diretor de Desenvolvimento Educacional/ Diretor de Administração e Planejamento/ Coordenador Geral de Produção e Extensão/ Coordenador Geral de Ensino/ Coordenador de Extensão/Setor de Estágio e PRONATEC		Indicadores: Número de ações e pessoas envolvidas	Fonte de Verificação:	Tipo de despesa:
Meta: Otimizar as ações de extensão no centro urbano e nas comunidade rurais				
Ações	Justificativa	Tarefas	Valor Unitário	Valor Total
4.1. Assistência Técnica especializada em Piscicultura	A ação de assistência técnica especializada, será realizada por meio de visitas técnicas nas propriedades e comunidades que atuam com iniciativas de criação de peixes. A primeira etapa ocorrerá com uma análise de água e as demais com o monitoramento da qualidade da água e biometrias periódicas dos alevinos, bem como recomendações para usos de rações e tratamentos fitossanitários.	Mapear os principais criadores do município e formatar um plano de trabalho anual, de preferência os que vêm recebendo Assistência Técnica do IDAM e SEMPA.	A definir.	A definir.
4.2. Cursos de capacitação de curta duração.	Os cursos de capacitação estão sendo oferecido através do PRONATEC, inicialmente para o público de área urbana e também para as comunidades rurais.	Realizar pesquisa de demanda o município.	A definir.	A definir.
4.3. Feira dos cursos: Primeira mostra anual de extensão.	A Feira dos cursos tem por finalidade apresentar a comunidade em geral, produção intelectual em ensino e pesquisa que o IFAM desenvolve na Região do Rio Negro, por meio da extensão, tendo ainda nessa ótica a finalidade de estreitar a relação da comunidade, tendo ainda apresentação dos Cursos Profissionalizantes, Integrados, PROEJA, Subsequente e Graduação e Pós-Graduação.	Criar um espaço no calendário escolar Anual; Definir Comissão envolvendo todos os coordenadores de cursos.	A definir.	A definir.

2.Perspectiva Eficiência Acadêmica				
Objetivo: Coordenar os programas do PIBIC, PIBIC JR e PAIC junto à FAPEAM.				
RESPONSÁVEL: Diretor de Desenvolvimento Educacional/ Coordenador de Gestão da Pesquisa.		Indicadores: quantidade de bolsas solicitadas e atendidas.	Fonte de Verificação:	Tipo de despesa: Material de consumo e permanente
Meta: Otimizar o controle dos programas assistenciais junto a FAPEAM.				
Ações	Justificativa	Tarefas	Valor Unitário	Valor Total
Aumentar o número de participantes do Pibic, Pibic Jr e Paic junto a FAPEAM.	Devido à demanda de estudantes que têm interesses em participar como bolsistas do Programa de Iniciação Científica Júnior e do Programa de Iniciação Científica em nível de graduação.	Divulgação do PIBIC, PIBIC JR e PAIC através de: editais, mostras dos resultados; confecção de banner; reativação do sistema de comunicação interna. Articulação junto à FAPEAM para aumento do Nº de bolsas. Acompanhar e avaliar o desenvolvimento dos projetos de pesquisas dos estudantes junto com os orientadores. Organizar o banco de dados dos projetos de pesquisas. Articulação junto ao IFAM para aumento do Nº de bolsas.	A definir	A definir
Objetivo: Intermediar as atividades de pesquisa com o ensino e a extensão em sintonia com os arranjos socioculturais e produtivos.				
RESPONSÁVEL: Diretor de Desenvolvimento Educacional/ Coordenador Geral de Ensino/ Coordenador de Gestão da Pesquisa/ Coordenador Geral de Produção e Extensão/ Coordenador de Extensão/ Núcleo Gestor de Estudos Linguísticos e Antropológicos.		Indicador: Número de cursos/tempo.	Fonte de Verificação:	Tipo de despesa:
Meta: Intermediar as atividades de pesquisa com o ensino e a extensão em sintonia com os arranjos socioculturais e produtivos.				
Ações	Justificativa	Tarefas	Valor Unitário	Valor Total
Intermediar as atividades de pesquisa com as atividades de ensino e extensão.	Criar um meio de comunicação permanente entre as coordenações de forma a manter atualizadas as informações sobre o número de projetos de pesquisas (ensino, pesquisa e extensão), que estão sendo desenvolvidos no âmbito desta instituição.	Divulgação dos projetos de pesquisa do PIBIC's e PAIC junto às outras coordenações; Relacionar os projetos que podem ser aplicados para o ensino e extensão; Promover mesa redonda das 03 coordenações (ensino, pesquisa e extensão) para avaliação e ajustes.	A definir	A definir
Objetivo: Apoiar a realização da X Semana Nacional de Ciência e Tecnologia do IFAM/CSGC - 2014				
RESPONSÁVEL: Diretor de Desenvolvimento Educacional/ Diretor de Administração e Planejamento/ Coordenador Geral de Produção e Extensão/ Coordenador Geral de Assistência ao Educando.		Indicador: elaboração do projeto de execução da SNC&T.	Fonte de Verificação:	Tipo de despesa:
Meta: Dar suporte para realização da semana de C & T do Campus.				
Ações	Justificativa	Tarefas	Valor Unitário	Valor Total
Apoiar a realização da X Semana Nacional de Ciência e Tecnologia do Campus SGC.	Considerando o compromisso da Instituição junto à comunidade e o público em geral, o Campus São Gabriel da Cachoeira através	Divulgar entre a comunidade acadêmica do campus o evento da X SNC&T. Divulgar junto às instituições e a sociedade	A definir.	A definir.

	da Coordenação de Gestão da Pesquisa/Grupos de Pesquisa e articulado e ou pactuado com outros campus, assegura a realização da X SNC&T, garantindo assim a ocorrência de um dos eventos mais importantes do cenário de mostras de produção científicas do país. Além do mais, garantir a troca de experiências entre os atores das mostras, dos visitantes e palestrantes presentes durante a realização do evento.	organizada do município a programação da X SNC&T. Articular juntos às instituições ou agências de fomento proposta de convênio e parcerias e firmar termo de cooperação técnica. Criar Comissão ou Definir Responsáveis no planejamento, organização e realização do evento.		
Objetivo: Dar suporte às ações do NUGLAN e aos Grupos de Pesquisas.				
RESPONSÁVEL: DDE/CGP/GP/NUGLAN		Indicador: Fortalecer os Setores do Nuglan e dos Grupos de Pesquisa.	Fonte de Verificação:	Tipo de despesa:
Meta: Otimizar as ações de extensão no centro urbano e nas comunidade rurais				
Ações	Justificativa	Tarefas	Valor Unitário	Valor Total
Planejar, coordenar e executar o Plano de Ação elaborado em parceria entre a coordenação CGP e o Nuglan.	O setor vinculado à CGP, como é o caso do Nuglan, deve executar suas atividades de modo articulado, sem desconsiderar as decisões tomadas de forma autônoma. O vínculo estabelecido entre o setor deve prevalecer, a fim de que se possa alcançar as metas de maneira participativa.	Divulgação das ações do Nuglan e do CGP. Garantia na interlocução junto a Direção Geral via DDE, diálogo de entendimento na execução dos Planos de Ações do setor. Reunião periódica com o setor, para diagnosticar pontos de interseção (PONTOS FORTES). Reunião periódica com o setor para levantar situações que estão dificultando as articulações (PONTOS FRACOS). Fortalecer o funcionamento do núcleo.	A definir.	A definir.
Planejar, coordenar e executar o Plano de Ação elaborado em parceria entre a coordenação CGP e Grupos de Pesquisa.	O setor vinculado à CGP, como é o caso dos Grupos de Pesquisa, deve executar suas atividades de modo articulado, sem desconsiderar as decisões tomadas de forma autônoma. O vínculo estabelecido entre o setor deve prevalecer, a fim de que se possa alcançar as metas de maneira participativa.	Divulgação das ações dos Grupos de pesquisa e da CGP. Garantia na interlocução junto a Direção Geral via DDE, diálogo de entendimento na execução dos Planos de Ações do setor. Reunião periódica com o setor, para diagnosticar pontos de interseção (PONTOS FORTES). Reunião periódica com o setor para levantar situações que estão dificultando as articulações (PONTOS FRACOS). Fortalecer os Grupos de pesquisas.	A definir.	A definir.
Objetivo: Dar suporte para o fortalecimento e funcionamento do Comitê Técnico Científico/CTC				
RESPONSÁVEL: Diretor de Desenvolvimento Educacional/ Coordenador Geral de Ensino/ Coordenador de Gestão da Pesquisa.		Indicadores: Membros nomeados para a composição do CTC.	Fonte de Verificação:	Tipo de despesa:
Meta: Dar suporte para o fortalecimento e funcionamento do Comitê Técnico Científico/CTC				
Ações	Justificativa	Tarefas	Valor Unitário	Valor Total
Apoiar o fortalecimento e funcionamento do Comitê Técnico Científico.	Considerando a importância do funcionamento do CTC na aprovação dos projetos, é necessário apoiar no sentido de intensificar suas ações junto à comunidade acadêmica, estabelecendo elo entre suas atribuições e as dos orientadores no desenvolvimento e avaliação dos projetos.	Elaborar calendário para as reuniões periódicas. Realizar reuniões periódicas para deliberar sobre projetos em andamento e futuros projetos. Fortalecer o Funcionamento do CTC. Buscar junto ao DDE, espaço físico que possa servir de ambiente apropriado ao funcionamento do CTC.	A definir.	A definir.

Objetivo: Dar suporte para o fortalecimento da equipe de orientadores				
RESPONSÁVEL: Diretor de Desenvolvimento Educacional/ Coordenador Geral de Ensino/ Coordenador de Gestão da Pesquisa.		Indicador: quantidade de professores orientadores.	Fonte de Verificação:	Tipo de despesa:
Meta: Dar suporte para o fortalecimento da equipe de orientadores				
Ações	Justificativa	Tarefas	Valor Unitário	Valor Total
Criar mecanismos e motivações que possam contribuir no fortalecimento da equipe de orientadores.	Dada a importância na escolha dos temas dos projetos de pesquisas, os orientadores precisam de incentivos no sentido de intensificar suas ações de acompanhamento juntos aos estudantes bolsistas a fim de oportunizar aos pesquisadores de iniciação científica injeção de ânimo na elaboração, desenvolvimento e finalização de seus projetos de pesquisas.	Ampliar a quantidade de professores orientadores. Reunião com a CGE para deliberar sobre a quantidade de hora atividade que o professor orientador deve estabelecer no seu PAD para utilizar como tempo destinado para as atividades de orientações junto(s) ao(s) seu(s) orientando(s). Reunião para avaliar os trabalhos tanto da coordenação, como dos orientadores, com vistas na melhoria no que diz respeito ao acompanhamento dos estudantes bolsistas. Capacitação dos orientadores.	Sem custo.	Sem custo.
Objetivo: Buscar parcerias com instituições visando à oferta de bolsas de pesquisas junto à comunidade acadêmica do Campus/SGC				
RESPONSÁVEL: Diretor de Desenvolvimento Educacional/ Coordenador Geral de Ensino/ Coordenador de Gestão da Pesquisa.		Indicadores: parcerias estabelecidas por período.	Fonte de Verificação:	Tipo de despesa:
Meta: Buscar parcerias com instituições visando à oferta de bolsas de pesquisas junto à comunidade acadêmica do Campus/SGC.				
Ações	Justificativa	Tarefas	Valor Unitário	Valor Total
Firmar parcerias e ou convênio com instituições de pesquisa.	Ampliar a quantidade de pesquisadores de iniciação científica estudantes e docentes do quadro do IFAM-CSGC.	Identificar instituições que estão com abertura de editais para oferta de bolsas de pesquisas de iniciação científica para docentes e estudantes. Divulgar junto à comunidade acadêmica do Campus, os editais abertos com chamada pública. Reunião para avaliar os trabalhos tanto da coordenação, como dos orientadores, com vistas na melhoria no que diz respeito ao acompanhamento dos estudantes bolsistas. Criar comissão encarregada da elaboração do termo de parceria.	A definir.	A definir.
Objetivo: Fortalecer parcerias com a USP e com pesquisadores colaboradores				
RESPONSÁVEL: Diretor de Desenvolvimento Educacional/ Coordenador Geral de Ensino/ Coordenador de Gestão da Pesquisa.		Indicador: Presença constante da USP, pesquisador colaborador.	Fonte de Verificação:	Tipo de despesa:
Meta: Fortalecer parcerias com a USP e com pesquisadores colaboradores				
Ações	Justificativa	Tarefas	Valor Unitário	Valor Total
Intensificar as parcerias com a equipe de pesquisadores da USP e pesquisadores colaboradores, a fim de fortalecer os planos de ações da coordenação.	Garantir a implantação e implementação do Projeto que trata sobre a oferta do Curso de Licenciatura em Línguas Indígenas no âmbito deste Campus.	Constituir uma equipe de assessoria para acompanhamento na elaboração, discussão, avaliação e aprovação da proposta do projeto. Reunião periódica c/ a equipe da USP, p/ avaliar o andamento do Projeto de Lic. em Língua Indígena. Reunião periódica c/ o pesquisador p/ apresentar e discutir projetos que estão em andamento e propor novos projetos.	Sem custos.	Sem custos.

Objetivo: Dar visibilidade e fortalecimento aos projetos de pesquisas aprovados e aos que estão à espera de aprovação.				
RESPONSÁVEL: Diretor de Desenvolvimento Educacional/ Coordenador Geral de Ensino/ Coordenador de Gestão da Pesquisa.		Indicadores: 10 (dez) Projetos de Pesquisa institucional.	Fonte de Verificação:	Tipo de despesa:
Meta: Divulgação de projetos				
Ações	Justificativa	Tarefas	Valor Unitário	Valor Total
Intermediar junto aos Grupos de Pesquisa, no acompanhamento quanto ao andamento dos projetos aprovados e dos projetos a espera de aprovação e ou execução.	<p>Garantir que os Projetos aprovados sejam executados dentro dos prazos estabelecidos e os que estão à espera e ou em execução, possam ser avaliados e aprovados pelas agências de fomento no curto espaço de tempo. São 11 (onze) projetos a seguir:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Farmácia Viva Do Instituto Federal Do Amazonas-Campus São Gabriel Da Cachoeira Esperando Aprovação</li> <li>2. X Semana Nacional De Ciência E Tecnologia Do Instituto Federal De Educação, Ciências E Tecnologia Do Amazonas – Campus São Gabriel Da Cachoeira-PAREV- Esperando Aprovação.</li> <li>3.X Semana Nacional De Ciência E Tecnologia Do Instituto Federal De Educação, Ciências E Tecnologia Do Amazonas – Campus São Gabriel Da Cachoeira- POP C&amp;T- Esperando Aprovação.</li> <li>4. Reestruturação do Herbário do Ifam - Campus São Gabriel da Cachoeira-Am- Esperando Aprovação.</li> <li>5. I Simpósio Em Plantas Medicinai No Alto Rio Negro - Esperando Aprovação.</li> <li>6. Construção De Um Horto De Plantas Medicinai Na Comunidade Do Warúá (Etnia Dâw).Em Andamento/em execução.</li> <li>7. Horto De Plantas Medicinai Do Instituto Federal Do Amazonas-Campus- Sgc- Esperando Aprovação.</li> <li>8. Laboratórios Multidisciplinares- José Maria Pinheiro Gomes- Esperando Aprovação.</li> <li>9.As Plantas Medicinai Utilizadas E Cultivadas Na Casa De Apoio A Saúde Do Índio De São Gabriel Da Cachoeira-Am - Em Andamento/em execução.</li> <li>10.Tratamento da Esquistossomose com Caraipa Densifolia Mart - Esperando Aprovação.</li> <li>11. Planetário móvel/ Etnoastronomia dos</li> </ol>	<p>Constituir uma equipe Inter setorial encarregada pelo acompanhamento na aprovação, execução, avaliação dos projetos pesquisas.</p> <p>Reunião periódica com a equipe Inter setorial para avaliação do andamento dos projetos aprovados, a espera de aprovação e em execução.</p> <p>Reunião periódica com o pesquisador colaborador, para avaliação do(s) projeto(s) a espera de aprovação.</p> <p>Divulgar junto à comunidade acadêmica os projetos de pesquisas que estão em andamento, à espera de execução e a espera de aprovação.</p>	A definir.	A definir.

	Povos Indígenas do Amazonas de autoria do Professor Doutor Germano Bruno Afonso – Projeto aprovado aguardando a execução.			
--	---	--	--	--

## 2.Perspectiva Eficiência Acadêmica

Fornecer alojamento aos estudantes vindos das comunidades e dos municípios vizinhos.

RESPONSÁVEL: Diretor de Desenvolvimento Educacional/ Coordenador Geral de Ensino/ Coordenador Geral de Assistência ao Educando/Coordenador de Residência.	Indicador: quantidade de Planos atualizados no período.	Fonte de Verificação:	Tipo de despesa:
---	---	-----------------------	------------------

Meta: Fornecer alojamento aos estudantes vindos das comunidades e dos municípios vizinhos.

Ações	Justificativa	Tarefas	Valor Unitário	Valor Total
Oferecer alojamento aos Discentes Residentes e Residentes-Permanentes.	Todos os anos este Campus recebe vários estudantes oriundos de comunidade indígenas dos municípios de São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel e Barcelos desde sua fundação em 1995, no entanto, a demanda de vagas tem aumentado a cada ano. Em 2014 o IFAM Campus São Gabriel da Cachoeira atenderá 40 estudantes residentes. Essa necessidade de abrigá-los se dá pela complexidade de acesso ao instituto, tendo em vista a localidade dos mesmos, pois todos os estudantes provêm de comunidades indígenas, não possuem parentes na cidade e são carentes, sem esse acesso seria impossibilitado o processo inclusivo, por isso a residência estudantil é oferecida.	Fornecer alojamento aos 40 Discentes, Residentes e Residentes-Permanentes. Aumentar o número de vagas oferecido. Estabelecer metas de atendimento. Acompanhar as atividades desenvolvidas na Coordenação de Residência;	Sem custo.	Sem custo.

Objetivo: Constituir as Normas Internas dos Discentes Residentes e Residentes-Permanentes.

RESPONSÁVEL: Diretor de Desenvolvimento Educacional/ Coordenador Geral de Ensino/ Coordenador Geral de Assistência ao Educando/Coordenador de Residência.	Indicadores:	Fonte de Verificação:	Tipo de despesas:
---	--------------	-----------------------	-------------------

Meta: Constituir as Normas Internas dos Discentes Residentes e Residentes-Permanentes.

Ações	Justificativa	Tarefas	Valor Unitário	Valor Total
Estabelecer as Normas Internas dos Discentes Residentes e Residentes-Permanentes.	De acordo com a RESOLUÇÃO Nº 28-CONSUP/IFAM, Art. 216. E Parágrafo único. O Estabelecimento das Normas Internas dos Discentes Residentes e Residentes-Permanentes, que versarão sobre tempo integral, alimentação, alojamento, saúde,	Criar o Conselho Educacional de Campus. Elaborar as Normas Internas dos Discentes Residentes e Residentes-Permanentes que versarão sobre tempo integral, alimentação, alojamento, saúde, segurança, permanência na escola, autorização para sair, relação com a família, visitas, uso de equipamentos, objetos	Sem custo.	Sem custo.

	segurança, permanência na escola, autorização para sair, relação com a família, visitas, uso de equipamentos, objetos pessoais, limpeza, recesso, férias, escalas de serviços, cooperativa, finais de semana e feriados, inspeção, supervisão e orientação. Publicação do Regimento. Orientação, treinamento e Acompanhamento dos monitores e líderes de alojamento. Acompanhar as atividades desenvolvidas na Coordenação de Residência.			
Objetivo: Fornecer Alimentação aos estudantes, residentes e residentes permanentes, advindos das comunidades e dos municípios vizinhos.				
RESPONSÁVEL: Diretor de Desenvolvimento Educacional/ Coordenador Geral de Ensino/ Coordenador Geral de Assistência ao Educando/ Coordenador de Residência.		Indicadores: Fornecimento dos alimentos e apresentação do relatório semestral das atividades realizadas.	Fonte de Verificação: CGAE	Tipo de despesa: Material de Consumo Gêneros alimentícios.
Meta: Fornecer Alimentação aos estudantes, residentes e residentes permanentes, advindos das comunidades e dos municípios vizinhos.				
Ações	Justificativa	Tarefas	Valor Unitário	Valor Total
Fornecer Alimentação aos estudantes vindos das comunidades e dos municípios vizinhos, Discentes Residentes e Residentes-Permanentes.	Todos os anos este Campus recebe vários estudantes aos estudantes oriundos de comunidade indígenas dos municípios de São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel e Barcelos desde sua fundação em 1995, no entanto, a demanda de vagas tem aumentado a cada ano. Em 2014 o IFAM Campus São Gabriel da Cachoeira atenderá 40 estudantes residentes. Essa necessidade de abrigá-los se dá pela complexidade de acesso ao instituto, tendo em vista a localidade dos mesmos, pois todos os estudantes provêm de comunidades indígenas, não possuem parentes na cidade e são carentes, sem esse acesso seria impossibilitado o processo inclusivo, por isso a Alimentação é oferecida para a Residência Estudantil.	Preparar o pedido de Alimentação. Fornecer alimentação aos 40 Discentes, Residentes e Residentes-Permanentes. Aumentar o número de vagas oferecido. Estabelecer metas de consumo e Estabelecer metas de minimização de desperdício. Acompanhar as atividades desenvolvidas no Setor de Alimentação e Nutrição.	A definir.	A definir
Objetivo: Disponibilizar a Alimentação a todos os estudantes através da merenda escolar.				
RESPONSÁVEL: Diretor de Desenvolvimento Educacional/Coordenação Geral de Assistência ao Educando.		Indicadores: Fornecimento dos alimentos e apresentação do relatório semestral das atividades realizadas.	Fonte de Verificação:	Tipo de despesa:
Meta: Disponibilizar a Alimentação a todos os estudantes através da merenda escolar.				
Ações	Justificativa	Tarefas	Valor Unitário	Valor Total
Fornecer Alimentação a todos os estudantes do ensino médio, técnico integrado, Subsequente e proeja.	O Programa Nacional de Alimentação Escolar –PNAE, conhecido como Merenda Escolar, consiste na transferência de recursos financeiros do Governo Federal, em caráter suplementar, aos estados, Distrito Federal e municípios, para a	Preparar o pedido de Alimentação. Fornecer alimentação para todos os discentes. Estabelecer metas de consumo. Estabelecer metas de minimização de desperdício. Acompanhar as atividades desenvolvidas no	A definir.	A definir.

	aquisição de gêneros alimentícios destinados à merenda escolar. O PNAE teve sua origem na década de 40. Mas foi em 1988, com a promulgação da nova Constituição Federal, que o direito à alimentação escolar para todos os alunos do Ensino Fundamental foi assegurado. Os beneficiários da Merenda Escolar são alunos da educação infantil (creches e pré-escolas), do ensino fundamental, da educação indígena, das áreas remanescentes de quilombos e os alunos da educação especial, matriculados em escolas públicas dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, ou em estabelecimentos mantidos pela União, bem como os alunos de escolas filantrópicas, em conformidade com o Censo Escolar realizado pelo INEP no ano anterior ao do atendimento.	Setor de Alimentação e Nutrição.		
Objetivo: Fortalecer o Setor de Enfermagem ao Educando no Campus.				
RESPONSÁVEL: Diretor de Desenvolvimento Educacional/ Coordenador Geral de Ensino/ Coordenador Geral de Assistência ao Educando/ Seção de Saúde ao Educando.		Indicadores: Aquisição dos materiais e registro da realização de atendimentos apresentados através de relatório semestral das atividades realizadas.	Fonte de Verificação	Tipo de despesa: Material permanente.
Meta: Fortalecer o Setor de Enfermagem ao Educando no Campus.				
Ações	Justificativa	Tarefas	Valor Unitário	Valor Total
Reaparelhar o Setor de Enfermagem ao Educando.	O atendimento no Setor de Saúde ao Educando é oferecido desde 2013, este ano, o IFAM Campus São Gabriel da Cachoeira atenderá 40 estudantes residentes e 800 que necessitam destes atendimentos de urgência. Essa necessidade de assistir-lhes em saúde se dá pela distância da cidade para um socorro imediato e pelas inúmeras circunstâncias que os estudantes podem se submeter, nos setores do ensino técnico, e para se viabilizar a ação integrada em rede proposta para o PNE, efetivou-se então um serviço de apoio em saúde, através da criação deste setor, que além de prestar os primeiros socorros a todos os estudantes, acompanha-os ao socorro, ainda se dispõe em organizar palestras, debates e orientação educacional, com os estudantes, convidando outros profissionais da área para, constantemente, participar de atividades junto ao Campus. Por isso torna-se necessária a aquisição de bens para o desenvolvimento das atividades.	Adquirir aparelhos necessários para o desenvolvimento das atividades do Setor de Enfermagem ao Educando.	A definir	A definir
	Adquirir um veículo FIAT Dobló, o qual custa cerca de R\$ 58 mil, para o transporte	Adquirir um veículo FIAT Dobló, o qual custa cerca de R\$ 58 mil.		R\$ 58.000,00

	dos estudantes, para levá-los ao posto de saúde e hospital em caso de emergência ou para acompanhá-los nas consultas com médicos e dentistas, registrando no livro de atas as atividades realizadas.			
Objetivo: Oferecer atendimento no Setor de Enfermagem ao Educando a todos os estudantes no setor de saúde do Campus.				
RESPONSÁVEL: Diretor de Desenvolvimento Educacional/ Coordenador Geral de Ensino/ Coordenador Geral de Assistência ao Educando/ Seção de Saúde ao Educando.		Indicadores: Registro da realização de atendimentos apresentados através de relatório semestral das atividades realizadas.	Fonte de Verificação: SSE.	Tipo de despesa:
Meta: Oferecer atendimento no Setor de Enfermagem ao Educando a todos os estudantes no setor de saúde do Campus.				
Ações	Justificativa	Tarefas	Valor Unitário	Valor Total
Prestar assistência em caso de emergência a todos os estudantes.	O atendimento no Setor de Saúde ao Educando é oferecido desde 2013, este ano, o IFAM Campus São Gabriel da Cachoeira atenderá 40 estudantes residentes e 800 que necessitam destes atendimentos de urgência. Essa necessidade de assistir-lhes em saúde se dá pela distância da cidade para um socorro imediato e pelas inúmeras circunstâncias que os estudantes podem se submeter, nos setores do ensino técnico, e para se viabilizar a ação integrada em rede proposta para o PNE, efetivou-se então um serviço de apoio em saúde, através da criação deste setor, que além de prestar os primeiros socorros a todos os estudantes, acompanha-los ao socorro, ainda se dispõe em organizar palestras, debates e orientação educacional, com os estudantes, convidando outros profissionais da área para, constantemente, participar de atividades junto ao Campus. Por isso torna-se necessária a ação Setor de Enfermagem ao Educando.	Realizar curativos leves. Atuar em ações preventivas como palestras. Levar o estudante ao hospital em caso de emergência; Orientar sobre a higiene corporal. Registrar no livro de atas as atividades realizadas; Organizar palestras, debates e orientação educacional na área de saúde como: Higiene e saúde bucal, Doenças sexualmente transmissíveis, Câncer, Higiene, Primeiros socorros, Hanseníase, Tuberculose, Drogas, Dentista, Diabetes.	Sem custo	Sem custo
Objetivo: Operacionalizar a Participação Político-Acadêmica Estudantil				
RESPONSÁVEL: Diretor de Desenvolvimento Educacional/ Coordenador Geral de Ensino/ Coordenador Geral de Assistência ao Educando.		Indicador: Apresentação de relatório semestral das atividades realizadas.	Fonte de Verificação:	Tipo de despesa:
Meta: Operacionalizar a Participação Político-Acadêmica Estudantil				
Ações	Justificativa	Tarefas	Valor Unitário	Valor Total
Estimular a participação Político-Acadêmica estudantil no Campus.	De acordo com a Resolução 28 nos Incisos II, III e IV do Art. 213, encontra-se prevista a possibilidade de organização como direito de os estudantes, que além de se organizarem, poderem também participar ativamente das ações e planejamentos do Campus. Art. 213. Constituem direitos dos discentes: II – organizar-se em associações para	Realização das Aulas Temáticas. Estimulação da participação estudantil, através da Solicitação Estudantil. Eleição dos Líderes e Vice- líderes das turmas. Orientação e Acompanhamento dos Líderes e Vice- líderes das turmas em reunião semanal específica. Promover encontro dos estudantes das turmas ingressantes com profissionais da área.	Sem custo	Sem custo

	<p>representação e intermediação de questões de interesse coletivo do segmento discente, como grêmios, cooperativa e outras, podendo delas participar como associados ou membros, bem como votar e ser votado para suas respectivas Diretorias, respeitando o princípio da livre adesão e legislação vigente;</p> <p>III – participar da ação colegiada, votando e sendo votado, para escolha de representantes, na forma deste Regulamento;</p> <p>IV – apresentar sugestões aos setores competentes, que visem ao aprimoramento da Instituição e à melhoria da qualidade de ensino;</p> <p>No ano de 2014, Todas as turmas dos Cursos Integrados, Subsequente e Proeja, tiveram seus Líderes eleitos na primeira quinzena do Ano Letivo. A Eleição foi realizada sob a orientação da Coordenação Geral de Assistência ao Educando.</p>	<p>Incentivar os estudantes a participar dos projetos de extensão e integrais de assistência, apresentando a eles os projetos desenvolvidos pela instituição.</p> <p>Fomenta a criação de Grêmios, centros e diretórios acadêmicos. Bem como a participação de estudantes em eventos de caráter sócio-político.</p>		
Objetivo: Institucionalizar o Grêmios Estudantil no Campus.				
RESPONSÁVEL: Diretor de Desenvolvimento Educacional/ Coordenador Geral de Ensino/ Coordenador Geral de Assistência ao Educando.		Indicadores: Apresentação de relatório semestral das atividades realizadas.	Fonte de Verificação	Tipo de despesa:
Meta: Institucionalizar o Grêmios Estudantil no Campus.				
Ações	Justificativa	Tarefas	Valor Unitário	Valor Total
Fomenta a criação de Grêmios ou centros e diretórios acadêmicos. Bem como a participação de estudantes em eventos de caráter sócio-político.	De acordo com a Resolução 28 nos Incisos II, III e IV do Art. 213, encontra-se prevista a possibilidade de organização como direito de os estudantes, que além de se organizarem, poderem também participar ativamente das ações e planejamentos do Campus. Art. 213. Constituem direitos dos discentes: II – organizar-se em associações para representação e intermediação de questões de interesse coletivo do segmento discente, como grêmios, cooperativa e outras, podendo delas participar como associados ou membros, bem como votar e ser votado para suas respectivas Diretorias, respeitando o princípio da livre adesão e legislação vigente; III – participar da ação colegiada, votando e sendo votado, para escolha de representantes, na forma deste Regulamento; IV – apresentar sugestões aos setores competentes, que visem ao aprimoramento da Instituição e à melhoria da qualidade de ensino; No ano de 2014, Todas as turmas dos Cursos Integrados,	Publicação da Portaria com a Comissão Responsável pela Eleição do Grêmios Estudantil. Definição das regras da Eleição e apresentação aos estudantes. (após a constituição da comissão). Divulgação do Edital com Inscrição e da composição das chapas. Consumação do período campanha (apresentação do plano de ação), Eleição, apuração e de divulgação do resultado. Disponibilização de material e equipamentos para o desenvolvimento das atividades do Grêmios. Treinamento da Equipe Eleita. Efetivar apoiar e comboiar a Atividade de Passeio e das Assembleias Gerais do Dia de Luta e do Dia do Estudante.	Sem custo	Sem custo

	Subsequente e Proeja, tiveram seus Líderes eleitos na primeira quinzena do Ano Letivo. A Eleição foi realizada sob a orientação da Coordenação Geral de Assistência ao Educando. Quanto à organização do Grêmio Estudantil, encontra-se em andamento o processo de preparação para a eleição.			
Objetivo: Realizar o acompanhamento Integral dos Estudantes				
RESPONSÁVEL: Diretor de Desenvolvimento Educacional/ Coordenador Geral de Ensino/ Coordenador Geral de Assistência ao Educando.		Indicadores: Apresentação de relatório semestral das atividades realizadas.	Fonte de Verificação:	Tipo de despesa:
Meta: Realizar o acompanhamento Integral dos Estudantes				
Ações	Justificativa	Tarefas	Valor Unitário	Valor Total
Acompanhar integralmente os estudantes.	A Coordenação Geral de Assistência ao Educando, dentro de suas atribuições elaborou um plano a ser desenvolvido durante o ano de 2013 seguindo o calendário escolar, de acordo com os setores que compõe esta coordenação, procurando assistir o estudante individualmente e em grupo, visando acompanhá-los no processo ensino aprendizagem com a colaboração dos professores, família e comunidade, procurando identificar e encaminhando os casos mais difíceis aos especialistas do município.	Organizar pasta com a documentação individual e alteração de cada estudante. Criar o cadastro e acompanhar os estudantes assistidos pelo PNAES, verificando seu rendimento acadêmico, para manutenção do benefício. Acompanhar o estudante no seu desenvolvimento acadêmico, orientando e acompanhando o estudante que apresentar dificuldade no decorrer do ano letivo. Participar de reuniões pedagógicas e conselho classe, Para manter os estudantes informados do seu rendimento acadêmico. Orientar o estudante na escolha da área de atuação profissional, organizar palestras com profissionais de varias áreas para esclarecer os estudantes na sua escolha profissional. Promove o incentivo ao atendimento médico, odontológico, psicológico, enfermagem e nutrição, através de atendimento direto aos discentes, campanhas de vacinação, doação de sangue, risco das doenças sexualmente transmissíveis, saúde bucal, higiene corporal e orientação nutricional.	Sem custo	Sem custo
Objetivo: Realizar o apoio à diversidade e ações afirmativas.				
RESPONSÁVEL: Diretor de Desenvolvimento Educacional/ Coordenador Geral de Ensino/ Coordenador Geral de Assistência ao Educando.		Indicadores: Apresentação de relatório semestral das atividades realizadas.	Fonte de Verificação:	Tipo de despesa:
Meta: Realizar o apoio à diversidade e ações afirmativas.				
Ações	Justificativa	Tarefas	Valor Unitário	Valor Total
Realizar atividades de apoio à diversidade e ações afirmativas através de ventos extracurriculares.	A Coordenação Geral de Assistência ao Educando, dentro de suas atribuições elaborou um plano a ser desenvolvido durante o ano de 2013 seguindo o calendário escolar, de acordo com os setores que compõe esta coordenação, procurando assistir o estudante individualmente e em grupo, visando	Desenvolver Eventos, Campanhas, Seminários, Palestras; a fim de promover um espaço de reflexão e ações afirmativas referentes à diversidade (necessidades específicas, etnia, gênero, orientação sexual, etc.). NAPNE (Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Específicas) em parceria. Promover atividades interdisciplinares	A definir	A definir

	acompanha-los no processo ensino aprendizagem com a colaboração dos professores, família e comunidade, procurando identificar e encaminhando os casos mais difíceis aos especialistas do município.	preventivas e interventivas que promovam bem estar biopsicossocial e/ou melhoria no desempenho acadêmico. Desenvolver atendimentos individuais e em grupo requeridos pelo próprio estudante, pelos docentes e/ou pais. (Ações de prevenção ao uso de substâncias psicoativas e violência). Orientar o estudante na escolha da área de atuação profissional, organizar palestras com profissionais de varias áreas para esclarecer os estudantes na sua escolha profissional.		
Objetivo: Auxiliar no desenvolvimento das atividades Extracurriculares.				
RESPONSÁVEL: Diretor de Desenvolvimento Educacional/ Coordenador Geral de Ensino/ Coordenador Geral de Assistência ao Educando.		Indicadores: Apresentação de relatório semestral das atividades realizadas.	Fonte de Verificação:	Tipo de despesa:
Meta: Auxiliar no desenvolvimento das atividades Extracurriculares.				
Ações	Justificativa	Tarefas	Valor Unitário	Valor Total
Concretizar o apoio à diversidade e ações afirmativas através de ventos extracurriculares.	Para realização das atividades previstas no Calendário Acadêmico, deve-se destacar o que preconiza a LDB. Lei 9394/96. Art. 35. O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades: I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos; II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores; III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina. Art. 36. O currículo do ensino médio observará o disposto na Seção I deste Capítulo e as seguintes diretrizes: I - destacará a educação tecnológica básica, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes; o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura; a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania;	Acompanhar as atividades desenvolvidas pelos setores da coordenação; Acompanhar o trabalho desenvolvido pelos Inspectores de Estudante. Fazer avaliações a cada bimestre dos trabalhos realizados pela equipe. Fazer reunião quinzenal com os inspetores de estudantes Reunir com os pais de estudantes que apresentam algum tipo de dificuldades e indisciplina. Acompanhar os trabalhos realizados pelos Coordenadores e Assistente de estudante. Acompanhar as solicitações de materiais de expediente e permanente dos setores da coordenação. Acompanhar a solicitação de merenda e refeição do CAN. Acompanhar os Líderes e Vice- líderes das turmas. Acompanhar os estudantes com dificuldades de aprendizagem. Orientar os estudantes que apresentam indisciplina Encaminhar os estudantes para o acompanhamento com Psicólogo de acordo com a necessidade. Fazer visitas domiciliares quando necessário. Fazer o levantamento dos documentos de RG, CPF e TE. Dar continuidade aos trabalhos de prevenção: Bullyng, Drogas, Gravidez. Desenvolver atividades com estudantes que tenham dificuldades de aprendizagem. Coordenar as atividades de palestras e informação para os estudantes.	Sem custo	Sem custo

	Do primeiro inciso em diante, apresenta-se o direcionamento da formação que se deve dispor o estudante.			
Objetivo: Concretizar a disponibilização das Bolsas de Assistência.				
RESPONSÁVEL: Diretor de Desenvolvimento Educacional/ Coordenador Geral de Ensino/ Coordenador Geral de Assistência ao Educando.		Indicador: Apresentação de relatório semestral das atividades realizadas.	Fonte de Verificação:	Tipo de despesa:
Meta: Concretizar a disponibilização das Bolsas de Assistência.				
Ações	Justificativa	Tarefas	Valor Unitário	Valor Total
Desenvolver ações que visam apoiar os estudantes em sua permanência no Campus durante o tempo de sua formação acadêmica.	O Programa Socioassistencial é destinado a todos os estudantes regularmente matriculados em um dos cursos presenciais do IFAM Campus São Gabriel da Cachoeira, que comprovem estar em situação de vulnerabilidade socioeconômica e tem como finalidade propiciar-lhes condições favoráveis à permanência na Instituição e à conclusão do curso. Consiste no repasse de benefício para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Através dos benefícios do programa socioassistencial nos seguintes benefícios: Benefício Alimentação: Benefício Creche: Benefício Moradia: Benefício Material Didático-Pedagógico e Escolar: Benefício Alojamento:	Publicar Edital. Imprimir questionários e solicitar que as inscrições possam ser efetivadas através de programas de computador ao transformá-los em mídia. Organizar pasta com a documentação individual e alteração de cada estudante participante do processo. Criar o cadastro e acompanhar os estudantes assistidos pelo PNAES, verificando seu rendimento acadêmico, para manutenção do benefício.	A definir	A definir
Objetivo: Intentar a execução dos Projetos dos Programas Integrais da Política de Assistência Estudantil do IFAM.				
RESPONSÁVEL: Diretor de Desenvolvimento Educacional/ Coordenador Geral de Ensino/ Coordenador Geral de Assistência ao Educando.		Indicador: Apresentação de relatório semestral das atividades realizadas.	Fonte de Verificação:	Tipo de despesa:
Meta: Intentar a execução dos Projetos dos Programas Integrais da Política de Assistência Estudantil do IFAM.				
Ações	Justificativa	Tarefas	Valor Unitário	Valor Total
Apoiar a execução dos Projetos dos Programas Integrais da Política de Assistência Estudantil do IFAM.	Os Programas Integrais da Política de Assistência Estudantil do IFAM são compostos por um grupo de Programas, cujos Projetos estão voltados para as suas respectivas linhas de ações: Programa de Atenção a Saúde; Programa de Apoio Psicológico; Programa de Apoio Pedagógico; Programa de Apoio a Cultura e o Esporte; Programa de Inclusão Digital; Programa de Apoio aos Estudantes com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades e Superdotação; Programa de Monitoria.	Definir Comissões de Elaboração de Projetos de acordo com as linhas de ação: I. Programa de Atenção a Saúde; II. Programa de Apoio Psicológico; III. Programa de Apoio Pedagógico; IV. Programa de Apoio a Cultura e o Esporte; V. Programa de Inclusão Digital; VI. Programa de Apoio aos Estudantes com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades e Superdotação; VII. Programa de Monitoria. Publicar o Edital, Publicar Comissão de análise dos projetos. Definir cronograma: Publicação do Edital dos Programas Integrais Período de Inscrições Avaliação social do Projeto	A definir	A definir

		<p>Seleção dos projetos inscritos Divulgação do resultado preliminar. Período para impetrar recursos. Divulgação dos resultados dos recursos impetrados Divulgação do resultado final Formalização e assinatura do Termo de Compromisso do Programa. Cadastro Socioeconômico dos estudantes participantes dos projetos aprovados. Acompanhamento das Atividades e da execução dos projetos.</p>		
Objetivo: Implementar Atividades de Lazer para os Residentes.				
RESPONSÁVEL: Diretor de Desenvolvimento Educacional/ Coordenador Geral de Ensino/ Coordenador Geral de Assistência ao Educando.		Indicadores: Apresentação de relatório semestral das atividades realizadas.	Fonte de Verificação:	Tipo de despesa:
Meta: Implementar Atividades de Lazer para os Residentes.				
Ações	Justificativa	Tarefas	Valor Unitário	Valor Total
Organizar Atividades de Lazer para os Residentes.	Promover diferentes vivências de esporte, lazer e artes, sedimentadas em uma política de direito social e formação cidadã, a partir dos elementos inerentes a valorização das manifestações lúdicas culturais dos estudantes.	Jogos nos sábados duas vezes por mês a partir de abril, nas modalidades vôlei de areia, futsal, tênis de mesa, xadrez, pebolim e dominó.	A definir	A definir
Objetivo: organizar aulas de reforço em parceria com CGE.				
RESPONSÁVEL: Diretor de Desenvolvimento Educacional/ Coordenador Geral de Ensino/ Coordenador Geral de Assistência ao Educando.		Indicadores: Apresentação de relatório semestral das atividades realizadas.	Fonte de Verificação:	Tipo de despesa:
Meta: organizar aulas de reforço em parceria com CGE.				
Ações	Justificativa	Tarefas	Valor Unitário	Valor Total
Colaborar na organização das aulas de reforço em parceria com a CGE.	Ser parceiro do aluno nas dificuldades significa ficar atento à maneira como os alunos aprendem, preocupando-se com a forma de corrigir e lidar com o erro. O fundamental é mudar a postura e transformar o erro e as dificuldades em situações de aprendizagem para que todos possam acertar juntos e alcançar os objetivos propostos. O acompanhamento do professor junto aos alunos deve ser contínuo e diagnosticador, pois é uma espécie de mapeamento que vai identificando as conquistas e as dificuldades dos alunos em seu dia-a-dia. O trabalho de reforço, em de encontro à proposta da "Escola Ideal", ou seja, trabalhar coletivamente, reformulando atividades e construindo novos meios que levem os alunos a se "descobrirem" e a	Realizar aulas de reforço nas disciplinas mais importantes: Língua portuguesa; Matemática; Redação preparatória para o ENEM.	A definir	A definir

	“descobrir” o seu potencial.			
--	------------------------------	--	--	--

Perspectiva Eficiência no Atendimento de Demandas Atribuídas à Coordenação.

Objetivo: Colocar em prática toda ação planejada da Direção do Campus, com atendimento as demandas e tarefas atribuídas a Coordenação.

RESPONSÁVEL: Alessandro Marcondes Albuquerque - CSA.

Missão: Manutenção da Infra estrutura existente no Campus; Apoio Logístico e de Pessoal nas diversas atividades do Campus; controle de frota de veículos e sua utilização.

Ações	Demanda	Justificativa	Especificação de material	Unidade	Quantidade
Setor de Nutrição (Refeitório), reforma com troca de telhas, colocação de telas, reformas de tanques, piso, portas, reparo das mesas e acentos, construção de uma área coberta para instalação de máquinas de lavar roupa, reforma de calçada, etc...	Aquisição de material	Todos estes pedidos demandam aquisição de material para serem executados, na qual necessitamos para conclusão dos serviços.	Cimento portland, 42,5 kg	Saco	100
UEPS, troca de telhas quebradas da Carpintaria, Casa de Ração, Pociлга, Aviário, Mecanização e Piscicultura.			Telha Brasilit Ondina, 6mm, 1,83x1,10 m.	Unidade	100
Reparos na caixa de captação de água do formigueiro.			Telha Brasilit Ondina, 4mm, 2,44x0,50 m.	Unidade	50 und
Reparos na Sala de Ginástica (Academia) anexo ao ginásio do IFAM.			Rejunte branco, pct c/ 01 kg	Pacote	10
Adaptação das rampas de entrada do bloco administrativo.			Espaçador de piso 2mm, pct c/ 100 und	Pacote	10
Troca de telhas dos setores do Bloco Administrativo e Pedagógico onde estiverem com defeito irreparável.			Espaçador de piso 4mm, pct c/ 100 und	Pacote	10
Serviço de tapa buraco.			Espaçador de piso 6mm, pct c/ 100 und	Pacote	10
Continuação do serviço de drenagem do bloco Pedagógico			Cerâmica branca 20x20 cm, CX c/ 2m <sup>2</sup>	Caixa	20
			Argamassa para cerâmica, pct c/ 05 kg.	Pacote	15
			Frio Asfalto p/ impermeabilização de camadas, balde c/ 3,90 kg	Balde	15
			Seixo rolado, 4m <sup>3</sup>	Carrada	2
Iluminação das vias do Campus, troca de lâmpadas dos postes.			Aquisição de material	Há muitos postes sem lâmpada	Lâmpada mista E-27 de mercúrio de alta pressão 250 watts p/ poste
Troca de lâmpadas queimadas nos diversos setores e salas de aula do Campus.	Há muitas salas com lâmpadas queimadas	Reator eletrônico 2x40 w		Unidade	60
		Reator eletrônico 1x40 w		Unidade	50
		Reator eletrônico 1x20 w		Unidade	50
		Parafuso c/ bucha Nº 6		Unidade	150
		Parafuso c/ bucha Nº 13		Unidade	50



Reitoria  
Rua Ferreira Pena, 1109 - Centro  
CEP: 69025-010 Manaus - Amazonas  
[www.ifam.edu.br](http://www.ifam.edu.br)